

SIMPÓSIO 22

O NOME PRÓPRIO EM FOCO: ESTUDOS ONOMÁSTICO- TOPONÍMICOS

Os estudos na área da Onomástica ocupam-se da análise dos nomes próprios de pessoas (Antroponímia) e de lugares (Toponímia). A Toponímia como estudo do nome próprio em função de topônimo (nome de lugar) representa uma face particular do léxico da língua, haja vista que o topônimo, além de incorporar as características inerentes aos nomes próprios, configura-se como um signo com características muito próprias em termos de motivação, haja vista que as causas denominativas que dão origem a um novo nome de lugar são as mais diversas e normalmente estão relacionadas a motivações pessoais e grupais. Este simpósio pretende reunir trabalhos na área dos estudos onomásticos, em especial os de natureza toponímica, de maneira a oportunizar a disseminação e a discussão de resultados de pesquisas toponímicas e, por extensão, funcionar como um fórum de discussões sobre questões que afetam essa área de investigação, como o problema da motivação toponímica, a estrutura do sintagma toponímico, a dimensão etnodialetológica dos topônimos, a relação entre toponímia e meio ambiente, a função do topônimo como elemento veiculador de ideologias e como reflexo de contatos interétnicos, como também, as interfaces entre toponímia e outras áreas de investigação.

COORDENAÇÃO

Aparecida Negri Isquerdo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
aparecida.isquerdo@gmail.com

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Universidade Federal de Minas Gerais
candidaseabra@gmail.com

A DIMENSÃO ETNODIALETOLÓGICA NO LÉXICO TOPONÍMICO EM DIAMANTINA

Tatiana Martins Mendes (UFMG)³⁹⁰

Resumo: Este estudo atém-se à descrição e análise da fala como prática social por meio da pesquisa toponímica realizado em Diamantina e seus distritos, situados no Vale do Jequitinhonha, região nordeste de Minas Gerais, Brasil. O processo de formação do espaço e da língua falada no município contou com as etnias indígenas, africanas e europeias. Essas culturas marcadas por uma convivência em torno da exploração mineral a partir de 1729 deram características ao ambiente percebidas no trabalho de campo realizado de 2008 a 2010. A toponímia, numa perspectiva etnolinguística, permite remontar elementos que integram e valorizam a identidade de uma comunidade linguística.

Palavras-chave: Toponímia. Sociolinguística. Cultura. Memória. Etimologia.

1. Introdução

A toponímia é uma disciplina linguística de caráter científico que faz interface, principalmente, com a história, a antropologia e a geografia através do estudo dos nomes de lugares e a motivação para sua aplicação. Aplicada junto à sociolinguística, propicia evidências de traços da história sociocultural - constituição do espaço, processos de povoamento e cultura local - divulga características do ambiente físico - vegetação, hidrografia, geomorfologia, fauna etc. - e colabora para a compreensão da multidimensionalidade da língua. Na maior parte das vezes o nome de lugar é marcado ideologicamente por retratar a visão do denominador em tempo e espaço definidos. Nesse caso, o uso da língua ultrapassa a mera função nomenclatória, refletindo o modo de viver de uma cultura e a representação de seus valores.

2. A toponímia e a etnolinguística

Construir um léxico toponímico de uma região é permitir o acesso às informações étnicas e culturais que se articulam de forma concreta na manifestação linguística legítima. A etnolinguística, segundo Pottier (1973, p. 124) promove “o estudo das relações entre uma língua e a visão de mundo daqueles que a falam”, cabendo a ela, outorgar ao topônimo o dado referencial, definidor e identitário do objeto em foco. A interdisciplinaridade que os estudos toponímicos propiciam leva à apreensão de elementos que integram um processo como explica Lillo (2002, p. 13) “por um lado, isso é algo positivo porque a toponímia, ao se relacionar com outras disciplinas, as complementam, ao mesmo tempo em que as tem como complemento”. Logo a toponímia atua como suporte linguístico, pois é capaz de testemunhar o passado. Por outro lado, Lillo aponta “o perigo em transformar a toponímia na “ciência da adivinhação”, quando o pesquisador, ao estudar os topônimos, volta-se somente para os significados dos nomes, suas hipóteses e, às vezes, até em “fantásticos inventos.” Daí a importância de buscar entender a origem e as motivações que levaram ao nome, resgatando assim o sentido desse nome; do trabalho de campo, da necessidade da coleta e organização

³⁹⁰ Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte. Brasil. E-mail: tatiana.pro@hotmail.com

dos topônimos e da elaboração de um acervo. Em relação a criar um acervo pode-se afirmar que este colaborará muito para as gerações futuras. Conforme Dorion (1984, p.103),

Recordemos em primeiro lugar que a toponímia, do mesmo modo que outras ciências humanas, se situa em uma dupla dimensão: a do espaço (denominada também „função toponímica“) e a do tempo (a „memória toponímica“). Em consequência, a toponímia tem uma relação essencial com a geografia (os nomes de lugar constituem o vocabulário próprio dessa ciência) e com a história (entendendo que os nomes são testemunho através do tempo, de uma forma determinada de relação entre o homem e o lugar). Por outro lado o nome de lugar é um signo linguístico e, como tal, interessa a semiologia. Assim mesmo é a expressão da percepção de um comportamento, pelo que implica a psicologia sobretudo a psicologia social. Finalmente, a análise morfológica ou semântica do nome, tanto em sua origem como em sua evolução posterior são objeto de estudo da linguística e da psicolinguística, enquanto que a análise sintética ou sinóptica de grandes contingentes de nomes fica para o campo da sociolinguística e pode desembocar nos estudos propriamente sociológicos³⁹¹.

Para Lillo (2002, p.13), as “peculiaridades linguísticas - superposição de camadas linguísticas, deformação fonética - refletem os resultados das invasões de sucessivos povos que habitaram o lugar, das colonizações, ou seja, reflete parte da história da formação de determinado grupo” Tal fato é muito importante para compreender o contexto no qual o topônimo foi criado e entendendo isso se aprende mais da formação humana e linguística. Dauzat (1926, p. 7) corrobora essa assertiva quando diz que “a toponímia, conjugada com a história, indica ou revela os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões onde um determinado grupo linguístico deixou suas marcas.³⁹²” Enfim, é papel da toponímia conforme Rostaing (1961, p.7) “investigar a significação e a origem dos nomes de lugares e também de estudar suas transformações³⁹³” (tradução nossa), embora tal tarefa seja, muitas vezes, difícil e bastante árdua, já que a motivação que levou o denominador a nomear um determinado local encontra-se, com o passar dos anos, opaca. Sobre esse tema discorre Seabra³⁹⁴:

A manutenção ou o apagamento do significado de topônimos leva-nos a refletir sobre a organização informativa que os cerca. Sabemos que a

³⁹¹ DORION, H. Les relations entre la toponymie et les autres sciences humaines. 450 ans de noms de lieux français en Amérique du Nord. Actes du Premier Congrès International sur la Toponymie Française de l'Amérique du Nord (1115 juillet de 1984). In. Les Publications du Québec. Québec. P. 103-108, 1986. “Recordemos en primer lugar que la toponimia, del mismo modo que numerosas ciencias humanas, se inscribe en una doble dimensión: la del espacio (denominada también „función toponímica“) y la del tiempo (la „memoria toponímica“). En consecuencia, la toponimia tiene una relación esencial con la geografía (los nombres de lugar constituyen el vocabulario propio de esta ciencia) y con la historia (puesto que los nombres son el testimonio, a través del tiempo, de una forma determinada de relación entre el hombre y el lugar). Por otro lado el nombre de lugar es un signo lingüístico y, como tal, interesa a la semiología. Asimismo es la expresión de la percepción de un comportamiento, por lo que implica a la psicología sobretudo a la psicología social. Finalmente, el análisis morfológico o semántico del nombre, tanto en su origen como en su evolución posterior son objeto de estudio de la lingüística y de la psicolingüística, mientras que el análisis sintético o sinóptico de grandes contingentes de nombres queda para el campo de la sociolingüística y puede desembocar en estudios propriamente sociológicos” (Dorion, 1984, p. 103).

³⁹² DAUZAT, 1926, p. 7. “La toponymie, conjugée avec l'histoire, indique ou précise les mouvements anciens des peuples, les migrations, les aires de colonization, les régions où ”

³⁹³ ROSTAING, 1961, p.7 “rechercher la signification el l'origine des noms de lieux et aussi leurs transformations”

³⁹⁴ SEABRA, 2006, p. 1957.

referência não suscita apenas problemas de sistemática e classificação - as relações são muito mais complexas do que uma relação biunívoca entre palavra e referente - mas também questões históricas e culturais, uma vez que no universo dos nomes de lugares encontramos registros de um passado, de interesses e visão de mundo comuns de um determinado povo. Por isso julgamos que falar de referência em Onomástica implica falar em cultura, história e rede social.

A extração mineral em Diamantina era realizada até pouco tempo com maquinário pesado. Empresas de vários países investiram muito na retirada de diamantes e ouro. Atualmente o garimpeiro que ainda busca pela preciosa pedra, usa de instrumentos pequenos e participa de um processo manual e lento. Para estudiosos da língua falada o contato com eles é essencial para conhecer o vocabulário que usam para lidar com sua prática. Para entender que grupiara designa garimpo o pesquisador deve, antes de qualquer coisa, buscar a integração no grupo, aqui especificamente, os nativos. Há garimpos desativados por todos os distritos diamantinos. A palavra grupiara é sinônimo daqueles que ainda produzem canjicas. A língua, instrumento eficiente de comunicação é um código que pode ou não ser revelado. Uma palavra importante numa cultura, possui acepções controladas pelo seu falante, pois sua revelação, em determinado contexto, é indicativa de fatos e ações que expõem toda uma comunidade. O topônimo Canjica nomeia um lugar no distrito Senador Mourão. Em 2010 o documentário “Terra Deu, Terra Come” de Rodrigo Siqueira registrou a fala da comunidade de Quartel do Indaiá que fica em São João da Chapada, um dos distritos do município supracitado. A palavra canjica, do banto é definida como diamante e grupiara, garimpo profícuo, ou seja, há na região, ainda proibida, a retirada de diamantes, prática exercida por muitos nativos que não desejam a popularidade. A história comprova que junto a essa prática tem o contexto linguístico que traz aspectos complexos já que sua base evidencia influências das línguas africanas, indígenas e de alguns países europeus. O estudo etimológico permitiu vislumbrar o processo que sofreu a língua falada ali. Dos topônimos coletados 16 eram de origem africana, 3 árabe, 1 aramaico, 4 castelhano, 3 catalão, 1 céltico, 4 italiano, 5 francês, 1 inglês, 1 germânico, 4 grego, 4 hebraico, 83 híbrida, 35 indígena, 1 malaia, 180 portuguesa e 10 pré-românica.

3. A dimensão etnodialeológica no léxico toponímico

Na pesquisa realizada a etimologia colaborou muito para a constatação das etnias que estiveram no solo mineiro. Os estudos apontaram para a ocorrência de vários dialetos, Nascimento (2003, p. 46) registra em sua dissertação 63 nações africanas identificadas através de inventários. Certamente as marcas culturais eram fatores que colaboravam com a permanência e sobrevivência da raça. Para Altuna³⁹⁵ diante de tamanha aglomeração “de raças, sub-raças, clãs, tribos, ciclos culturais, línguas e dialetos, tem-se a impressão de que é impossível em África qualquer homogeneidade e que o parentesco primitivo se diluiu completamente.” Tantas diferenças interferiram também na língua. Que língua falavam? Qual foi a cultura predominante? Para Machado Filho (1985, p. 118) “nos primeiros tempos do arraial, os brancos representavam fraca minoria. Eram, por isso, forçados a aprender o linguajar bárbaro. E só lentamente é que a língua de cultura superior veio a primar, como é normal”. A língua dos escravos foi conservada através das cantigas, entendida como prática discursiva social e cultural e era conhecida pelos falantes no período em que esse autor fez seus registros, como língua de Angola, língua banguela e nagô. A respeito da aquisição da língua africana explana o autor:

³⁹⁵ ALTUNA apud NASCIMENTO, 2003, p. 48.

feitores e vigias e donos de lavras precisavam aprender a língua banguela, para entender os escravos e os fiscalizar. E é de notar que esses, seguindo o impulso natural de que as gírias derivam, alteravam de propósito as palavras, ampliando-as ou encurtando-as.

Assim, criavam novos itens léxicos - mostrando o poder da língua, confundindo o feitor e, conscientemente ou não, provocando um movimento de resistência linguística.

Além das palavras de origem africana o ambiente foi receptivo para diversas outras. Para melhor visualização a etimologia foi descrita pormenorizada no quadro a seguir, elencamos alguns términos para ilustrar a tessitura linguística que envolveu os falantes nos séculos anteriores.

Topônimos de origem pré-românica
- Barra *"origem pré-romana. Relacionam-se neste verbete uma série de vocábulos etimologicamente correlacionados." (CUNHA, 1987, p. 100)+; - Barrage [barr- + -age {base pré-românica + sufixo francês} - Barrero [barr- + -ero {base pré-românica + sufixo românico -eiro} - Barririm [barr-+ -irim {base pré-românica + sufixo português -inho} - Barro [origem pré-romana] - Carrasco < <i>carrasca</i> - Carrascão < <i>carrasca</i> - Desbarranque [-des + barranco {prefixo românico -des + base pré-românica}(Novo Aurélio - Século XXI, versão 3.0)]
2. Topônimos de origem românica
Português < Latim
- Abadia < ³⁹⁶ <i>abbatĭa</i> - Acaba mundo < <i>capūt + mūndus</i> - Água verde < <i>āqua + viride</i> - Bixiga < <i>vessĭca</i>
Catalão
- Ilha < <i>illa</i> - Paió < <i>pallol</i> - Quarté < <i>quarter</i>
Castelhano
- Batatal < <i>batata</i> - Gutiérrez < <i>Gutierre</i> - Manhana < <i>mañana</i> - Salite < <i>salitre</i>
2.4 Francês
- Begônia < <i>begônia</i> - Borge < <i>Bourges</i> - Contage < <i>comptage</i> - Sopa < <i>soupe</i> - Guinda < <i>Guinder</i>
Italiano
- Bruna < <i>Bruna</i>

³⁹⁶ O sinal < significa "origina-se de"

- Duduca < <i>Eduardo</i> - Jisuína < <i>Gesuína</i> - Sentinela < <i>sentinèlla</i>
Provençal
- Pataca < <i>pataca</i>
3. Topônimos de origem não românica
3.1 Céltico
- Coimbra < <i>conimbriga</i>
3.2 Grego
- Amintas < <i>Amyntas</i> - Cocais < <i>kókkos</i> - Telécio < <i>Telesphóros</i> - Tumazinho < <i>Tomás</i>
3.3 Hebraico
- Carmo < <i>karmel</i> - João Miguel < <i>Lehohanan + Mikka</i> - Manu < <i>Manuel < Emanuel</i> - Mizael < <i>Mishael</i>
3.4 Germânico
- Barão < <i>Baro</i>
3.5 Árabe
- Açogue < <i>as-ōq</i> - Arábia < <i>`arabīya</i> - Limerá < <i>līmā</i>
3.6 Aramaico
- Tumé < <i>To'ma</i>
3.7 Inglês
- Armintom < <i>Hamilton</i>
3.8 Malaio
- Painera < <i>panni</i>
4. Topônimos de origem indígena – Tupi
- Acaiaca < <i>akaia'ka</i> - Biribiri < <i>biribiri</i> - Bocaiúva < <i>bocayúva</i> - Buriti < <i>burity < miri'ti</i> - Muriçoca < <i>muri'soka</i> - Mumbuca < <i>mu'mjuka</i> - Mubuquina < <i>mu'mjuka + diminutivo português -inha</i> - Tejucana < <i>tu'juka</i> - Tijuco < <i>tu'juka</i> - Toca < <i>oca</i> - Tucaia < <i>to'kaja</i> - Urubu < <i>uru'yu</i>
5. Topônimos de origem africana
- Bambá < <i>mbamba (quimbundo)</i> - Cafundó < <i>(ka)mfundu (quimbundo)</i>

<ul style="list-style-type: none"> - Candonga < <i>kabonga</i> (<i>quimbundo</i>) - Canjica < <i>canjica</i> (<i>banto</i>) - Carimbo < <i>ka'rimu</i> (<i>quimbundo</i>) - Guiné < <i>guiné</i> - Macaco < <i>makaaku</i> (<i>banto</i>) - Macaquim < <i>makaaku</i> (<i>banto</i>) - Makemba < <i>Maquemba</i> (<i>banto</i>) - Mendanha < <i>menganha</i> (<i>banto</i>)
6. Topônimos de origem híbrida:
6.1 Céltico + Românico:
- Minas Sirrinha = <i>mina</i> (<i>céltico</i>) + <i>serra</i> (<i>português<latim</i>) + <i>diminutivo -inha</i>
Pré-românico + Românico:
- Barro quebrado = <i>barro</i> (<i>pré-românico</i>) + <i>crepāre</i> (<i>latim</i>)
- Barro Vermei' = <i>barro</i> (<i>pré-românico</i>) + <i>věrmicŭlus</i> (<i>latim</i>)
Românico + Pré-românico:
- Duas Barras = <i>duo</i> (<i>latim</i>) + <i>barra</i> (<i>pré-românico</i>)
Românico + Hebraico + Origem incerta:
- São João da Chapada = <i>Sanctus</i> (<i>latim</i>) + <i>Lehohanan</i> (<i>hebraico</i>) + <i>Chapada</i> (<i>origem incerta</i>)
Românico + Hebraico + Não encontrado:
- São Miguel do Jequitinhonha = <i>Sanctus</i> (<i>latim</i>) + <i>Mikha</i> (<i>hebraico</i>) + <i>Jequitinhonha</i> (<i>n/e</i>)
Árabe + Românico:
- Bairro da Serra = <i>barri</i> (<i>árabe</i>) + <i>serra -ae</i> (<i>latim</i>)
Românico + Céltico:
- Lagoa da Canga = <i>lăcus</i> (<i>latim</i>) + <i>cambŭca</i> (<i>céltico</i>)
- Planalto de Minas = <i>plănus</i> (<i>latim</i>) + <i>mina</i> (<i>céltico</i>)
Românico + Hebraico:
- Canal do Mizael = <i>Canălis</i> (<i>latim</i>) + <i>Mishael</i> (<i>hebraico</i>)
- Cruz do Jirímia = <i>crux crŭcis</i> (<i>português</i>) + <i>Lirmeiahu</i> (<i>hebraico</i>)
- Dão João = <i>Donum-i</i> (<i>latim</i>) + <i>Lehohanan</i> (<i>hebraico</i>)
- Don'Ana = <i>Dămŭnăre</i> (<i>português</i>) + <i>Hanah</i> (<i>hebraico</i>)
- São João = <i>Sanctus</i> (<i>latim</i>) + <i>Lehohanan</i> (<i>hebraico</i>)
- São José = <i>Sanctus</i> (<i>latim</i>) + <i>Iosseph</i> (<i>hebraico</i>)
Românico + Gótico:
- Vila Rica = <i>Villa</i> (<i>português</i>) + <i>Reiks</i> (<i>gótico</i>)
- Campo d' o'tra banda = <i>campus +alter</i> (<i>latim</i>) + <i>bandwa</i> (<i>gótico</i>)
0. Românico + Grego:
- Campo de Cima = <i>campus</i> (<i>latim</i>) + <i>kyma</i> (<i>grego</i>)
- Cata do Teleço = <i>captre</i> (<i>latim</i>) + <i>Telesphóros</i> (<i>grego</i>)
- Intendente Câmara = <i>Intendant</i> (<i>francês</i>) + <i>Kamára</i> (<i>grego</i>)
- Lagoa de Lino = <i>lăcus</i> (<i>Latim</i>) + <i>Línos</i> (<i>grego</i>)
- Raimundo Xisto = <i>Raimondo</i> (<i>italiano</i>) + <i>Xystós</i> (<i>grego</i>)
1. Românico + Persa:
- Serra Azul = <i>Serrăre</i> (<i>latim</i>) + <i>lăžwărd</i> (<i>persa</i>)
2. Românico + Românico:
- Chico Chaves = <i>Chico</i> (<i>espanhol</i>) + <i>Chávias</i> (<i>português</i>)

<ul style="list-style-type: none"> - Chifre quebrado = <i>chifle (castelhano) + crepāre</i> - Dois Tostão = <i>duo (português) + teston (francês)</i> - Ispinhaço de Minas = <i>spīna (português) + mine (francês)</i> - Jadir Orlandi = <i>Jáder (português) + Orlando (italiano)</i> - Lagoa Seca = <i>lăcus (latim) + secca (italiano)</i> - Mãe Mina = <i>Mater -tris (latim) + Mine (francês)</i> - Pedra do Guinda = <i>petra -ae (latim) + Guinder (francês)</i>
<p>3. Românico + Germânico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Paulo Afonso = <i>Paulus (latim) + Alfons (germânico)</i>
<p>4. Românico + Africano:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ferro de Ingomá = <i>ferrum -i (latim) + ngoma (quimbundo)</i> - Tromba d'Anta = <i>trombétta (italiano) + lamt (africano)</i>
<p>5. Românico + Indígena:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cruz do Acaiaca = <i>crux crūcis (português) + akaja'ka (tupi)</i> - Pau de Araçá = <i>pālus -ī (latim) + ara'sa (tupi)</i> - Pico do Itambé = <i>piccare (latim) + Ita'me (tupi)</i> - Quarté do Indaiá = <i>quarter (catalão) + andá -yá (tupi)</i> - Quarté Merim = <i>quarter (catalão) + mi'ri (tupi)</i>
<p>6. Românico + Origem incerta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bica da Coã = <i>beccu (latim) + coã (origem incerta)</i> - Conselheiro Mata = <i>Consilĥare (português) + Mata (origem incerta)</i> - Olho de Sapo = <i>očŭlus -ī (latim) + sapo (origem incerta)</i> - Pé do Morro = <i>pés pēdis (latim) + morro (origem incerta)</i>
<p>7. Românico + Não encontrado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cruz do Cula = <i>crux crūcis (português) + Cula (origem incerta)</i> - Sinhô Armintas = <i>Sēñior + Armintas (n/e)</i>
<p>8. Siríaco + Românico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tadeu Rocha = <i>Tadeu (Siríaco) + Roche (francês)</i>
<p>9. Hebraico + Românico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - João Borco = <i>Lehohanan (hebraico) + Bosco (português)</i> - Zé Pedro = <i>Zé hipocorístico de José losseph (hebraico) + Petrus (latim)</i> - João Perera = <i>Lehohanan (hebraico) + Pirum-ī (latim)</i> - Maria Nunes = <i>Miryám (hebraico) + Núnez (português)</i>
<p>0. Hebraico + Indígena:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Zé Paraná = <i>Zé hipocorístico de José losseph (hebraico) + Pará-nã (tupi)</i>
<p>0. Hebraico + Indígena:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Zé Paraná = <i>Zé hipocorístico de José losseph (hebraico) + Pará-nã (tupi)</i>
<p>1. Germânico + Românico:</p> <ul style="list-style-type: none"> Alberto Mota = <i>Albrecht (germânico) + Mota (português)</i>
<p>2. Grego + Românico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dirceu Mota = <i>Dirkaios (grego) + Mota (português)</i> - Olimpo Martins = <i>O'lympos (grego) + Martinici (latim)</i>
<p>3. Indígena + Grego:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capoeira do Calixto = <i>ko'pŷera (tupi) + Kállistos (grego)</i>
<p>4. Indígena + Românico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capão Grosso = <i>kaa'paū (tupi) + grössus (latim)</i>

<ul style="list-style-type: none"> - Inhacica Grande = <i>inha</i> (tupi) + <i>grandis</i> (português) - Inhacica Pequena = <i>inha</i> (tupi) + <i>pitinnu</i> (latim) - Itambé do Serro = <i>Ita'me</i> (tupi) + <i>Cirru</i> (latim) - Tapera de Mercedes = <i>tape'ra</i> (tupi) + <i>Mērcēs -ēdis</i> (latim).
<p>5. Indígena + Hebraico + Românico:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Capoeira de Zé da Chica = <i>ko'pɥera</i> (tupi) + hipocorístico de José <i>Iosseph</i> (hebraico) <i>Zé + hipocorístico de Franciscus</i> (latim) <i>Chico</i>
<p>6. Origem incerta + Românico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Arraiá dos Forro = <i>arraial</i> (origem incerta) + <i>forro</i> < <i>feurre</i> (francês) - Morro do Chapéu = <i>morro</i> (origem incerta) + <i>chapel</i> (francês) - Varge do Pau = <i>varge</i> (origem incerta) + <i>pālus -ī</i> (latim) - Vargem da Rema = <i>vargem</i> (origem incerta) + <i>rēmus -ī</i> (latim)
<p>7.29. Origem incerta + Indígena:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Arraiá do Tijuco = <i>arraial</i> (origem incerta)+ <i>Tijuco</i> < <i>tu'juka</i> (tupi) - Coquero do Buriti = <i>coquero</i> (origem incerta) + <i>mĩrĩ'tĩ</i> (tupi) - Morro do Calumbi = <i>morro</i> (origem incerta) + <i>caá-r-umby</i> (Calumbi)
<p>7.31. Não encontrado + Românico:</p> <p>Jiquitionha Preto = <i>jiquitionha</i> (n/e) + <i>prettus</i> (latim)</p>
<p>7.32. Não encontrado + Germânico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Jiquitionha Branco = <i>jiquitionha</i> (n/e) + <i>blanck</i> (germânico)

Quanto à origem dos nomes a região investigada apresenta 182 ocorrências, cerca de 44% de nomes cuja origem é português < latim, exemplos: Agulha, Amizade, Barbada. Essa predominância se justifica pelo processo de formação linguística que o Brasil se submeteu após a colonização portuguesa. Esta análise, portanto, objetiva a investigação de casos de variação, mudança e retenção linguística após análise sincrônica e diacrônica envolvendo dados de língua oral contemporânea, escrita contemporânea e escrita antiga.

4. Conclusão

A pesquisa realizada na região seguiu os critérios estabelecidos pela sociolinguística. Primeiramente, observaram-se dados de língua falada coletados em 22 entrevistas orais, em seguida, consultaram-se mapas antigos para coletar dados da língua escrita e, finalmente, foram comparados presente e passado, objetivando observar casos de variação, mudança ou retenção linguísticas. Dessa abordagem resultaram aspectos etnodialetológicos observados nos processos históricos da língua falada na região, em que atuaram índios, brancos e negros, nesses últimos três séculos. A etimologia dos nomes estudados em que configuram as bases pré-românica, românica (português, francês, italiano), não românica (africano, árabe, aramaico, céltico, germânico, grego, hebraico, indígena, inglês, malaio) e formações híbridas revela o tecido cultural construído e conservado pela comunidade linguística diamantinense.

Referências Bibliográficas

DAUZAT, A. ROSTAING, CH. Dictionnaire étymologique des noms de lieux en France. 2ed. Paris: Librairie Guénégaud, 1989.

DAUZAT, A. La toponymie française. Paris: Payot, 1971.

_____. Les noms de Lieux: Origene et évolution - villes et villages, pays, cours d'eau, montagnes, lieuxdits. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

LILLO, M. B. En busca de los nombres: toponímia Indígena e Hispânica. Temuco; Chile: Universidad La Frontera, 2002.

MACHADO FILHO, A. M. Arraial do Tijuco, cidade de Diamantina. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. _____. O negro e o garimpo em Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

NASCIMENTO, L. V. do. A África no Serro Frio - Vissungos: uma prática social em extinção. 2003. 129f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

POTTIER, Bernard. Le Language. Les Dictionnaires. Savoir Moderne Paris : Denoel, 1973. ROSTAING, C. Les noms de Lieux. Paris: Presses Universitaires de France, 1961. SEABRA, 2006, p. 1957.

SEABRA, M. C. T. C. Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais - Brasil. In: XV Congreso Internacional de la Asociación de Linguística y Filología de América Latina. 2008, Montevideo. Libro de Resúmenes. Montevideo: Alfal, 2008. v. 1.

_____. Gualacho, Mato Dentro, Outra Banda - topônimos da Região do Carmo - MG: questões léxico-históricas. In: SEABRA, M. C. T. C. (Org.). O léxico em estudo: Lexicografia. Toponímia. Lexicologia. Etimologia. Neologismo. Cultura. Terminologia. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 137 - 154.

_____. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, J. S. TRAVAGLIA, L. C. (Org.). Múltiplas Perspectivas em Linguística. Uberlândia/MG: EDUFU, 2006, v. 1, p.1953-1960.

_____. Toponímia Africana em Minas Gerais: região do Rio Doce. In: ISQUERDO, A. N; FINATTO, M.J.B. (Orgs). As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. v.IV. Campo Grande/MS: UFMS/UFRGS, 2008b. p.145-160.

, M. C. T. C. Toponímia do Vale: Passado e Presente. In. SOUZA, J. V. A. de.; HENRIQUES, M. S. (orgs). Vale do Jequitinhonha: Formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/Proex, 2010. (p. 83-96).

SEABRA, M. C. T. C. ISQUERDO, A. N. A trilha dos “buritis” no vocabulário onomásticotoponímico: um estudo na toponímia de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul. In: VII Encontro Intermediário do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, 2009, Uberlândia. VII ENGTLEX. Resumos. Uberlândia : ANPOLL/UFU, 2009.

SEABRA, M. C. T. C. ; SANTOS, M. M. D. dos. Motivação toponímica da Comarca do Serro Frio: estudo dos registros setecentistas e oitocentistas em mapa da Capitania de Minas Gerais. In: III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2009, Ouro Preto. Ouro Preto : Centro de Referência em Cartografia Histórica/ UFMG, 2009. p. 56-56.

A TOPONÍMIA RURAL DA MICRORREGIÃO DE QUIRINÓPOLIS/SUL GOIANO – O NOME DOS ACIDENTES FÍSICOS

Renato Rodrigues PEREIRA (UEMS)³⁹⁷

Resumo: Este trabalho resulta do estudo da toponímia dos acidentes físicos da microrregião de Quirinópolis – Sul Goiano. Objetivamos, para tanto, inventariar os topônimos a partir de mapas oficiais do IBGE³⁹⁸, classificá-los de acordo com as taxionomias propostas por Dick (1992); e analisá-los em termos de motivação designativa, levando em consideração as duas taxionomias mais produtivas. Orientamo-nos, pois, pelos princípios teórico-metodológicos da Toponímia e de disciplinas afins. Os resultados desta pesquisa evidenciaram aspectos da relação entre o homem e o ambiente que o cerca, em face da preferência por nomes de natureza física.

Palavras-chave: Toponímia rural. Microrregião de Quirinópolis. Acidentes físicos.

1. Introdução

Ao estudar o processo de nomeação de uma localidade, há que se considerar a importância e influência do meio físico no ato designativo de um lugar, dada a considerável produtividade de topônimos cuja motivação é oriunda do meio circundante. O estudo da toponímia dos acidentes geográficos, como o apresentado neste trabalho, evidencia não só aspectos da realidade geográfica da região, como também marcas socioculturais e linguísticas da sociedade local.

A Toponímia, conforme Dick (1992, p. 119), é o estudo dos designativos geográficos em sua bipartição física (rios córregos, ilhas, morros) e humana (aldeias, povoados, cidades, fazendas. Para essa mesma pesquisadora, reserva-se à Toponímia “o direito de se apresentar também como a crônica de uma comunidade, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras”. Desse modo, a pesquisa toponímica configura-se como estudo de caso, já que trabalha, primeiramente, com o que está mais próximo, ou seja, o grupo/homem que pensou o nome e designou um lugar no espaço, utilizando-se, para tanto as palavras da língua.

Ao utilizar signos linguísticos do acervo lexical de uma língua para nomear um lugar, o homem manifesta sua cultura, seu comportamento, a história de seu povo. Pela língua, então, pode-se investigar determinado grupo social, uma vez que é ela resultado do reflexo das características sócio-linguístico-culturais da sociedade.

No tocante ao caráter social da linguagem, Sapir (1969, p. 20-26) assinala que “...a trama de padrões culturais de uma civilização está indicada na língua em que esse civilização se expressa. [...] a língua é, antes de tudo, um produto cultural ou social, e assim deve ser entendida”. Para o autor, a língua modela o modo de ver, ouvir e sentir o mundo, ou seja, os hábitos linguísticos de uma determinada comunidade predispõem certas escolhas de interpretação. Assim, até atos simples de percepção estão à mercê dos padrões sociais que se chamam palavras.

Com o estudo toponímico da microrregião de Quirinópolis aqui apresentado, são evidenciados aspectos da relação entre língua, cultura e sociedade, manifestada na maneira das pessoas nomearem o espaço geográfico onde vivem. No estudo da língua, importa

³⁹⁷ UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Cassilândia. Brasil. E-mail: astrolabiopp@hotmail.com.

³⁹⁸ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

desvendar aspectos da cultura local para uma melhor compreensão da relação do homem com o mundo que o cerca. Biderman (1998, p. 89), ao focalizar a relação do homem com a realidade, pondera que os critérios de classificação usados para classificar os objetos são muito diferenciados e variados, podendo ser referente ao uso que o homem faz de um dado objeto; um determinado aspecto do objeto que fundamenta a classificação; ou até mesmo um determinado aspecto emocional que um objeto pode provocar em quem o vê.

Desse modo, o homem cria o léxico que acaba por constituir-se numa forma de registrar o conhecimento do universo, já que, ao mesmo tempo em que nomeia, também classifica os referentes (BIDERMAN, 1998, p. 91).

Neste artigo, discutimos resultados parciais da pesquisa que realizamos para a dissertação de mestrado *A Toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do Sul Goiano* (PEREIRA, 2009), produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da UFMS/CCHS, que focalizou o estudo dos topônimos dos acidentes físicos dos nove municípios da microrregião de Quirinópolis/GO, que fazem divisa com Mato Grosso do Sul e com Minas Gerais: *Cachoeira Ata, Caçu, Gouvelândia, Itajá, Itarumã, Lagoa Santa, Paranaiguara, Quirinópolis e São Simão*.

Centrada nos topônimos de natureza física (córrego, rio, ilha, lagoa, ribeirão, lago, cachoeira, etc.) da microrregião estudada, a pesquisa de mestrado referida configurava-se naquele momento como um primeiro estudo sistemático da toponímia de Goiás, do ponto de vista linguístico, representando, assim, uma primeira iniciativa em prol de um futuro Atlas toponímico do estado de Goiás³⁹⁹.

Com o recorte aqui apresentado, analisamos a nomenclatura dos acidentes físicos geográficos da microrregião de Quirinópolis, localizada na mesorregião do Sul Goiano. Após inventariarmos os topônimos a partir de mapas oficiais do IBGE, com escala 1:100.000, classificamo-los de acordo com as taxionomias propostas por Dick (1992); e analisamos as duas taxionomias de topônimos mais produtivas com vistas a recuperar condicionantes de natureza sócio-ambiental que motivaram a origem do topônimo.

2. Toponímia: alguns pressupostos

A Toponímia investiga os topônimos – nomes de lugares, evidenciando, assim, a relação homem-ambiente-língua-cultura que foi tão bem defendida por Sapir (1969), para quem a língua de um povo é influenciada pelo ambiente, tanto os fatores físicos como os sociais. De acordo com o pesquisador, na língua pode ser refletido todo o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano. Para ele, os fatores físicos são os referentes aos aspectos geográficos, como a topografia da região, clima, regime de chuvas, assim como o que se pode chamar de base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais. Já por fatores sociais, entendem “as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo” (SAPIR, 1969, p. 4).

Ainda que Sapir não tenha referido diretamente à toponímia, quando verificamos o constatado pelo pesquisador ao realizarmos o estudo toponímico de uma região, como é o nosso caso, percebemos indícios que nos direcionam a confirmar que o ambiente está refletido na língua por meio dos topônimos. Sobre o assunto, Dick (1990, p.19) assinala que “a história

³⁹⁹ No estado de Goiás, a única pesquisa toponímica a que tivemos acesso, à época da realização da pesquisa, foi à realizada quando, em homenagem ao aniversário de Goiânia, a Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás promoveu, no dia 21 de outubro de 2006, o evento “Sábados da Toponímia: história dos nomes de Goiânia e de Goiás”, com as palestras “A escolha do nome ‘Goiânia’ para a Nova Capital do Estado: história de um concurso” e “O processo de fixação dos nomes dos primeiros setores de Goiânia”. Trabalho disponível no site <http://www.adufg.org.br/noticias.php?idmateria=893&idkink=1&day=19&month=10&year=2006>. Acesso em 16 de junho de 2007.

dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes.

Nesse contexto, destacamos as palavras de Ullmann (1973, *apud* ISQUERDO, p. 1996, p. 85) quem assinala que a principal função dos topônimos é “identificar e não significar”. Entretanto, ao se tratar da situação específica do topônimo, embora seja um signo similar aos demais signos da língua e, por isso, está sujeito às mesmas leis que orientam as outras unidades lexicais do sistema linguístico, segundo Dick (1992, p. 16), o topônimo “não é um signo linguístico especial, mas ao contrário, um designativo vocabular comum, acrescido, porém, da função específica de identificação dos lugares” que, ao ser manipulado pelo denominador, configura-se como signo linguístico enriquecido que reflete os aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos, físico-geográficos, ou seja, apresenta, em sua origem, aspectos relacionados com a realidade, com os fatores extralinguísticos.

Como disciplina linguística, a Toponímia vale-se das contribuições advindas de outras áreas, sobretudo da Lexicologia e da Semântica. Efetua a análise lexicológica dos topônimos, estabelece modelos taxionômicos para a classificação dos designativos e os analisa numa perspectiva etnolinguística, revelando-nos muito sobre aspectos históricos, culturais e geográficos, bem como os estratos linguísticos formadores dessa mesma região. Assim, percebe-se a grande influência étnica na designação dos nomes de lugares. Em meio a essa relação étnica de caráter sócio-ambiental, Isquerdo (1997, p. 33) destaca que “os topônimos apresentam-se sempre como a síntese dos sentimentos vividos pelo denominador no ato da nomeação”. Entende-se, desse modo, que um nome nunca é dado por acaso, isto é, sempre há um motivo por trás de uma designação. Tudo que está ao redor do homem pode influenciar na escolha de um nome, uma vez que as forças sociais interagem de tal forma no homem que “as influências meramente ambientais podem, por sua vez, ser consideradas como de caráter ambiental, no sentido de que cada indivíduo se acha colocado em meio a um conjunto de fatores sociais, a eles reagindo, portanto” (SAPIR, 1969, p. 44-45).

Nos primórdios dos estudos toponímicos, a Toponímia, como parte da Linguística, privilegiava, em suas investigações, aspectos históricos e transformações fonéticas dos nomes, portanto, um estudo de natureza filológica. Assim, durante muito tempo, as pesquisas toponímicas seguiam uma orientação basicamente alicerçada em investigações de cunho etimológico e histórico do signo, ou seja, puramente linguístico. Entretanto, apenas esse enfoque não se mostrou suficiente, conduzindo a novos caminhos para o estudo da toponímia, considerando-se, também, em algumas circunstâncias, fatores linguísticos e extralinguísticos. Em face disso, contemporaneamente, a Toponímia assumiu novos contornos, uma vez que, como disciplina integral e dinâmica, ligada à Linguística, considera a motivação do topônimo como uma forma de o designador imprimir, no ato da nomeação, características de natureza linguística, cultural e social no designativo escolhido para identificar o espaço em questão. Desse modo, por meio da designação, o nomeador revela condicionantes ambientais que o influenciaram no ato de escolha do topônimo. Dick (1992, p. 147), nesse particular, assinala que a marca dialetológica dos estudos toponímicos que estão surgindo completam-se pela contextualização sócio-ambiental do nome e de sua adequação aos campos léxico-semânticos de nomenclatura toponomástica. Com o avanço científico das pesquisas que vêm sendo realizadas na disciplina Toponímia e a partir de modelos existentes, os pesquisadores têm desenvolvido novos mecanismos com vistas a analisar a toponímia de uma região.

Em síntese, segundo Dick (2006, p. 96), “se, anteriormente, pela sua etimologia, a Toponímia estudava o lugar, mas, conjuntamente, o espaço e o *nome do espaço*. Mudamos, portanto, o foco de análise, ou seja, de ‘Sistema toponímico’ para ‘Sistema onomástico’”. A autora esclarece que não se trata, nesse caso, de uma substituição formal, mas sim de uma “inclusão significativa”. Com isso, surgiram novas possibilidades de análise, pois a partir

do estudo do lugar e pelo jogo de intercorrências significativas que apresenta, passou-se, então, ao estudo do onoma = nome, ou dos substantivos ou palavra nocional, para abranger, dessa forma, uma gama maior e diversificada de objetos de análise. Assim, conforme Dick (2006, p. 97), a partir dessa concepção mais ampla de pesquisa, a Toponímia “poderá estudar um símbolo de uma comunidade determinada (caso do ‘relógio’ da fábrica do bairro de Jaguaré, SP, aí existente, tempos atrás)”, bem como os nomes de estabelecimentos comerciais, nomes de escolas, bens públicos, dentre outros. Observa-se que, com mais essa possibilidade de investigação focalizada na palavra sígnica, a Toponímia expandiu o seu campo de pesquisa, não perdendo o seu foco inicial – análise de documentos, reconstituição dos textos, a informação transmitida pela palavra e sua ressignificação.

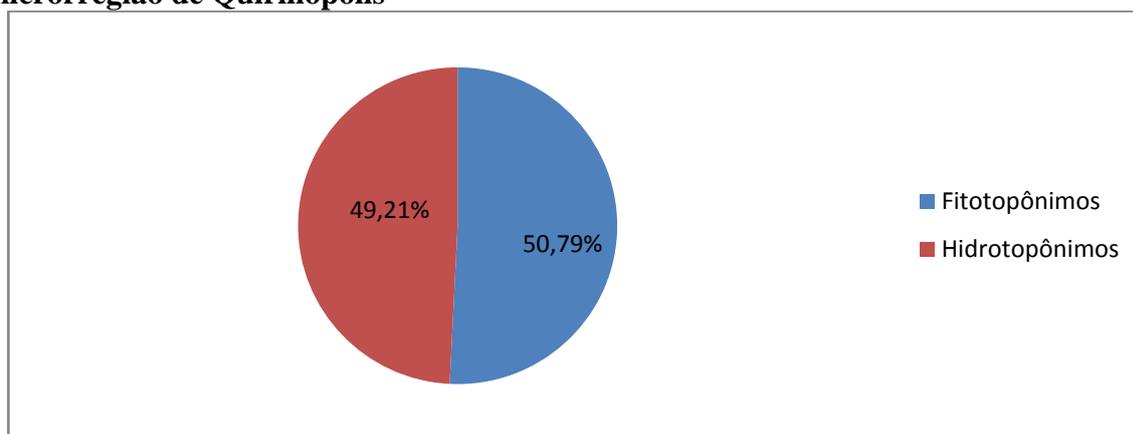
3. Análise e discussão dos dados

Os dados inventariados nos mapas oficiais do IBGE, conforme informado na introdução deste artigo, somaram 932 (novecentos e trinta e dois) topônimos. Desse total, 315 (trezentos e quinze) topônimos enquadram-se nas duas taxionomias mais produtivas, ou seja, 160 (cento e sessenta) são fitotopônimos⁴⁰⁰ e 155 (cento e cinquenta e cinco) são hidrotopônimos⁴⁰¹.

O *corpus* analisado revela a tendência geral da toponímia brasileira quando o estudo trata da toponímia rural de uma região. Ou seja, quando se trata da toponímia rural, há tendência de nomes que se enquadram em taxionomias de natureza física⁴⁰². Já estudos da toponímia urbana, há a prevalência de topônimos de natureza antropocultural⁴⁰³.

O estudo das duas taxionomias mais produtivas do *corpus* estudado demonstra características do ambiente físico, como também a influência que o meio exerce sobre as pessoas no momento de atribuir um nome a um lugar, além de evidenciar a importância do homem no meio em que vive. O Gráfico I a seguir apresenta a distribuição percentual dessas taxionomias no universo pesquisado.

Gráfico I – Distribuição percentual das duas taxes mais produtivas na toponímia da microrregião de Quirinópolis



⁴⁰⁰ **Fitotopônimos:** topônimos originados de nomes de vegetais: serra da **Guariroba** – AF/Caçu – GO (PEREIRA, 2009, p. 42).

⁴⁰¹ **Hidrotopônimos:** topônimos originados de acidentes hidrográficos: Córrego **do Açude** – AF/Caçu – GO (PEREIRA, 2009, p.42).

⁴⁰² **Taxionomias de natureza física:** caracterizam o ambiente em todos os aspectos que compõem sua formação – rios, córregos dimensões formações topográficas, árvores, animais, etc (DICK, 1992, p. 31-34).

⁴⁰³ **Taxionomias de natureza antropocultural:** caracterizam as manifestações psíquicas, sociais e culturais do homem, no meio em que se encontra – estado de ânimo, sentimentos, nomes próprios, nomes de cidades, estados, países, títulos (DICK, 1992, p. 31-34).

Como destacado no Gráfico I, as duas taxionomias toponímicas de maior produtividade em termos de ocorrências na microrregião de Quirinópolis – Sul Goiano foi a dos *fitotopônimos* com (160) cento e sessenta topônimos, representando um percentual de 50,79% do *corpus* analisado.

Verifica-se que o designador recorreu, com maior frequência, a aspectos da flora no ato de batismo de um acidente geográfico, uma vez que os topônimos de índole vegetal têm relação com plantas no universo pesquisado. A. J. Sampaio (1938, apud DICK, 1990, p. 146), ao discorrer sobre “o patrimônio florístico do Brasil” e a conseqüente proteção à natureza, faz referência aos numerosos benefícios da flora, assinalando que “uns conhecidos de toda a gente, outros reconhecidos pela ciência, nas suas pesquisas sobre as relações entre os seres vivos, a atmosfera e o solo [...]”.

Percebe-se que vários são os benefícios que as plantas de uma região proporcionam aos seus habitantes. Possivelmente seja esse o motivo de o denominador/enunciador registrar as características locais de uma região na nomeação dos acidentes geográficos, por meio do topônimo. Na microrregião de Quirinópolis, por exemplo, encontramos tanto elementos típicos da flora local, quanto espécies que podem ser encontradas em todo o território brasileiro.

Nesse particular, novamente recorremos à posição de A. J. Sampaio (1938 apud DICK, 1990, p. 193-194), para ratificar o exposto:

numa região como o Brasil, onde a vegetação exuberante, variada e intensa em vastíssimas zonas, a denominação dos lugares de procedência indígena deve, de contínuo, traduzir vegetal, ou pelas espécies características. A geografia aqui reflete nas denominações dos lugares a característica vegetal de cada uma. Não é, pois, de estranhar-se o frequente emprego de nomes de plantas, árvores, para individualizar um rio, um banhado, um vale, um provado, uma serra, um acidente topográfico qualquer.

No universo pesquisado, observa-se claramente o reflexo das características locais nas denominações dos lugares, como em córrego da *Capoeira*, córrego *Cedro*, córregos dos *Coqueiros*, serra da *Guariroba*, córrego do *Jatobá*, serra da *Matinha*, ribeirão do *Sapé*, córrego da *Pitanga*, dentre outros.

Dos 160 fitotopônimos estudados, 12 nomes ocuparam até a quinta colocação em termos de produtividade no conjunto dos dados, representados no Quadro 01 a seguir:

Nomes	Ocorrências	Colocação
Bálsamo	14	1º
Buriti	14	1º
Palmito	08	2º
Coqueiro	07	3º
Guariroba	07	3º
Sapé	07	3º
Taboca	07	3º
Macaúba	06	4º
Mata	06	4º
Jatobá	04	5º
Matinha	04	5º
Café	04	5º

Quadro 01 - Fitotopônimos mais produtivos na microrregião de Quirinópolis/GO.

Conforme os dados apresentados no Quadro 01, dentre os topônimos de maior produtividade, situam-se designativos originados de nomes de plantas vinculados a várias áreas da fitologia, como: **madeira de lei** – *jatobá*; **palmeiras** – *buriti*, *guariroba*, *macaúba*, *palmito* (gomo do caule de alguns tipos de palmeiras); **gramínea** – *sapé*; **arbusto/erva pequena** – *bálsamo*; **árvores/arbustos** – *café* (fruto do cafeeiro); termo genérico indicativo de **área coberta de plantas silvestres de portes diversos** – *mata*.

A grande incidência de topônimos de índole vegetal na microrregião em estudo pode ser justificada pela importância das plantas no cotidiano do homem, já que são imprescindíveis à qualidade de vida, daí a tendência de valorização da vegetação no processo de nomeação dos acidentes físicos e humanos.

Ao olharmos para os dados *fitotoponímicos*, levando em consideração os estratos linguísticos formadores de topônimos, registramos uma considerável incidência de fitotopônimos de base tupi. Dos 160 (cento e sessenta) *fitotopônimos*, 88 (oitenta e oito) são de origem portuguesa, 76 (setenta e seis) são de base tupi e 01 (um) de origem africana. Ou seja, quase a metade dos topônimos é de origem indígena. Essa produtividade de *fitotopônimos* de origem indígena na toponímia da microrregião de Quirinópolis é pertinente, se levarmos em conta os vários fatores que contribuíram esse significativo número de ocorrências, como por exemplo: a internalização de nomes de origem tupi na língua falada pelos bandeirantes que vieram para Goiás e a presença de índios dessa etnia nas bandeiras na época da colonização do interior do Brasil e, conseqüentemente, do sertão goiano. Vale ressaltar que, no período colonial, os índios desempenhavam importantes tarefas no âmbito das bandeiras: confecção de cartas cartográficas, atuação como intérpretes, construção de embarcações, caça de animais cuja carne era usada como alimentação, colheita de plantas para fins medicinais, dentre outras tarefas (HOLANDA, 1975, *apud* ATAÍDES, 2006, p. 57-58).

Já a maior produtividade de topônimos de origem portuguesa é explicável por fatores de natureza histórica: os dominadores/colonizadores impuseram aos povos indígenas sua soberania, sua cultura e sua língua, tanto que, não só na microrregião de Quirinópolis, mas em todo o Brasil, é constatada a superioridade de topônimos de origem portuguesa na toponímia.

Já o baixo índice de topônimos de origem africana dentre os *fitotopônimos* – somente o córrego das *Bananas* – pode ser computado à própria questão do menor número de empréstimo das línguas africanas no léxico do português do Brasil, se comparado ao número de empréstimos oriundos das línguas indígenas e considerado o grande contingente de povos africanos que veio para o Brasil no período colonial. Há que ser considerada também a condição desprivilegiada do negro escravo na sociedade brasileira de então. Conseqüentemente, a língua falada pela população negra também acabou sendo marginalizada, o que se reflete na toponímia brasileira.

Os hidrotopônimos, segunda taxa mais produtiva, correspondem a um percentual de 49,21%, correspondendo a 155 (cento e cinquenta e cinco) topônimos. A água é a essência da vida, por isso, a tendência de o denominador/designador, no ato de batismo de um topo, valer-se de nomes relacionados ao elemento água para nomear os lugares.

Consoante Dick (1990, p. 196), a ocorrência de topônimos de “natureza hidronímica propriamente dita, vincula-se à importância dos cursos de água para as condições de vida”, daí a tendência de os primeiros povoados se formarem nas margens dos rios. Em termos de Brasil, os desbravadores no período colonial no mais das vezes utilizavam os rios como caminho, nas chamadas monções, e se alojavam perto de um rio ou de um córrego.

O homem, desde os tempos mais remotos, utiliza a água e os benefícios que ela lhe proporciona para sua sobrevivência, incluindo a locomoção. Na microrregião de

Quirinópolis, por exemplo, a maioria dos limites políticos oficiais dos nove municípios é marcada pelos rios da região. Assim, no espaço geográfico aqui estudado a importância dos cursos d'água recai não só no quesito fonte de alimentação, como também no processo de povoamento e no desenvolvimento econômico da região.

Dick (1990, p. 197) destaca também o valor mítico da água no cotidiano do homem:

o aspecto aventureiro que grandes volumes líquidos sempre despertaram nas populações, verdadeira fascinação pelo desconhecido, que as levou a criar lendas e figuras míticas, poemas e cantos, sagas de uma raça, todo um maravilhoso, enfim, resumindo um ideal de vida ou de morte.

O homem, ao procurar conhecer o universo que o cerca, cria oportunidades para desvendar segredos, para construir e encontrar lugares para fixar-se e dar início a comunidades e, com isso, acaba aprendendo com suas descobertas, com seus erros e acertos. Dessa forma, ao transportar o seu conhecimento e importância da água para o topônimo, o designador distingue o acidente geográfico dos demais, facilitando, assim, a orientação do homem no espaço que o cerca. Além disso, proporciona subsídios para o conhecimento prévio do lugar. No universo pesquisado, por exemplo, dois topônimos confirmam isso: o córrego do *Salto* e a cachoeira *Salto do Rio Claro*. Esses dois acidentes geográficos situam-se em uma localidade onde há duas cascatas de águas abundantes, maravilhosas, denominadas pela comunidade local de “Primeiro Salto” e “Salto do Marianinho”.

Outros dois hidrotopônimos também merecem destaque na microrregião de Quirinópolis: o rio *Paranaíba* e o rio *Aporé*. O nome Paranaíba, segundo Sampaio (1928, 282), é originado do termo tupi *paranãayba*, “o grande caudal ruim”, ou de navegação impraticável. O rio com esse nome nasce na serra da Mata da corda, em Minas Gerais, e corre em direção oeste, servindo de divisa entre os estados de Minas Gerais e de Goiás. O rio *Aporé*, por sua vez, é afluente do rio Paranaíba e o topônimo que o identifica é de origem tupi que, segundo Tibiriça (1985, p. 21), remete a *apari*, originado do tupi *abá-r-y*, o rio do índio. Esse rio banha os estados de Goiás e de Mato Grosso do Sul, estabelecendo a divisa entre esses dois Estados. Em síntese, os rios *Paranaíba* e *Aporé* separam politicamente a microrregião de Quirinópolis dos estados de Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais. Notamos que esses e outros topônimos já mencionados emprestam à geografia o termo para denominar os acidentes em estudo. Nessas circunstâncias, o elemento genérico transforma-se em elemento específico, o topônimo por excelência, gerando o fenômeno da toponimização que resulta do aproveitamento de nomes de acidentes fluviais que fazem parte de um curso d'água na toponímia, segundo Dick (1990, p. 245). Exemplos: córrego da *Lagoa*, córrego da *Grota*, córrego da *Cachoeira*, salto do *Rio Verdinho*, cachoeira do *Salto*, córrego da *Vertente*.

Nesse particular, Dick (1992, p. 64) assinala que o recurso de buscar a denominação na própria geografia justifica o aparecimento de vocábulos toponímicos básicos, que refletem um determinado estrato do ambiente. Assim, acreditamos que os nomes com essas características no contexto aqui estudado podem ter sido motivados pelo próprio ambiente físico, uma vez que recuperam características da hidronímia local.

Outro aspecto que importa ser assinalado na *hidrotoponímia* aqui focalizada diz respeito aos *hidrotopônimos* compostos. O terceiro elemento do sintagma nominativo pode definir os acidentes, segundo o aspecto do referente, seja por meio do estado da água (córrego *Água Limpa*, córrego *Água Parada*, ribeirão da *Água Fria*), seja pelas suas características cromáticas (córrego *Água Amarela*, salto do *Rio Verdinho*). Ao tratar dessa questão, Dick (1992, p. 66-67) esclarece que a tipologia de uso de vocábulos básicos e sua relação geográfica é a de maior frequência nominativa, deixando transparecer o aspecto

descritivo como traço pertinente à categoria, que geralmente reflete um aspecto duradouro do acidente.

Notamos, portanto, que o denominador, ao valer-ser de elementos de índole hidrográfica da microrregião de Quirinópolis, demonstrou a importância da água na vida do homem dessa região.

4. Considerações finais

O estudo dos 932 (novecentos e trinta e dois) topônimos dos acidentes físicos da microrregião de Quirinópolis (toponímia rural) evidenciou características sócio-linguístico-culturais, históricas e geográficas da microrregião de Quirinópolis. Os dados demonstram a influência do ambiente físico na toponímia da microrregião de Quirinópolis, assim como aspectos da relação entre o homem e o ambiente que o cerca.

Em síntese, os *fitotopônimos* e os *hidrotopônimos* revelam, pela sua expressividade na nomenclatura dos acidentes físicos do universo pesquisado, a grande preferência do homem por elementos do seu ambiente circundante, em especial os da vegetação e os do elemento água, no processo de nomeação dos acidentes geográficos, confirmando, assim, tendências já demonstradas em outros estudos sobre a toponímia brasileira.

Importa destacar aqui que os dados referentes às duas taxes mais produtivas somam um total de 315 (trezentos e quinze) topônimos, ou seja, dos 932 topônimos de acidentes físicos do universo pesquisado, 1/3 estão entre as duas taxes mais produtivas.

Referências

ATAÍDES, Jézus Marco de. A Chegada do Colonizador e os Kaiapó do Sul. In: MOURA, Marlene Castro Ossani de (coord.) *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Editora da UCG/Ed. Vieira/Ed. Kelps, 2006, p. 51-88.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da Palavra. In: *Revista Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo: USP, 1998. p. 81-118.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

_____. Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de Caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 91-117.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A Toponímia como signo de representação de uma realidade. In: *Fronteiras – Revista de História (UFMS)*. Campo Grande: Editora UFMS, v. 1, n. 2, jul./dez. 1997, p. 27-46.

_____. *O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural*. (Tese de Doutorado). Araraquara: UNESP, 1996.

PEREIRA, Renato Rodrigues. *A Toponímia de Goiás: em busca da descrição de nomes de lugares de municípios do Sul Goiano*. (Dissertação de Mestrado) Campo Grande: UFMS, 2009.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na geografia nacional*. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.

SAPIR, Edward. *A lingüística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

TIBIRIÇA, Luiz Caldas. *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*. Significado dos nomes geográficos de origem tupi. São Paulo: Traço Editora, 1985.

A TOPONÍMIA URBANA EM CAMPO GRANDE/MS: ALGUMAS TENDÊNCIAS

Letícia Alves Correa de OLIVEIRA (PG-UFMS)⁴⁰⁴
Aparecida Negri ISQUEDO (UFMS-CNPq)⁴⁰⁵

Resumo: Este trabalho analisa algumas tendências da toponímia urbana de Campo Grande/MS, com base nos nomes de ruas e avenidas dos bairros mais antigos da cidade, distribuídos em sete regiões urbanas. Para este estudo, foram utilizados o mapa oficial da cidade e documentos disponíveis em órgãos públicos de Campo Grande. O estudo tem como objetivo principal verificar em que proporção os diferentes recortes de nomes de logradouros apontam para padrões toponímicos urbanos e orientou-se por princípios teórico-metodológicos da Lexicologia e da Toponímia, em especial o modelo teórico concebido por Dick (1990; 1992; 1996).

Palavras-chave: Léxico. Toponímia urbana. Campo Grande.

1. Introdução

O léxico é o acervo vocabular utilizado pelos falantes de uma língua para nomear os elementos existentes na sociedade. Assim, ao fazer uso do seu repertório lexical, o homem deixa transparecer suas crenças, ideologias, costumes, pensamentos e conceitos, além de manifestar experiências culturais vivenciadas e acumuladas no decorrer da história do seu grupo social. Nesse sentido, o léxico registra todo o conhecimento existente no universo (BIDERMAN, 2001, p.13), já que não é possível nomear um objeto ou transmitir uma ideia, seja ela de forma verbal ou escrita, sem fazer uso desse repertório vocabular. Ainda, de acordo com Biderman, foi esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais.

A nomeação do espaço decorre da própria necessidade de organização e de orientação. Nesse sentido, os estudos toponímicos são de grande importância para o resgate de aspectos da história e para a compreensão do meio social. Assim, a toponímia, como estudo dos nomes próprios de lugares, reflete as expectativas e a motivação do denominador no ato da nomeação do elemento geográfico. Nessa perspectiva, este texto tem como objetivo verificar tendências da toponímia urbana de Campo Grande/MS, buscando demonstrar em que proporção os diferentes recortes de nomes de logradouros apontam para padrões toponímicos urbanos. Vale ressaltar que a nomeação de logradouros públicos em Campo Grande/MS ocorre a partir de propostas elaboradas pelo autor do loteamento e mudanças nesses nomes dependem de deliberação específica da Câmara dos Vereadores e de um decreto do prefeito do município.

2. Metodologia

Os nomes de ruas representam um “um ponto singular de atração da cidade, um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano” (DICK, 1996, p.133), razão pela qual a toponímia urbana diferencia-se da toponímia rural por apresentar algumas características distintas do processo de nomeação, como a nomeação de ruas e avenidas com nomes, prenomes e apelidos de famílias, as antropotopônimos “topônimos

⁴⁰⁴ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Mestrado em Estudos de Linguagens/bolsista CAPES. Campo Grande/MS, Brasil. E-mail: leticiaaco@hotmail.com

⁴⁰⁵ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Mestrado em Estudos de Linguagens, Bolsista CNPq. Campo Grande/MS, Brasil. E-mail: anegri.isquerdo@terra.com.br

relativos aos nomes próprios individuais” (DICK, 1990, p.32). Para este estudo, busca-se respaldo teórico-metodológico na Linguística, em especial nas teorias sobre o léxico e, conseqüentemente, nas ciências onomásticas, teorias sobre a toponímia, especialmente, a teoria de Dick (1990; 1992). Como fonte de dados, foram utilizados os mapas da cidade de Campo Grande, além de informações sobre os mapas/plantas da cidade e os documentos acerca da história do município que foram obtidas no Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA), no Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB) e na Prefeitura Municipal de Campo Grande. Os bairros de Campo Grande são compostos por “parcelamentos urbanos” que, por sua vez, são divididos em sete regiões urbanas: *Bandeira, Centro, Segredo, Prosa, Imbirussu, Anhanduizinho e Lagoa*⁴⁰⁶. Para este estudo foram utilizados os mapas oficiais dos bairros, mapeados em junho de 2008, escala 1: 2.000.

Este estudo apresenta uma visão geral a respeito da formação dos nomes de ruas de Campo Grande, tema que será aprofundado na dissertação de Mestrado “Toponímia Urbana de Campo Grande/MS: Um olhar Etnodialeológico e Linguístico”, ainda em desenvolvimento.

3. Perfil urbano de Campo Grande/MS

Em 1902 deu-se a implantação definitiva da cidade sede do município de Campo Grande, “com as primeiras eleições para intendente e no dia 16 de julho de 1918, ela é elevada à categoria de cidade” (OLIVEIRA NETO, 1999, p.35). Somente em 1909 é que novos logradouros foram criados, após a aprovação e execução de uma planta de expansão urbana elaborada pelo engenheiro Nilo Javari Barém.

Novas ruas foram surgindo ao longo do tempo, principalmente após 1914, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Na virada do século XIX para o século XX, com a mudança do regime Imperial para o Republicano, vários problemas ocorreram nas cidades brasileiras, culminando com mudanças na estrutura das diferentes cidades. Assim, em decorrência dos movimentos de criações de novas propostas urbanísticas e a necessidade de reformas das cidades brasileiras por motivos sanitários e econômicos, Campo Grande sentiu também a necessidade de adequar-se às novas tendências urbanísticas (OLIVEIRA NETO, 2003, p.71).

Desta forma, o traçado original da planta da cidade em forma de tabuleiro de xadrez, de Barém (1909), foi sendo modificado em todas as direções, sem descuidar-se de garantir aos novos bairros e loteamentos o princípio básico dessa planta de facilitar o fluxo de pessoas e veículos. Segundo Oliveira Neto (1999, p.73), “isso fez com que o desenho geral de Campo Grande seja observado como um grande mosaico formado por inúmeros bairros com formato quadricular, ligados sempre ao centro da cidade por um grande número de largas avenidas”.

4. Análise e discussão de dados

Foram selecionados para este estudo os bairros mais antigos de cada região urbana anteriormente mencionada, ou seja, aqueles que primeiro aprovaram seus parcelamentos urbanos, cada um com sua especificidade, a fim de verificar em que proporção os diferentes recortes de nomes de logradouros apontam para padrões toponímicos urbanos.

4.1: Região urbana do Bandeira

⁴⁰⁶ Prefeitura de Campo Grande. Disponível em: <http://www.capital.ms.gov.br/egov/sisgran/geo/index.php?tabID=&campoID=> e da revista “Campo Grande: a cidade onde moro/ Instituto Municipal de Planejamento Urbano e Meio ambiente. Secretaria Municipal de Educação – CG: UFMS: 1988”. Acesso: 30.jun.2013.

Os bairros mais antigos dessa região são os seguintes: Jardim Paulista, Vila Carlota e Rita Vieira, cujos parcelamentos urbanos foram aprovados, respectivamente, em 1952, 1961 e 1962. O Quadro I a seguir apresenta exemplos de topônimos de cada bairro, que ilustram tendências na toponímia de Campo Grande:

BAIRRO	Amostra de alguns topônimos do bairro
Jardim Paulista	Rua Hélio de Castro Maia, Rua Raposo Tavares, Rua Antônio Corrêa, Rua Rui Barbosa, Rua Quintino Bocaiúva, Rua Carlinda Tognini, Rua Simão Bolívar, Rua Ary Coelho de Oliveira, Rua Tomas Edson, Rua Trindade, Rua Donizete, Rua Da. Dorinha de Figueiredo...
Vila Carlota	Rua da Lira, Rua da Libra, Rua do Dólar, Rua da Rúpia, Rua do Yen, Rua do Sucre, Rua do Franco, Rua do Marco, Rua do Dracma...
Rita Vieira	Rua Curimatá, Rua Ximburê, Rua Piaçu, Rua Azis Nachif, Rua Sizuo Nakazato, Rua Jorge Khalil Duailibi...

Quadro 1 – Topônimos dos bairros da região urbana do Bandeira

Como demonstrado no quadro, algumas características apontam para topônimos de natureza antropocultural, em especial, os antropotopônimos, “topônimos relativos aos nomes próprios individuais” (DICK, 1990, p.32), como observado no bairro Jardim Paulista. A Vila Carlota, por sua vez, nomeia suas ruas com nomes de moedas de diferentes países, enquanto o Rita Vieira revela a presença de zootopônimos, “topônimos de índole animal” (DICK, 1990, p.32), de origem Tupi, como Curimatá “*Kurima'ta*: nome comum a várias espécies de peixes caracídeos” (HOUAISS, 2001); Ximburê “*Timburé*: design. Comum aos peixes teleósteos encontrados em rios da América do Sul; timburé, ximburé. Orig. Tupi” (HOUAISS, 2001) e, por fim, o topônimo Piaçu “*Piáu*: é o nome de um peixe de água doce” (SAMPAIO, 1788, p.288).

4.2: Região Urbana do Centro

Essa região é composta pelos seguintes bairros: *Amambaí, Bela Vista, Cabreúva, Carvalho, Centro, Cruzeiro, Glória, Itanhangá, Jardim dos Estados, Monte Líbano, Planalto, São Bento e São Francisco*. Os bairros mais antigos de Campo Grande localizam-se nessa região: o Amambaí e o Planalto, com parcelamentos aprovados em 1938; o São Francisco e o Jardim dos Estados, aprovados entre 1936 a 1948. O Quadro II contém uma amostra de topônimos que integram esses bairros antigos.

BAIRRO	Amostra de alguns topônimos do bairro
Amambaí	Rua Salgado Filho, Rua Fernando Correa da Costa, Avenida Afonso Pena, Rua Anhanduí, Rua Apiá, Rua Aporé...
Planalto	Rua Saturno, Rua Júpiter, Rua Urano, Rua Netuno, Rua Plutão, Rua Vênus, Rua Mercúrio...
São Francisco	Rua São Paulo, Rua Pernambuco, Rua Pernambuco, Rua Amazonas, Rua Araguaia...
Jardim dos Estados	Rua Rio Grande do Sul, Rua Bahia, Rua Goiás, Rua Alagoas, Rua Paraíba, Rua Sergipe...

Quadro II – Topônimos dos bairros da região urbana do Centro

Nota-se, no bairro Amambaí, a presença de antropotopônimos e de alguns topônimos de origem indígena, tendência já observada em estudo anterior de Oliveira e Isquierdo (2012) sobre o bairro Amambaí e sua toponímia. No bairro Planalto, observa-se a presença de astrotopônimos, “topônimos relativos aos corpos celestes em geral” (DICK, 1990, p.31) e nos bairros São Francisco e Jardim dos Estados, de corotopônimos, “topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados...” (DICK, 1990, p.32).

4.3: Região Urbana do Segredo

Os bairros que compõe essa região urbana são os seguintes: *Coronel Antonino, José Abrão, Cerejeiras, Monte Castelo, Nasser, Nova Lima, Seminário e Presidente*, sendo os mais antigos o Seminário, o Coronel Antonino e o Monte Castelo, com parcelamentos aprovados entre 1951 e 1961. No Quadro III são registrados recortes de topônimos situados nesses bairros.

BAIRRO	Amostra de alguns topônimos do bairro
Seminário	Rua Santo Acúrsio, Rua Santo Antão, Rua Santa Agueda, Rua São Tomás de Aquino, Rua Santa Genoveva, Rua São Gilberto, Rua São Faustino, Rua São Maximiliano...
Coronel Antonino	Rua Dom Pasquale, Rua Dom Giovanni, Rua Dom Carlo...
Monte Castelo	Rua Atoba, Rua Pinhé, Rua Caburé, Rua Tamataia, Rua Gaturano, Rua Tietinga, Rua Uiratatá...

Quadro III – Topônimos dos bairros da região urbana do Segredo

Os dados do quadro indicam, no bairro Seminário, a grande presença de topônimos com a denominação de “Santo(a)”, que, segundo Dick (1990, p.33), são classificados como hagiotopônimos, “topônimos relativos aos santos e santas do hagiolégio romano”, embora *ainda* não se saiba ao certo se esses nomes realmente designam divindades. O bairro Coronel Antonino, por sua vez, nomeia suas ruas com axiotopônimos “topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais” (DICK, 1990, p.32). Já no bairro Monte Castelo, é notável a presença de zootopônimos, em especial os formados com nomes de aves: Atobá, “do Tupi, desig. Comum a algumas aves da fam. dos sulídeos” (HOUAISS, 2001); Pinhé, “Gavião carrapateiro” (HOUAISS, 2001), Caburé, “Coruja da fam. dos estrigídeos, que ocorre no Arizona e México à Argentina e Chile, e em todo o Brasil [...]” (HOUAISS, 2001); Gaturano, “design. Comum a diversas aves passeriformes” (HOUAISS, 2001); Tietinga, “ave passeriforme, encontrada em beira de matas e capoeiras, das Guianas e da Venezuela à Bolívia e localmente no Brasil” (HOUAISS, 2001); Uiratatá, “Do Tupi, ave +fogo, em alusão à cor da ave” (HOUAISS, 2001).

4.4: Região Urbana do Prosa

Os bairros mais antigos dessa região são a *Chácara Cachoeira, o Autonomista e o Carandá*, com parcelamentos urbanos iniciados entre os anos de 1952 e 1961. Observemos o quadro IV.

BAIRRO	Amostra de alguns topônimos do bairro
Chácara Cachoeira	Rua Cactos, Rua Butiá, Rua Serra Nevada, Rua Jeribá, Rua das Brisas, Rua do Orvalho...
Autonomista	Rua Lybia, Rua Marlene, Rua Arcênia, Rua Santa Bárbara, Rua Luciana, Rua Luciane, Rua Ana Lúcia, Rua Jurema...

Carandá	Rua Chimango, Rua Estopeira, Rua Salsa Parrilha, Rua Passiflora, Francolim, Rua Caixeta, Rua Melissa...
----------------	---

Quadro IV – Topônimos dos bairros da região urbana do Prosa

Nota-se que no bairro Chácara Cachoeira, as ruas são nomeadas com topônimos de plantas, fitotopônimos, ou seja, “topônimos de índole vegetal” (DICK, 1990, p.31), como Cactos, Butiá e Jerivá, os dois últimos denominações de espécies de palmeiras, outros como Brisa e Orvalho representam a taxionomia dos meteorotopônimos, “topônimos relativos a fenômenos atmosféricos” (DICK, 1990, p.32). Já no bairro Autonomista, destacam-se antropotopônimos femininos, enquanto no Carandá Bosque, as ruas são nomeadas com topônimos de natureza física, em especial fitotopônimos (estopeira, salsa parrilha, passiflora, caixeta, melissa) e zootopônimos (chimango, francolim...).

4.5: Região urbana do Imbirussu

Essa região é composta por sete bairros: *Indubrasil, Nova Campo Grande, Panamá, Popular, Santo Amaro, Santo Antônio e Sobrinho*. Os mais antigos são o Santo Amaro, o Santo Antonio e o Sobrinho, aprovados entre os anos de 1955 e 1962. O Quadro V contém uma amostra de topônimos situados nesses bairros.

BAIRRO	Amostra de alguns topônimos do bairro
Santo Amaro	Rua Pres. Nilo Peçanha, Rua Pres. Delfim Moreira, Rua Pres. Rodrigues Alves, Rua Pres. Américo Braziliense, Rua Pres. Antônio Carlos, Rua Pres. Arthur Bernardes...
Santo Antônio	Rua Belém, Rua Natal, Rua Maceió, Rua Recife, Rua Salvador, Rua Goiânia, Rua Belo Horizonte, Rua Florianópolis, Rua Teresina...
Sobrinho	Rua Itanhaém, Rua Camburiú, Rua Guaratuba, Rua Guarapari, Rua Icaraí...

Quadro V – Topônimos dos bairros da região urbana do Imbirussu

Enquanto o bairro Santo Amaro nomeia suas ruas, principalmente, com nomes de presidentes, ou seja, com axiotopônimos, no Santo Antônio e na Vila Sobrinho prevalecem os corotopônimos, ocorrendo no segundo bairro denominações com nomes de cidades litorâneas do Brasil.

4.6: Região urbana do Anhanduizinho

Os bairros que fazem parte dessa região urbana são os seguintes: *Aero Rancho, Alves Pereira, América, Centenário, Centro-Oeste, Guanandi, Jacy, Jockey Club, Lageado, Los Angeles, Parati, Pioneiros, Piratininga e Taquarussu*. Os bairros mais antigos dessa região são o Taquarussu, o Centro-Oeste e os Pioneiros, com parcelamentos aprovados entre os anos de 1952 e 1962. O Quadro VI registra uma amostra de topônimos localizados nesses bairros mais antigos.

BAIRRO	Amostra de alguns topônimos do bairro
Taquarussu	Rua Iporã, Rua Turiassu, Rua Jau, Rua Poá...
Centro-Oeste	Rua Caraíba, Rua Carurú, Rua Jundiaí, Rua Tabarana, Rua Tambaqui...
Pioneiros	Rua Baronesa de Itu, Avenida Joana Darc, Rua Barão de

	Limeira, Rua Barão de Jundiá, Rua Barão de Campinas...
Sobrinho	Rua Itanhaém, Rua Camburiú, Rua Guaratuba, Rua Guarapari, Rua Icará...

Quadro VI – Topônimos dos bairros da região urbana do Anhanduizinho

O bairro Taquarussu, do tupi “*ta’kwara taquara+ u’su grande*” (HOUAISS, 2001), também reúne muitos corotopônimos na nomeação de suas ruas. Já no Centro-Oeste, há a predominância de topônimos indígenas, de caráter descritivos (sobretudo fitotopônimos e zootopônimos), como Caraíba, “do Tupi *kara’iwa*, coisa sagrada” (HOUAISS, 2001); Carurú, “do Tupi *Caá-rurú*, a folha grossa, inchada, aquosa” (SAMPAIO, 1788, p.184); Jundiá, “Do tupi, *jundiahy*, o rio dos Jundiás” (SAMPAIO, 1788, p.250); Tabarana, “do Tupi *Taiwa’rana*, peixe da fam. dos caracídeos” (HOUAISS, 2001); Tambaqui, “do Tupi, o resíduo de ostras, o casqueiro” (SAMPAIO, 1788, p.314). O Pioneiros, por sua vez, dá preferência aos axiotopônimos nas nomeações das suas ruas.

4.7: Região urbana do Lagoa

Essa região compreende os bairros de *Vila Bandeirantes, Batistão, Caiçara, Caiobá, Coophavila II, Leblon, São Conrado, Taveirópolis, Tarumã, Tijuca e União*, sendo os mais antigos a Vila Bandeirantes, o Taveirópolis e o Caiçara, com parcelamentos aprovados entre os anos 1960 e 1962, e que reúnem topônimos como os registrados no Quadro VII.

BAIRRO	Amostra de alguns topônimos do bairro
Vila Bandeirantes	Rua Silim Maluf, Rua Algemiro Fialho, Rua Joaquim Dornelas, Rua Vicente Solari, Rua Dr. Sebastião José Machado...
Taveirópolis	Rua Charlie, Rua Eco, Rua Kilo, Rua Rua Bravo, Rua Alfa, Rua Fox, Rua Golfe, Rua Mike...
Caiçara	Rua Carlos Chagas, Rua Albert Sabin, Rua Rolim Moreira...

Quadro VII – Topônimos dos bairros da região urbana do Lagoa

Pelo quadro, nota-se que essa região registra grande incidência de antropotopônimos e de axiotopônimos na nomeação de suas ruas. O bairro Taveirópolis, por sua vez, reúne ruas designadas com nomes do alfabeto fonético da OTAN (Organização Tratado do Atlântico Norte) para a nomeação de algumas ruas.

5. Considerações finais

Como foi demonstrado ao longo deste texto, desde a sua primeira planta, Campo Grande foi se desenvolvendo de forma planejada, e a nomeação de suas ruas, os topônimos propriamente ditos, em sua maioria, não apenas têm função de nomear um determinado espaço, mas carregam consigo uma carga cultural e ideológica significativa, vinculadas à motivação semântica desses nomes que pode revelar muitos aspectos da história de Campo Grande e, por extensão, do Estado de Mato Grosso do Sul.

Algumas tendências afloram da amostra de dados analisada: 1) o grande número de antropotopônimos, que evidenciam a forte influência de pessoas ilustres da sociedade no ato da nomeação dos bairros; 2) a significativa presença de topônimos de origem indígena, demonstrando que marcas de outras etnias ainda são perenizadas pela toponímia de Campo Grande, perpetuando assim a forte relação da toponímia com a cultura indígena e as raízes históricas da população; 3) o grande número de topônimos de natureza física, em especial de zootopônimos e de fitotopônimos, que ratificam a importância da relação entre toponímia e

meio ambiente em uma cidade que foi planejada em meio a uma vasta área verde e que hoje ainda é uma cidade arborizada e com diversos jardins e praças entre suas ruas e avenidas.

Em síntese, este estudo preliminar acerca da toponímia urbana de Campo Grande demonstrou que, por mais que haja topônimos que fujam do conjunto comum que caracteriza determinado bairro, a maioria deles forma um conjunto lógico, que nos leva a crer que a denominação das ruas e de avenidas, no geral, foi planejada pelo homem e serve como forma de resgate de aspectos culturais e ideológicos, uma vez que os nomes de lugares traduzem a visão de mundo do denominador. A continuidade do estudo com base em uma amostra mais densa de dados poderá confirmar e/ou refutar os resultados aqui apresentados.

Referências Bibliográficas

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria Linguística: teoria lexical e lingüística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviços de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1990.

_____. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo. 1554-1897*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *Campo Grande e a rua 14 de julho: tempo, espaço e sociedade*. 2003. 181 páginas. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2003.

_____, Antônio Firmino de. *Nas ruas da cidade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

OLIVEIRA, Letícia Alves Correa ; ISQUERDO, Aparecida Negri . *O bairro Amambaí e sua toponímia: perspectiva etnotoponímica*. In: II CIDS - Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística, 2012, Belém - PA. Diversidade linguística e políticas de ensino: anais / II Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística. São Luis - MA: EDUFMA, 2012. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/540229-ANAIS-II-CIDS-2012/>.

SAMPAIO, Teodoro Fernandes. *O Tupi na Geografia Nacional*. Gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, Bahia: 3ª edição, 1928.

ASPECTOS TOPONÍMICOS DO MUNICÍPIO DE ITAQUI: O CASO DOS NOMES DAS RUAS

Odair José Silva dos SANTOS (UCS)⁴⁰⁷

Giselle Olivia Mantovani DAL CORNO (UCS)⁴⁰⁸

Resumo: A partir das ideias de Dick (2001), pode-se inferir que os lugares, à medida que recebem suas denominações, concretizam simbolicamente características culturais e ideológicas. Assim, os estudos toponímicos vêm contribuir no levantamento e análise de dados que refletem os múltiplos aspectos sociais e culturais que condicionam a nomeação de lugares, sejam eles cidades, bairros, ruas ou cursos d'água. O texto aqui proposto tem o objetivo de analisar o caso da nomeação dos logradouros do município de Itaqui; localizado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. A pesquisa utiliza as ideias do campo da onomástica e do discurso, à medida que se entende que a nomeação da perspectiva toponímica é dada a partir de uma influência sócio-ideológico-discursiva; A fundamentação teórica parte de estudos Dick (1992; 2001) e Orlandi (2005). Os dados são analisados e classificados de acordo com o modelo taxionômico adaptado por Dick (1992) para a toponímia brasileira. Pretende-se assim refletir sobre a relação existente entre língua, cultura e sociedade e contribuir para as discussões em torno das construções no campo da onomástica e, mais especificamente, no da toponímia.

Palavras-chave: Toponímia; Hodônimos; Itaqui;

1. Introdução

Partindo da premissa que todo sujeito enquanto ser social busca estar vinculado a uma cultura, apresentando marcas que o identificam como pertencente a um grupo e diferente de outro, os nomes próprios atribuídos a lugares ganham aspectos construídos culturalmente de acordo com o contexto social.

Os estudos toponímicos, nesse sentido, visam a relacionar os nomes de lugares (de cidades, rios, praças, ruas, escolas...) com suas respectivas motivações, uma vez que cada nome traz consigo uma marca linguístico-sócio-cultural. O presente texto pretende analisar a motivação para a atribuição dos nomes das / a designação das / ruas do município de Itaqui, localizado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, às margens do rio Uruguai, divisa entre Brasil e Argentina. Emancipado em 1879, o município de Itaqui nasceu sobre as marcas da missão de jesuítas espanhóis e é considerado “o portal do Rio Grande”.

A pesquisa que resultou neste trabalho utiliza ideias do campo da onomástica – particularmente, da toponímia (DICK, 1992; 2001) – e do discurso (ORLANDI, 2005), à medida que se entende que a nomeação da perspectiva toponímica é dada a partir de uma influência sócio-ideológico-discursiva. O texto está dividido em três seções: a primeira traz alguns apontamentos sobre os estudos da toponímia; na segunda, é apresentado o caso da toponímia dos logradouros de Itaqui (hodônimos), bem como suas respectivas motivações; logo, seguem-se as considerações finais, que levam a considerar que a motivação para a

⁴⁰⁷ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS) – Rua Antônio Rigotto 1151, CEP 95096-140, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: odairzile@hotmail.com

⁴⁰⁸ Doutora em Letras. Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade. E-mail: gomdcorn@ucs.br

escolha do topônimo que designa o município e seus respectivos hodônimos dá-se a partir de construções histórico-sociais.

2. Alguns apontamentos sobre toponímia

No Brasil, esses estudos emergem na década de 1960 com o trabalho “Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira”, realizado pelo professor Carlos Drumond (1965), e posteriormente dá-se a continuidade de pesquisas na área sob a coordenação de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, na USP (ZAMARIANO, 2010). No Rio Grande do Sul, estudos encontrados atualmente são relativamente incipientes e restringem-se basicamente à região da Serra Gaúcha, em projetos desenvolvidos na Universidade de Caxias do Sul (UCS). A professora Vitalina Maria Frosi, pioneira nessa área no RS, coordena atualmente o projeto “Toponímia das Antigas Colônias de Colonização Italiana no RS” – TOPRCI, compreendendo os cinquenta e cinco municípios derivados das Colônias Italianas⁴⁰⁹ fundadas a contar de 1875 até 1920, aproximadamente. Entre outros resultados dessa iniciativa, incluem-se dissertações concluídas e teses em andamento, além de diversas publicações, incentivando uma continuidade com abrangência maior, com a extensão desses estudos para a investigação de outras cidades (por exemplo, FAGGION, DAL CORNO e FROSI, 2008, sobre Bento Gonçalves; SARTORI, 2010 E SILVA, 2011, sobre Caxias do Sul; BARETTA, 2012, sobre Farroupilha; CIOATO, 2012, sobre São Marcos).

Os estudos da Toponímia podem ser vistos como interdisciplinares. Dick (1992, p. II) lista uma série de áreas distintas que podem estar envolvidas nos estudos toponímicos, “de acordo com a formação intelectual do pesquisador”, entre as quais destaca a História, a Geografia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social a Zoologia, a Botânica, a Arqueologia.

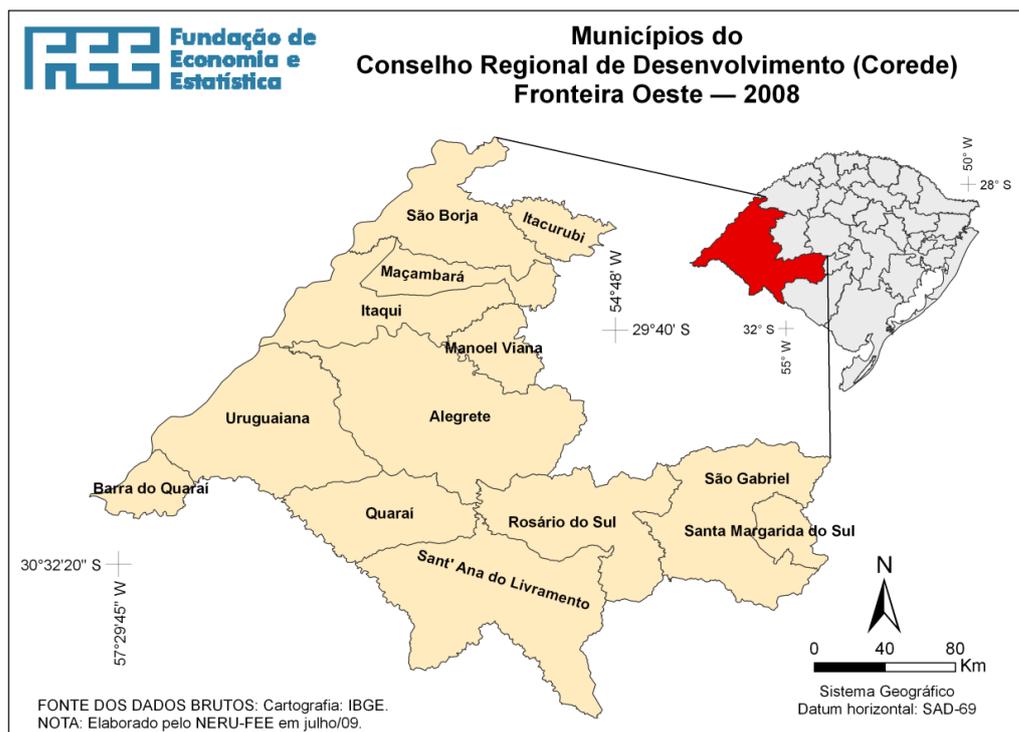
Dick (1992, p. 31-34) propõe classificações a partir das motivações das nomeações, fazendo duas grandes divisões taxionômicas: as taxes de natureza física (11 taxes que remetem a aspectos do ambiente físico) e as taxes de natureza antropocultural (16 taxes que remetem ao entorno sócio-histórico-cultural do homem). Essa classificação taxionômica tem sido usada com base para os estudos toponímicos no Brasil.

3. Itaqui: o caso dos nomes das ruas

O município de Itaqui encontra-se na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, com uma população de 38.160 habitantes⁴¹⁰; geograficamente, encontra-se às margens do rio Uruguai, fazendo fronteira entre Brasil e Argentina. Sua localização no âmbito sul-riograndense é visível no mapa a seguir.

⁴⁰⁹ (Conforme estudos já realizados (FROSI; MIORANZA, 2009), essas Colônias são denominadas de Antiga Colônia I, Antiga Colônia II, Nova Colônia e Novíssima Colônia.)

⁴¹⁰ Dados segundo o IBGE no Censo de 2010.



Fonte: <http://mapas.fee.tche.br/>

Ainda, destaca-se na cidade como grande artística e cultural o Teatro Prezewodovski, um dos mais antigos teatros da América do Sul, construído em 1883; leva o nome do capitão Estanislau Prezewodowski, comandante da Flotilha de Guerra do Alto Uruguai, sediada em Itaqui, de 1872 a 1874.

Historicamente, marca-se o ano de 1700 como ocorrência da primeira ocupação por meio de uma missão de jesuítas espanhóis; o primeiro povoamento foi feito pelos jesuítas da redução ou missões de *La Cruz* (hoje localidade argentina). Na sequência, José Artigas, filho adotivo de José Gervasio Artigas (1764-1850), general e presidente do Uruguai, chegou ao lugar, liquidando com cerca de 1.600 índios que habitavam este território, buscando anexar as terras àquele país. Contudo, a tentativa de ali permanecer durou pouco tempo, pois logo um destacamento português chegou com a finalidade de expulsá-lo. De 1750 a 1851 o Uruguai tentou aumentar seu território até o rio Ibicuí, pretendendo tomar a metade sul do Rio Grande de São Pedro do Sul (nome do RS na época); pela vontade do presidente do Uruguai, Manuel Oribe, Itaqui poderia hoje ser território uruguaio. No entanto, no início do século XIX a localidade foi incorporada às terras portuguesas; já em 1802 foram concedidas as primeiras sesmarias, e, em maio de 1879, foi elevada à categoria de cidade. Inicialmente, o nome era São Patrício de Itaqui, em homenagem ao padroeiro local; depois, foi simplificado para Itaqui. Ainda no século XIX, foram desmembrados dois outros municípios: São Francisco de Assis e Santiago. No século seguinte, o povoamento foi sendo desenvolvido em conjunto com a atividade pecuária, até hoje uma das marcas da economia da região⁴¹¹.

Em 6 de dezembro de 1858, em conformidade com a Lei n.º 419, Itaqui foi desmembrada do município de São Borja. Nesse período, a população da vila era de aproximadamente quatro mil habitantes. Novamente o território foi campo de lutas, servindo de arena na Guerra do Paraguai.

A palavra Itaqui é herança da habitação indígena na região: “itaquy, a mó, pedra de afiar” (FURTADO, 1969, p. 103); construída a partir da junção de “itá” (pedra) com “quy” (de

⁴¹¹ Dados disponíveis em: <http://www.itaqui.rs.gov.br/>

afiar). Ainda, outras cidades da região receberam denominação motivada por influência indígena: Uruguaiana (derivado de “Uruguai”: “uruguá” caracol e “y” água, rio), Itacurubi (de “itá” – pedra – e “curubi” – migalha, resto, pó), Quaraí (de “Quara-y”, rio das covas ou dos buracos) e Barra do Quaraí (derivado a partir de Quaraí).⁴¹² Nesse sentido, “a configuração de um local acontece a partir do nome, antecedente sendo o não-lugar, o não simbólico, o inativo” (DICK, 2001, p. 79).

Nessa perspectiva, os nomes das ruas da cidade são marcados por influências histórico-sociais. Nas palavras de Orlandi:

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (ORLANDI, 2005, p. 53)

Desse modo, percebe-se que a nomeação concretiza-se também como um reflexo das formações discursivas, já que o léxico representa a visão de mundo que o sujeito de dada comunidade tem. Abaixo, seguem os nomes das ruas dos logradouros da cidade de Itaqui, tabelados segundo as divisões taxionômicas propostas por Dick (1992):

ANTROPOTOPÔNIMOS			
Afonso Escobar	Estanislau Cardoso	Lucilda da Silva Lencina	Palatino A. Teixeira
Alan Kardec	Euclides Aranha	Luisinha Aranha	Paschoal Minoggio
Antônia Loureiro	Euclides Sanchotene	Manduca Loureiro	Rafael Pinto Bandeira
Antônia Reis Pinto	Felipe Neri de Aguiar	Manuel do Vale	Rincão da Cruz
Antônio Neto	Fermino Fernandes	Maria das Dores	Rodrigues Lima
Arlindo Passamani	Genésio Néry	Mariano Pinto	Saldanha da Gama
Atanásio José Lopes	Gerônimo Ferner	Mário Benegaray	Santos Pedroso
Batista Caetano	Gildo de Freitas	Mário Chaves	Teixeirinha
David Canabarro	Humberto de Alencar Castelo	Nápoles Massa	Tomás Sanchotene
David Flain	Branco	Nely Cabral	Venâncio Ramos da Silva
Domingos Lacroix	Jardel Cabral	Odete Brissow	Vó Elza
Domingos Martins	José Dinanci Mesquita	Oswaldo Aranha	

AXIOTOPÔNIMO	
Coronel Assunção	Dr. João Dubal Goulart
Coronel Fernandes	Dr. Sani Fontoura Silva
Dr. Humberto Degrazia	Frei Caneca

HAGIOTOPÔNIMO
São Francisco - São Borja

HISTORIOTOPÔNIMOS			
Bento Gonçalves	Dom Pedro II	Sepé Tiaraju	XX de Setembro
Borges de Medeiros		Tiradentes	XV de Novembro

NUMEROTÔNIMOS
Dez – um - dois

TOPÔNIMOS AINDA NÃO CLASSIFICADOS			
América	Curuçu	Jacuí	Uruguai
Butuí	Ibirapuitã	Pintado	Uruguaiana

⁴¹² FURTADO, Nelson França. *Vocábulos indígenas na geografia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCrs, 1969.

Cambaí	Itu	Putiã	
--------	-----	-------	--

Na categoria de antropotopônimos, alguns dos nomes são homenagens a pessoas que marcaram a comunidade itaquense: Lucilda da Silva Lencina (1937-1989), moradora do Bairro Promorar e reconhecida por todos do lugar pelo seu grande esforço em fazer frente na ajuda aos necessitados; Mário Benegaray (1923-1993), homenageado devido aos muitos anos de serviço junto à comunidade espírita da cidade, buscava aliviar os sofrimentos, tanto materiais como espirituais, por meio de orientações; José Mesquita (1953-1992), líder sindical que participava de diversas campanhas em prol da comunidade, principalmente posições em defesa da categoria dos trabalhadores nas indústrias de alimentação de Itaquí; Antonia Reis Pinto (1900-1977), considerada uma das pioneiras no Mercado Público Municipal de Itaquí, sendo a primeira a trazer cargas de carroças de bergamota, laranja, abóboras e demais frutas para o mercado; ainda, Arlindo Passamani, Maria das Dores e Odete Brissow foram cidadãos reconhecidos por suas ações na comunidade, contudo não foram encontrados registros sobre os mesmos.

Percebe-se, então, que alguns antropotopônimos marcam personalidades que nasceram e/ou viveram na cidade e que por motivos diversos foram homenageados nomeando logradouros. Já historiotopônimos como XV de Novembro e Dom Pedro II fazem alusão a fatos e personalidades importantes da história brasileira; também há nomes ligados à história sul-riograndense, no caso de XX de Setembro e Bento Gonçalves.

Há um grupo que ainda não está classificado até o momento, dependendo de dados que ainda estão sendo coletados, destaca-se uma predominância dessas nomeações com marcas da ocupação do povo tupi-guarani no território da região, tais como: Uruguaiana, Itu, Curuçu, Uruguai, Ibirapuitã, Jacuí, Putiã e Cambaí⁴¹³.

4. Considerações finais

Percebe-se que a motivação para os nomes das ruas na cidade de Itaquí tem uma relação estreita com os aspectos culturais e históricos da região, concretizando um “simbolismo das formas lingüísticas que transforma nomes em lugares existenciais e indivíduos em personalidades sociais” (DICK, 2001, p. 79).

Assim, grande parte dos hodônimos são atribuídos a personalidades do cenário local e nacional (antropotopônimos); os historiotopônimos marcam aspectos históricos que marcam o cenário brasileiro e gaúcho; os corotopônimos fazem menção a nomes de lugares da região, com destaque a presença de topônimos relacionados à cultura e à linguagem tupi-guarani, povo indígena que habitou a região. Salienta-se que a pesquisa está em andamento, portanto os dados e respectivas análises aqui apresentados são parciais.

Referências Bibliográficas

BARETTA, Rubens Cesar. *Estudo toponímico dos bairros e distritos de Farroupilha-RS*. Dissertação de mestrado. Caxias do Sul, 2012.

CIOATO, Fernanda Bassanesi. Tríssia. *Os nomes do município de São Marcos: linhas, comunidades, bairros e ruas*. Dissertação de mestrado. Caxias do Sul, 2010.

⁴¹³ Uruguaiana (derivado de “Uruguai”: “uruguá” caracol e “y” água, rio), Itu (de “ytu”: salto de água, cachoeira), Curuçu (de “cruçu”: cruz), Uruguai (de “uruguá” caracol e “y” água, rio), Ibirapuitã (de “ybyrá”, “yyyra”: árvore, madeira, pau), Jacuí (de “y”, água, rio e “yacu”, jacu: rio de jacus) (FURTADO, 1969).

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil: Coletânea de Estudos*. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

_____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana M. P. P.; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. *Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização*. Métis (UCS), v. 7, p. 277-298, 2008.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2009.

FURTADO, Nelson França. *Vocábulos indígenas na geografia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCrs, 1969.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

SARTORI, Tríssia Ordovás. *Ruas de minha cidade: um estudo hodonímico*. Dissertação de mestrado. Caxias do Sul, 2010.

SILVA, Manuela Damiani Poletti da. *A razão de nomear: o papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul*. Dissertação de mestrado. Caxias do Sul, 2011.

ZAMARIANO, Márcia. *Estudo toponímico no espaço geográfico das mesorregiões paranaenses: metropolitana de Curitiba, Centro-oriental e Norte pioneiro*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade de Londrina, Londrina, 2010.

ESTUDO ONOMASIOLOGICO: ITALIANOS EM BELO HORIZONTE

Zuleide Ferreira FILGUEIRAS (UFMG)⁴¹⁴

Resumo: Apresenta a proposta de pesquisa, cujo corpus, composto por 1.800 (um mil e oitocentos) nomes próprios de pessoas de origem italiana, dará subsídio a uma tese de doutorado em andamento. O estudo, de cunho cultural, busca, por meio da memória individual e coletiva, analisar a história que há por trás de cada nome italiano arrolado na pesquisa, apresentando o que essas individualidades imprimiram, com seus nomes, na história da cidade de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Onomasiologia. Antroponímia. Belo Horizonte. Imigração italiana.

1. Introdução

Cidade planejada para ser capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte foi construída no período constitucional de 1894 a 1897. Nessa época, final do Século XIX, recém-saído da escravidão, o Brasil não possuía preparo de mão de obra especializada e, em 1895, prevendo que seria insuficiente o número de trabalhadores para o período das construções, o engenheiro Francisco de Paula Bicalho, que acabara de assumir como novo chefe da Comissão Construtora, procurou o serviço de imigração.

Nesse período, em que era bastante comum o apelo a essa mão de obra, buscando viabilizar a imigração, o governo elaborou uma série de medidas para atrair os estrangeiros, utilizando-se, dentre outros recursos, de propagandas que veiculavam uma imagem do país como uma espécie de “Terra Prometida”.

Tais propagandas surtiram o efeito esperado, principalmente na Itália, país predominantemente agrícola e com limitadas oportunidades de trabalho. Fugindo da guerra e da fome, acreditando nas promessas do governo brasileiro e idealizando um futuro próspero na América, muitos italianos vieram para o Brasil e grande parte teve como destino a cidade de Belo Horizonte.

Assim, procedendo de várias regiões da Itália e habilitados em funções diversificadas, os italianos que vieram construir Belo Horizonte trouxeram conhecimentos técnicos especialmente nos ramos da construção civil e alimentação - permanecendo na cidade mesmo após a sua inauguração, em 12 de dezembro de 1897. Nessa terra mineira, constituíram família e investiram em negócios, tanto na indústria quanto no comércio. Construíram empresas, inventaram formas de sociabilidade, fizeram escolhas, promoveram trocas e acrescentaram, às suas experiências anteriores, valores culturais novos que, somados aos que traziam na bagagem, resultaram na constituição de um novo sujeito belo-horizontino.

Hoje, a cidade de Belo Horizonte surge marcada pela presença deste sujeito estrangeiro-italiano, não se limitando apenas aos nomes das ruas, pois ele também pode ser “visto” nos nomes de indústrias, de estabelecimentos comerciais, de edifícios residenciais, de equipamentos culturais, etc. Suas marcas estão registradas, inclusive, na culinária, na música, no cinema e na arquitetura do município.

Mas, a despeito de tão relevante contribuição, tanto na construção quanto no desenvolvimento da cidade, passados quase 120 (cento e vinte) anos da inauguração de Belo

⁴¹⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de LETRAS da Universidade Federal de Minas Gerais, orientada pela Profa. Doutora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: zuleide.filgueiras@gmail.com

Horizonte, poucos são os nomes italianos lembrados, ficando a maior parte esquecida, seja por falta de registro ou pela dificuldade na recuperação dos dados.

Tal esquecimento, em grande medida, deve-se ao fato de, - apesar de se ter notícias da fundação de uma ou duas hospedarias de imigrantes na capital -, logo no início da sua construção, não se conhecer, atualmente, o paradeiro dos documentos que identificavam os italianos que deram entrada nas mesmas.

Entretanto, durante as pesquisas que efetuamos para desenvolver nosso estudo que resultou na dissertação de mestrado, intitulada *A presença italiana em nomes de ruas em Belo Horizonte: passado e presente*, defendida em 2011, encontramos outras fontes de informação que nos fizeram conhecer centenas de nomes de italianos que viveram na capital mineira, desde o final do Século XIX.

Assim, em inúmeros registros históricos - jornais, legislações e cartas - em relatos de descendentes que ainda vivem na cidade e no *Livro de Registro de Sepultamento do Cemitério do Bonfim*, encontramos 1800 (um mil e oitocentos) nomes próprios de origem italiana que se referem a pessoas que viveram, trabalharam, constituíram família e faleceram em Belo Horizonte, tanto na época de sua construção, final do século XIX, quanto durante o século XX. Tal constatação nos motivou a propor esta pesquisa, qual seja a de desenvolver um estudo de cunho linguístico-cultural.

2. Antroponímia italiana e memória cultural de Belo Horizonte

Considerando a ampla possibilidade de estudos que têm como ponto de partida o nome próprio de pessoa, a nossa pesquisa busca analisar quais foram os legados deixados pelos italianos na capital do Estado de Minas Gerais, procurando identificar o que Belo Horizonte conservou dos imigrantes italianos que vieram construí-la no final do Século XIX e dos que chegaram à cidade nas primeiras décadas do Século XX. É um estudo que se inscreve na memória linguística-cultural da sociedade belo-horizontina.

Nosso estudo é de cunho cultural porque busca a memória, uma vez que pretende analisar a história que há por trás de cada nome italiano arrolado na pesquisa, apresentando o que essas individualidades imprimiram, com seus nomes, na história da cidade de Belo Horizonte.

Partindo-se do pensamento de Heidegger⁴¹⁵, citado por Cotrim (1999, p.17), de que "a língua é o solo comum da cultura de um povo", pode-se compreender a linguagem como um reservatório onde se acumulam a maior parte das experiências do homem. Sendo assim, não há como desconsiderar a sociedade e sua cultura nos estudos de sua linguagem, pois, como Duranti (2000, p. 27) enfatiza, a linguagem é uma prática cultural, não se manifestando apenas naquilo que se ouve contar, encontrando-se também nas relações interpessoais que permitiram tais relatos.

Como prática compartilhada por diferentes agrupamentos humanos, a linguagem pode também ser entendida como um instrumento de transmissão e perpetuação das culturas locais, já que ela permite ordenar os dados observados no ambiente, por meio dos conceitos, classificações, designações e significados.

Seabra (2004, p.24), comentando o pensamento de Duranti (2000), considera que o estudo da língua, inserido no universo cultural, se situa no amplo campo da antropologia, ciência que examina a linguagem considerando a transmissão e a reprodução da cultura, além da sua relação com outras formas de organização social.

Sendo a linguagem, sob a perspectiva da Antropologia Linguística, uma manifestação cultural, ela difunde o modo de vida e a ideologia de seu povo, deixando à vista quais são as

⁴¹⁵ Martin Heidegger (Meßkirch, 26 de Setembro de 1889 — Friburgo, 26 de Maio de 1976) foi um filósofo alemão.

formas de pensar e observar o mundo em tempos e espaços distintos.

Para Langacker (1972, p.24), por exemplo, língua e cultura estão estreitamente entrelaçadas, e a adoção de uma nova língua é, frequente e geralmente, acompanhada da adoção de uma nova cultura e vice-versa.

Na mesma direção, Sapir (1961, p. 44), um dos mais conhecidos investigadores da história da Antropologia Linguística, ao analisar os fatores sociais, passou a compreendê-los como as “várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo”. Adicionalmente, refletindo sobre o papel do ambiente em relação à cultura, o referido autor, apresentou a seguinte argumentação:

As forças sociais, que assim transformam as influências puramente ambientais, podem, por sua vez, serem consideradas como de caráter ambiental, no sentido de que cada indivíduo se acha colocado em meio a um conjunto de fatores sociais, a eles reagindo [...] Essas forças sociais tradicionais estão sujeitas, por sua vez, a mudanças ambientais, entre outras, fato que põe em relevo a complexidade do problema das origens e desenvolvimento de uma cultura.

Sapir reconhecia os fatores socioculturais e os via refletidos na linguagem, compreendendo que cada língua, assim como o seu povo, tinha uma visão particularizada do mundo, expressando, ao seu próprio modo, a realidade observada. Enfim, Sapir percebia que cada língua assinalava contornos distintos na construção de sua imagem do mundo.

Partilhando dessa mesma opinião, o antropólogo linguista Duranti (2000) esclarece que, para que seja possível a compreensão do papel da língua na vida das pessoas, é necessário ir além do estudo de sua gramática, sendo preciso entrar no mundo da ação social, pois é lá que as palavras são relacionadas às atividades culturais.

De acordo com Duranti (2000, p. 23)

[...] a antropologia linguística deve ser entendida como uma parte do amplo campo da antropologia, não porque seja um tipo de linguística que se pratique nas áreas da antropologia, mas porque examina a linguagem através do prisma dos interesses antropológicos, entre os quais estão: a transmissão e reprodução da cultura, a relação entre os sistemas culturais e outras formas de organização social, e o papel das condições materiais de existência na compreensão que os indivíduos têm do mundo⁴¹⁶. (tradução nossa)

Hymes (1964) também atribui relevância ao contexto sociocultural como constitutivo da realidade linguística. Sua teoria é pautada no pressuposto da linguística constituída socialmente, o que implica uma relação entre cultura e linguagem, no que diz respeito à utilização da forma linguística motivada pelo uso social.

Debruçando-se sobre esse tema, Meillet (1948, p.16), anterior a Hymes e Duranti, já considerava a língua como um fato social e, por isso mesmo, acreditava que a linguagem não existia fora dos indivíduos que a falavam. Nesse sentido, segundo ele, a sociedade atuava diretamente sobre a língua, que se via sujeita à ação dos diferentes fatores que sustentavam a organização social. Sendo assim, a língua tornava-se susceptível a mudança e adaptações,

⁴¹⁶ DURANTI (2000: 23) Hay que entender la antropología lingüística como una parte del amplio campo de la antropología, no porque sea un tipo de lingüística que se practique en los departamentos de antropología, sino porque examina el lenguaje a través del prisma de los intereses antropológicos, ente los cuales están: la transmisión reproducción de la cultura, la relación entre los sistemas culturales y otras formas de organización social, y el papel de las condiciones materiales de existencia en la comprensión que los individuos tienen del mundo.

conforme as transformações sociais.

Diante de todas as considerações arroladas anteriormente, percebe-se que a língua não é simplesmente um código produtor de sentido, ela também é social, é uma corrente de significados que é compartilhada por uma coletividade. Dessa maneira, as relações sociais, que integram as pessoas, modelam as práticas comunicativas e, portanto, influenciam a linguagem.

Dando continuidade às reflexões sobre o tema língua, cultura e sociedade, com especial enfoque sobre o assunto antroponímia, relembramos a afirmação de Dick (1992, p. 112), de que o antropônimo exerce a função de “memória” de um núcleo social. Assim sendo, pretendemos, em nossa pesquisa, resgatar a história da capital mineira por meio da análise da história dos imigrantes italianos, considerando a tenuidade da linha que separa memória individual de memória coletiva.

Como nos adverte, Thompson (1992, p.28), a memória coletiva não é constituída pela realidade pronta e acabada, pois, nos relatos de memória, manifestam-se sentidos, atribuem-se valores pessoais, acrescentam-se pontos de vista, percepções individuais, etc., fazendo com que a memória coletiva seja construída no contato das experiências pessoais vivenciadas em grupo.

Na verdade, a memória individual e a social encontram-se interligadas e são interdependentes, pois cada sujeito está incluído em um contexto, onde vive em comunidade e estabelece inter-relações com os seus pares, assim consolidando suas lembranças. O conjunto das memórias individuais, compartilhando experiências e significados, constrói a memória coletiva.

Sobre o tema, Nora (1995, p.8) registra que “a memória está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações”. Este autor compreende a memória como uma construção heterogênea, arquitetada por meio da reciclagem de recordações, muitas vezes vagas e gerais.

Considerando essa reflexão de Nora, a história oficial de uma cidade pode ser vista apenas como mais uma das releituras do passado, mas não a única e nem sempre a mais próxima da realidade, já que uma de suas finalidades é tentar resgatar elementos, representar momentos que já não existem mais.

Portanto, a reconstrução do passado é uma tarefa muito desafiadora, pois, embora se tenham a memória individual, a memória coletiva e os registros históricos, a ninguém é possível reviver o passado tal e qual ele foi, de fato, em sua época.

Sobre tal dificuldade, Bosi (1994, p. 59) acrescenta que só resta ao pesquisador “reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos”, considerando que “nesse esforço exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes que, involuntariamente, nos obriga a avaliar (logo, a alterar) o conteúdo das memórias.”

A referida autora estabelece ainda uma profunda ligação entre memória e linguagem, pois, segundo ela,

o instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima, no mesmo espaço histórico e cultural, a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual. Os dados coletivos que a língua sempre traz em si entram até mesmo no sonho (situação-limite da pureza individual). De resto, as imagens do sonho não são, embora pareçam, criações puramente individuais. São representações, ou símbolos, sugeridos pelas situações vividas em grupo pelo sonhador: cuidados, desejos tensões... (BOSI, 1994, p. 56)

Ponderando sobre os últimos tópicos aqui discutidos, reforçamos a nossa tese de que a memória sociocultural de Belo Horizonte pode também ser apreendida por meio dos nomes

próprios das pessoas que viveram nessa cidade, sobretudo pelos que deixaram as suas marcas como construtores, entre eles, os imigrantes italianos.

A memória da cidade, construída no espaço e no tempo, é um conjunto de fragmentos de lembranças que foram se edificando, umas sobre as outras, arquivando os acontecimentos passados. Bairros, praças, ruas, edificações, monumentos e, principalmente, os nomes de seus habitantes, documentam a sua memória.

3. Formulação do problema

Durante a realização da nossa pesquisa de mestrado, deparamo-nos com 2 (dois) problemas que deixamos para equacionar nos estudos que pretendíamos desenvolver, posteriormente, em nossa pesquisa de doutorado, a saber:

- 1º) A não comprovação oficial da origem italiana de 279 antropotopônimos [vide as justificativas em Filgueiras (2011, p. 78)], e
- 2º) A identificação de inúmeros nomes, comprovadamente de origem italiana, que não puderam ser relacionados na pesquisa de mestrado por não estarem representados na toponímia urbana da cidade de Belo Horizonte.

O primeiro problema consistiu em não encontrarmos - após exaustivas buscas nos documentos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), dos arquivos públicos, museus e bibliotecas da cidade - informações oficiais que comprovassem a origem italiana desses 279 (duzentos e setenta e nove) antropotopônimos. Adicionalmente, naquele momento, não havia tempo hábil para uma pesquisa mais profunda como encontrar os descendentes das pessoas em questão, marcar entrevistas e realizá-las, colhendo dados e certidões que comprovassem a sua origem italiana.

O segundo problema se deu por termos nos deparado, durante as buscas relatadas no parágrafo anterior, com inúmeros outros nomes de pessoas que tinham comprovação oficial da origem italiana, mas que não foram homenageadas com nomes de logradouros na capital mineira e, como a pesquisa de mestrado foi exclusivamente toponímica, tivemos que retirá-los do nosso corpus.

Em abril de 2011, após a defesa de nossa dissertação de mestrado, contabilizando os dados que foram excluídos do corpus da pesquisa, constatamos que tínhamos mais de 1800 (um mil e oitocentos) nomes e que grande parte tinha biografia identificada.

Levando em conta o expressivo volume e inquestionável riqueza dos dados - sem falar do nosso desejo, já expresso, de analisá-los em uma pesquisa de doutorado - resolvemos, por meio de uma leitura preliminar, levantar algumas questões que poderiam nortear o nosso atual estudo:

- 1ª) Será que esses 1800 (um mil e oitocentos) nomes italianos sofreram adaptações nas grafias de seus prenomes, ou dos sobrenomes, ao entrarem em contato com o português do Brasil?
- 2ª) Se ocorreram adaptações, quais os fatores que influenciaram?
- 3ª) Qual seria o índice de retenção, variação e mudança no registro desses nomes?
- 4ª) Como se estabeleceu a relação aportuguesamento versus língua de origem?
- 5ª) De quais regiões da Itália eles vieram?
- 6ª) O que ficou registrado sobre suas vidas?
- 7ª) Considerando o volume e valor informativo dos dados biográficos já relacionados,

como tratá-los e disponibilizá-los ao público, seguindo os moldes da Lexicografia?

4. Justificativa

Partindo das questões arroladas no tópico anterior, a proposta da presente pesquisa é realizar um estudo linguístico descritivo de aproximadamente 1800 (um mil e oitocentos) antropônimos italianos que atuaram na construção e primeiras décadas do desenvolvimento de Belo Horizonte.

A primeira justificativa para a consecução desse projeto é seu ineditismo, ou seja, a inexistência de trabalhos acadêmicos que analisaram esse banco de dados, composto por antropônimos italianos.

A segunda justificativa é a sua importância no processo de resgate da memória histórica e cultural da capital mineira, no que se refere à participação dos imigrantes italianos. Realizá-lo, portanto, seria uma forma de oferecer aos munícipes e demais interessados a oportunidade de conhecer parte dessa história e, ao mesmo tempo, de prestar a esses ilustres italianos o merecido reconhecimento pelo trabalho e dedicação que dispensaram a Belo Horizonte.

As fontes de informação que utilizaremos serão todas primárias: documentos históricos, depoimentos de descendentes, anotações manuscritas de Raul Tassini⁴¹⁷ e do *Livro de Registro de Sepultamento do Cemitério do Bonfim*⁴¹⁸.

Sobre as fontes, Ramos e Bastos (2010, p. 88) esclarecem que

No caso da pesquisa antroponímica, a natureza diferenciada dos dados impõe fontes primárias também diferenciadas, mas igualmente oficiais: a documentação de cartórios de registro civil ou de arquivos paroquianos de batistérios.

Acreditamos que o material coletado, posteriormente organizado em um banco de dados, servirá de subsídio para futuras pesquisas, a respeito da cidade de Belo Horizonte, nas diversas áreas da Linguística e, como produto do nosso estudo, pretendemos organizar um dicionário onomástico.

5. Referências Bibliográficas

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. De nombres propios a nombres comunes: análisis de antropónimos en español y en portugués. In: III Congresso Brasileiro de Hispanistas, 2005, Florianópolis. III Congresso Brasileiro de Hispanistas, 2004.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. El acto de nombrar a un individuo como función primaria de los nombres propios. In: V Congresso Brasileiro de Hispanistas / I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Hispanistas, 2009, Belo Horizonte. Anais do V Congresso Brasileiro de Hispanistas / I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Hispanistas.

⁴¹⁷ Raul Tassini nasceu em Belo Horizonte, em 1909, onde faleceu em 1992. Filho do imigrante italiano Ernesto Tassini, Raul era desenhista, ilustrador, poeta e museólogo. Registrou manualmente cenas do cotidiano e interpretou aspectos significativos da arquitetura de Belo Horizonte em pequenos cartões e recortes de papel. Sua coleção pessoal, fonte riquíssima de informações sobre a capital mineira, está sob a tutela do Museu Histórico Abílio Barreto.

⁴¹⁸ O Livro de Registro de Sepultamento do Cemitério do Bonfim, hoje considerado obra rara e histórica, foi, no passado, o principal instrumento de controle dos sepultados no Cemitério do Bonfim. A publicação é composto por 18 (dezoito) volumes, todos manuscritos, contendo informações sobre os enterrados, incluindo a sua nacionalidade.

Belo Horizonte : Faculdade de Letras da UFMG, 2008. v. 1.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Classificação dos usos de antropônimos no português escrito. Fórum Linguístico: Florianópolis, v.7, n.2, p. 74-92, jul/dez, 2010.

ANDRADE, Maria Margarida. Lexicologia, Terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. In: OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. (orgs.). As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. V. 1. Campo Grande, MS: UFMS, 1998. P. 189-198.

BALDINGER, K. Semasiologia e onomasiologia. Tradução de Ataliba T. de Castilho. Alfa. São Paulo, v. 9, p. 7-36, 1966. Original francês.

BIDERMAN, M. T. C. A definição lexicográfica. In: Terminologia. Cadernos do I.L. n. 10. Rio Grande do Sul: UFRS, 1993. P. 23-43.

BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da palavra. In: Filologia e linguística portuguesa. São Paulo: UNESP, n. 2, p. 81-118, 1998.

BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484p.

BYNON, Theodora. Historical Linguistics. London: CUP, 1977.

COTRIM, G. Fundamentos da Filosofia: ser, saber e fazer. São Paulo: Saraiva, 1999. 320p.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos. Tese de Doutorado. São Paulo, USP-FFLCH. 1980. Publicação: A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo. Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Memória Paulistana: os Antropônimos Quinhentistas na Vila de São Paulo do Campo. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo: USP, v.33, p.112-113, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo: 1554-1897. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 1997.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os nomes como marcadores ideológicos. Acta Semiótica et Linguística. V. 7, 1998.

DURANTI, Alessandro. Antropologia Linguística. Trad. espanhola: Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

FILGUEIRAS, Z. F. A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente. 2011. 348f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas; tradução Selma Tannus Muchail. 8.ed. São Paulo: Martins fontes, 1999. 536p.

HYMES, Dell. Language in culture and society. A Reader in Linguistics and Antropology. New York: Harper and Row, 1964.

LANGACKER, R. W. A linguagem e sua estrutura: alguns conceitos linguísticos fundamentais. Trad. Gilda Maria C. de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1972. 264p.

MEILLET, Antoine. Esquisse d'une histoire de la langue latine. 5. ed. Paris: Hachette, 1948.

MILROY, J. Linguistic Variation and Change. On the historical sociolinguistics of English. GB: Basil Blackwell, 1992.

NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, 1995.

PASCUAL, José Ignacio Perez. Sinonimia y diccionario histórico. In: Maria Pilar Garcés Gómez (ed.). Dicionário histórico: nuevas perspectivas lingüísticas. Madrid: Iberoamericana, 2008. p. 149-175.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim; BASTOS, Gleyce Ramos. Onomástica e possibilidade de releitura da história. Revista Augustus. Rio de Janeiro: UNISUAM, ano 15, n. 30, ago. 2010.

SAPIR, E. A linguagem. Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1971.

SAPIR, Edward. Language: an introduction to the study of speech. New York: Harcourt, Brace, 1921.

SAPIR, Edward. Linguística como ciência: ensaios. Seleção, tradução e notas de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SEABRA, Maria Cândida T. C. A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo. Tese de doutorado. Fale/UFMG, 2004. 368p.

SEABRA, Maria Cândida T. C. (org.) O léxico em estudo. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

TARALLO, F. L. A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática, 2007. 96p.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VASCONCELOS, José Leite de. Antroponímia Portuguesa, Lisboa: Imprensa Nacional,

MARCAS DA HISTÓRIA: A TOPONÍMIA NO CAMINHO DAS TROPAS (RS E SC)

Giselle Olivia Mantovani Dal Corno (UCS)⁴¹⁹

Resumo: A atividade tropeira, especialmente as tropas de mulas arreadas, foi responsável, desde o século XVIII até o início do XX, pelo abastecimento de fazendas e localidades do Nordeste do Rio Grande do Sul com mercadorias produzidas artesanalmente em pontos distantes. Os tropeiros venciam a precariedade das estradas com sua persistência e contando com a resistência dos muares, deste modo contribuindo para o crescimento econômico e social das regiões por eles cruzadas. Paradoxalmente, porém, a História oficial parece tê-los esquecido; mas a História deixa marcas que podem hoje ser lidas. Neste trabalho, procuramos refazer uma das rotas dos tropeiros – especialmente o tropeiro doméstico, de mulas arreadas – entre o litoral e o alto da serra (RS ou SC), observando os signos toponímicos encontrados e/ou deixados pelos tropeiros – localidades por onde passaram, rios que cruzaram – e buscando em bibliografia especificamente pertinente a esse fenômeno dados que possam contribuir para a compreensão da motivação dos topônimos.

Palavras-chave: tropeirismo doméstico; toponímia; hidronímia; Campos de Cima da Serra; Bom Jesus

1. Introdução

Em 2008, Velho, Almeida, Santos e Favero lançaram uma singela obra intitulada *Tropeirismo: educação básica*, com o intuito de “explicitar e sistematizar a trajetória do tropeiro nos Campos de Cima da Serra e, principalmente, as rotas tropeiras que cruzaram o nosso município” (p. 5). Os autores referem-se a Bom Jesus, cidade localizada no extremo nordeste do Rio Grande do Sul. A atividade tropeira, especialmente as tropas de mulas arreadas, foi responsável pelo abastecimento de fazendas e localidades com mercadorias (alimentos, ferramentas) produzidas artesanalmente em pontos muito distantes, numa época em que os armazéns estavam nos poucos centros urbanos existentes na região. Além da distância, a precariedade das estradas era vencida apenas pela persistência de homens – os tropeiros – e pela resistência dos muares, que, desde o ciclo da mineração, comprovaram ser animais valiosos na abertura de trilhas e no transporte de cargas.

O pequeno livro foi idealizado para uso nas escolas, objetivando a preservação das origens do município ligadas ao tropeirismo, “a fim de que cada aluno descubra a importância da contribuição tropeira, bem como a função social para o desenvolvimento econômico, cultural e social da região”. Essa necessidade liga-se ao fato de que um sem número dos habitantes de Bom Jesus ainda hoje pode falar de algum antepassado ou conhecido que foi tropeiro, muito embora os compêndios de História do Brasil ou do Rio Grande do Sul pouco ou nada falem sobre isso.

Não é só na memória das pessoas, porém, que o tropeirismo se faz presente: há vários indícios desse fenômeno histórico também nas localidades por onde passavam as tropas e nas rotas por eles percorridas, indícios esses que podem ser recuperados pelo estudo dos topônimos, já que, como afirma Dick, tanto o estudo dos nomes próprios de pessoas – Antroponímia – como o de lugares – Toponímia – pode contribuir para a “preservação dos

⁴¹⁹ Docente do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: gomdcorn@ucs.br .

fatos culturais em uma determinada área geográfica” (DICK, 2008, p. 217). Esses nomes atuam, segundo a autora,

funcionalmente, como formas conservadoras da memória do núcleo, que se faz presente nos estágios denominativos, de diversas origens e causas. Esses marcadores, por evoluírem de modo mais lento que as normas e posturas sociais, são definidos como enunciados arcaizantes das linguagens, capazes de recuperar os momentos históricos vividos e a própria trajetória do homem na formação do grupo. (DICK, 2008, p. 217-218)

Neste trabalho, descrevemos o percurso investigativo que se impôs antes de nosso objetivo inicial, que era o de refazer uma das rotas mencionadas pelos autores, entre litoral (especialmente o catarinense) e o alto da serra (região dos Campos de Cima da Serra, no RS), observando os signos toponímicos encontrados e/ou deixados pelos tropeiros – localidades por onde passaram, rios que cruzaram. As dificuldades relacionaram-se à identificação e delimitação das rotas, além da não rara opacidade dos topônimos. Alguns signos são de fácil decodificação; outros necessitam que sua opacidade seja investigada e seus significados desvelados. Para tanto, empreendemos uma tarefa, nem sempre bem sucedida, de busca de dados que possam contribuir para a compreensão dos topônimos.

2. Um pouco de história: as origens de Bom Jesus

Para que possamos compreender a relação de Bom Jesus com a história do tropeirismo, é necessário primeiramente dizer que o atual território do município constituiu, ainda no século XVII, um grande espaço para criação do gado trazido das Missões guaraníticas (entre os rios Pelotas, na divisa com Santa Catarina, e das Antas) para “escondê-lo” dos portugueses, que buscavam reses na Vacaria do Mar para levá-las ao “centro” do país.⁴²⁰ Este trajeto está descrito em inúmeras obras como o “Caminho da Praia”, descrito pela primeira vez por Domingos de Filgueiras em 1703 (BARROSO, 1995, p. 37).

Velho *et al.* (2008, p. 23-24) citam outros três caminhos percorridos para o transporte de gado, inicialmente, e depois de mulas xucras⁴²¹, conhecidos como “Caminhos das Tropas”: o Caminho dos Conventos (aberto por Souza Farias – 1729); o Caminho Real ou de Viamão (aberto por Cristóvão Pereira de Abreu – 1734); e o Caminho das Missões (oficialmente aberto em 1816). Em comum esses três caminhos têm o fato de cruzarem o território atualmente pertencente a Bom Jesus, conhecido como a “Vacaria dos Pinhais” (“Baquería de lós Piñales”), uma região que “foi integrada ao país e mesmo ao restante do Rio Grande do Sul através dos tropeiros que, por aqui passando, foram requerendo terras e, ganhando-as, instalaram suas propriedades, as quais ao longo do tempo ficaram conhecidas como fazendas dos Campos de Cima da Serra.” (SANTOS, 1995, p. 154). A *serra* aqui referida é a Serra Geral, que inicia longitudinalmente justamente na região nordeste do Rio Grande do Sul.

Muitas das terras que originaram as fazendas foram concedidas como sesmarias (iniciando em torno de 1750) como forma de o Reino pagar a oficiais militares por serviços prestados. Mesmo que muitos donatários não tivessem a mínima intenção de se estabelecer naquelas paragens inóspitas, percorridas por índios e com clima severo, deixando sesmarias em testamento para seus descendentes, pesquisadores sugerem que os nomes dos primeiros

⁴²⁰ É necessário lembrar que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, o contorno do Estado do Rio Grande do Sul foi modificado inúmeras vezes por conta de tratados assinados entre Portugal e Espanha, assim como o domínio da Colônia de Sacramento (atualmente uma cidade uruguaia) oscilou entre os dois reinos no mesmo período.

⁴²¹ Com o apogeu do Ciclo do Ouro, em 1750, as mulas eram comercializadas para o transporte do mineral aos portos de Paraty e Rio de Janeiro.

sesmeiros foram mantidos quando da criação das fazendas, algumas das quais se tonaram local de pouso para os tropeiros (cf. BETTIOL, 2004, p. 275).

A região também teve papel significante entre aproximadamente 1771 e 1781, quando operava o registro no Passo de Santa Vitória – o maior posto de arrecadação, na Província do Rio Grande, de impostos sobre as mulas transportadas pelos Caminhos das Tropas através do rio Pelotas.

Parte da Vacaria dos Pinhais originou a cidade de Vacaria, fundada em 1850, enquanto a região de Bom Jesus tornou-se o 3º distrito da costa, já que, por sua localização, era mais próximo do mar que a sede. Na página sobre Bom Jesus encontramos dados sobre a motivação designativa quando da elevação à condição de:

Devido à grande distância que separava o distrito e Vacaria, e também, aos precários meios de transporte, o povo lutou pela criação de uma capela em local mais próximo e acessível. Em 21 de maio de 1879 foi criada, então, a Capela do Senhor Bom Jesus do Bom Fim. O nome foi dado devido à devoção de Manoel Silveira de Azevedo, dono das terras, o qual indo a Guerra do Paraguai fez uma promessa que, se voltasse, são e salvo, iria formar uma capela com este nome.

A redução posterior do sintagma toponímico para *Bom Jesus* não apagou a motivação religiosa do topônimo, que pode ser considerado um hagiotopônimo.

3. Em busca das rotas dos tropeiros de Bom Jesus

Com o declínio da mineração e a extinção da proibição de se criarem muares fora da província do Rio Grande, extinguiu-se também a grande feira de Sorocaba, onde eram comercializados os animais para todo o país. Ao mencionar o tropeirismo no século XIX, Velho, Almeida, Santos e Fávero (2008, p. 25) apresentam uma face particular do fenômeno, por eles chamada de Tropeirismo Gaúcho Regional, que se intensificou “com a fundação das fazendas e conseqüente fixação do homem ao meio” e foi “responsável pelo intercâmbio dos produtos necessários ao desenvolvimento e manutenção das fazendas e vilas que foram surgindo ao longo do Caminho das Tropas.” Ressalta uma das autoras: “Quando falamos em tropeiros, logo imaginamos homens transportando tropas de mulas xucras do Rio Grande do Sul para o centro do País. Mas devemos lembrar um outro tipo de tropeiro, sobre o qual pesquisamos: o tropeiro de mulas arreadas.” (SANTOS, 1995, p. 155).

Pela concisão da obra, os autores não chegam a mencionar quais as localidades percorridas pelos tropeiros domésticos. Os mais tradicionais compêndios de História do Rio Grande do Sul também não trazem informações sobre esse fenômeno regional.⁴²² Foi necessário, então, buscar em outras fontes informações que nos permitissem investigar a questão. Foi desta maneira que chegamos à série de coletâneas organizadas em decorrência do Seminário Nacional sobre o Tropeirismo (SENATRO), evento bienal realizado desde 1992 em Bom Jesus.

Em capítulo da primeira coletânea, organizada em 1995, Lucila Sgarbi Santos, filha de tropeiro, descreve Bom Jesus como uma “ilha de campo cercada de mato por todos os lados” e localiza o município geograficamente: “situado a nordeste do Estado do RS, entre os vales dos rios Pelotas ao norte e Antas ao sul, a leste os paredões dos Aparados da Serra e oeste

⁴²² Deve-se reconhecer que algumas obras mais recentes, como FAGUNDES, 2010, procuram “fazer justiça” a personagens esquecidos de nossa história, como é o caso da família de Francisco Pinto Bandeira, motivação para a designação da Serra do (Rio do) Pinto, relacionada ao tropeirismo da região aqui focalizada.

liga-se à zona de campanha pelos campos da Vacaria” (SANTOS, 2005, p. 154).⁴²³ A autora prossegue ressaltando as dificuldades da vida do habitante dos Campos de Cima da Serra: “O homem dessa região vivia muito só, pois além dos fatores já citados [o isolamento e as distâncias], devemos lembrar, ainda, as condições rigorosas do clima no inverno, com cerração comum em algumas zonas, com frio intenso e a distância entre as fazendas.” Como frisa a autora, o campeiro serrano cuidava dos rebanhos de gado vacum e dele tirava como subprodutos couro, sedém (corda feita a partir dos pelos da crina ou cauda), charque e queijo, por si sós insuficientes para a sobrevivência das fazendas.

Este mesmo momento histórico é descrito em estudos que focalizam o início da imigração europeia no Brasil, mais especialmente nos Estados do sul. No Rio Grande do Sul, enquanto as colônias alemãs estabelecidas nas proximidades do lago Guaíba (como a de São Leopoldo, fundada em 1824 e assim denominada numa homenagem à Imperatriz Leopoldina, esposa de D. Pedro I) progrediam pela proximidade com a capital da Província, as colônias localizadas entre a Serra Geral e o litoral – Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara – viviam em situação de isolamento. Ely destaca:

Enquanto as sobras da produção de gêneros e dos derivados da cana-de-açúcar e da mandioca se acumulavam nas colônias alemãs do Litoral Norte, os habitantes de Cima da Serra se ressentiam de sua falta, pela impossibilidade de cultivo, devido ao rigor do clima.

Ao nível do mar estavam os colonos alemães a produzirem. A não muitas léguas de distância, mas a mais de mil metros acima, viviam os serranos que necessitavam de tais produtos.

Os contrafortes da Serra Geral se interpunham como uma barreira intranponível entre a fonte produtora e o consumidor em potencial. Os colonos alemães desconheciam os meios de alcançar este espaço que se oferecia ao comércio de seus produtos. (ELY, 2004, p. 254)

Neste cenário entra o “troteiro doméstico”, termo cunhado por Santos para designar o integrante das tropas, comitivas compostas por peões e muitas vezes familiares do proprietário da fazenda, com a finalidade de abastecer as fazendas com “tudo o que nelas faltava” e ainda vender os subprodutos do gado (cf. SANTOS, 1995, p. 154-155). O valor dessa figura é também ressaltado por Ely:

As primeiras transações comerciais com os colonos alemães ocorreram por iniciativa dos intrépidos tropeiros de Cima da Serra, que se aventuraram por trilhas abertas pelos índios, que desciam até o litoral em busca do peixe e do marisco, quando escasseava o pinhão, e pelos escravos que fugidos das sesmarias serranas se reuniam ao pé da serra, junto às nascentes do Rio do Pinto, formando um pequeno quilombo. (ELY, 2004, p. 255)

Cachaça, açúcar, polvilho, farinha de mandioca, arroz, rapadura, sal eram as mercadorias mais buscadas pelos tropeiros nas colônias do litoral. Nos núcleos urbanos mais desenvolvidos, buscavam-se também ferramentas, tecidos.

⁴²³ A autora apresenta dados colhidos através do projeto “Ouvindo e lembrando”, ligado a um projeto maior denominado “Resgatando Nossas Raízes”, realizando junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bom Jesus desde 1990, com o objetivo de, através de entrevistas orais com antigos moradores da cidade, “resgatar a história através de quem a viveu, muitas vezes a única fonte que temos para conhecer fatos ou pequenos detalhes que são o elo de ligação entre o passado e o presente” (SANTOS, 1995, p. 154).

Santos (1995) descreve brevemente os destinos das rotas trilhadas pelos tropeiros domésticos:

Os principais pontos de comércio dos tropeiros de Bom Jesus eram: Serra Baixa, Taquara, Três Forquilhas, São Sebastião do Caí e Caxias do Sul.

A denominada Serra Baixa era Torres e regiões próximas à Serra, Campinas, hoje Araranguá. Poucos iam mais longe. A descida era feita pela Serra Velha (à esquerda de quem desce a serra da Rocinha e a serra da Veneza). (SANTOS, 1995, p. 155).

A *Serra Baixa* correspondia assim ao litoral norte do Rio Grande do Sul (que já então tinha como localidade mais importante Torres, ou São Domingos das Torres, onde se localizava o presídio) e ao litoral sul de Santa Catarina (sendo Araranguá a localidade na ponta de uma das rotas, inclusive daquela aberta por Souza Farias em 1729).

Vários foram os trajetos percorridos pelos tropeiros com o intuito de servir as diferentes localidades no abastecimento de mercadorias. Bettioli (2004) cita uma dezena de trajetos, alguns deles com variações, percorridos pelos tropeiros que partiam de Bom Jesus, sendo que o acesso às quatro primeiras serras era feito sempre através do atual município de São José dos Ausentes. São eles: Serra da Rocinha; Serra do Pilão; Serra da Veneza; Serra do Fundo Grande; Serra do Doze (hoje Serra do Rio do Rastro); Serra do Cavalinho; Serra da Pedra; Serra da Figueira/Figueirinha; Serra do Faxinal.

4. Algumas motivações para os signos toponímicos mencionados

4.1. *Vacaria e Bom Jesus*

Ao longo desse breve resgate histórico da inserção de Bom Jesus na história do tropeirismo no sul do Brasil, deparamo-nos com diversos topônimos. Devido à brevidade do texto aqui proposto, não será possível discorrer sobre todos eles. Além do mais, nem todos os topônimos puderam ser decifrados em termos de significado e motivação: alguns dados precisam realmente ser garimpados em publicações diversas, quando não dependem quase que totalmente de informações colhidas em depoimentos orais (cuja fidedignidade nem sempre pode ser atestada). Deste modo, os resultados aqui apresentados são muito incipientes e devem merecer maior atenção em pesquisas futuras.

Em seção anterior já discorremos brevemente sobre os topônimos *Bom Jesus* e *Vacaria*. Este último, que fazia parte de um sintagma com a especificação “dos Pinhais”, foi originalmente cunhado em espanhol, *Baquería de los Piñales*, descrevendo a função do local – servir de local para criação de gado (= curral de vacas) – e agregando-lhe uma descrição da paisagem – a abundância de pinheiros (araucárias). Já *Bom Jesus*, como vimos, teve sua denominação motivada pela devoção do proprietário das terras.

4.2. *Rios das Antas e Pelotas*

Os rios que limitam esse território têm também um significado de não difícil apreensão. Alguns relatos de viagens empreendidas nos séculos XVIII e XIX já apresentam a denominação rio *das Antas* (às vezes com a variante *da Anta*), embora apenas especulem sobre a motivação, o fato de haverem encontrado uma ou mais antas às margens do rio. Paradoxalmente, um topônimo que parece ter um significado tão claro carece de comprovação documental para sua motivação, muito porque registros anteriores são difíceis de localizar. Já o rio *Pelotas* traz em sua denominação marcas da ocupação indígena e espanhola anterior à chegada dos portugueses. É no *Diccionario de La Real Academia Española* que encontramos

a definição de *pelota* na acepção que traduz esse signo toponímico: “Batea de piel de vaca que usaban en América para pasar los ríos personas y cargas.” Era costume dos indígenas (passada aos espanhóis) confeccionar pequenas canoas com couro, e o trânsito dessas pelo rio era intenso (para os padrões da época), pois era a única forma de transporte acessível. Assim, a primeira designação desse curso d’água se dá em espanhol, descrevendo o observado por algum viajante: *El rio de lãs Pelotas*.

4.3. Aparados da Serra

O ponto onde a Serra Geral termina abruptamente no nordeste do Rio Grande do Sul e sul de Santa Catarina forma paredões verticais de 700 a mil metros de altura, como se a pedra tivesse sido cortada ou “aparada”. É essa morfologia peculiar que dá origem ao nome do conjunto de rochas, parte do qual se encontra sob a proteção de parques nacionais (Parque Nacional dos Aparados da Serra e Parque Nacional da Serra Geral, no RS).

4.4. São José dos Ausentes

As informações colhidas por Bettioli (2004) sobre as rotas dos tropeiros domésticos originam-se de depoimentos orais prestados por antigos tropeiros ou seus descendentes. É desses dados orais que surge uma explicação para o topônimo *São José dos Ausentes*:

Contam os mais antigos moradores que os primeiros sesmeiros não compareciam quando solicitados a responder sobre as terras, aí então começou a ser designada de ausentes, essas terras: fazenda dos Ausentes. Depois, construíram uma pequena capela de madeira.

De Fazenda dos Ausentes, passa agora a ser chamada Capela dos Ausentes. Até o início do século XX, era conhecido o lugar por Fazenda dos Ausentes. Essa fazenda passou para a mão de Joaquim Inácio Velho (Quinca Velho), sendo ele o primeiro proprietário, dando origem a um povoado. (BETTIOLI, 2004, p. 275)

4.5. Serra Baixa

Interessante observar que, na verdade, após a descida de qualquer uma das serras que levasse ao litoral, já não se estava mais em região de serra, que já havia ficado para trás. No entanto, a denominação *Serra Baixa* parece prevalecer, embora em alguns depoimentos se observem variações como *serra abaixo* (uma hipótese plausível para a origem da denominação).

4.6. Torres

Em meio à planície litorânea, na divisa dos dois estados, surgem imponentes as formações rochosas destacadas do planalto meridional, mas da mesma origem vulcânica do Aparados da Serra, que motivam o topônimo *Torres*, presente nas diferentes designações ao longo do tempo: Forte de São Diogo das Torres (1777), Distrito das Torres (1801), Povoação das Torres (1820), São Domingos das Torres (1825, quando da construção da igreja e elevação à condição de capela).

4.7. Araranguá

A cidade catarinense foi desmembrada de Laguna (ponto extremo do território português pelo Tratado de Tordesilhas) em 1880. Encontram-se registros, nas descrições das rotas como as aqui mencionadas, de uma denominação anterior de *Campinas*, mas até o momento nenhum dado oficial foi obtido com relação a isso. Não é difícil imaginar, porém, que, após a difícil decida da serra, a ampla planície litorânea coberta com vegetação rasteira fosse aos olhos dos viajantes uma bela campina. Pode-se especular também que a mudança da denominação tenha sido devida ao nome do rio que hoje cruza a cidade (provavelmente na época apenas margeasse a vila), *Araranguá*, que Sampaio (1901) trata como um topônimo de origem indígena desmembrado em *arára* + *anguá*, ‘rufo ou rumor dos papagaios’.

5. Considerações finais

Os estudos toponímicos, como já afirmado por autores renomados, nacionais e internacionais, não pode prescindir da interface com outras áreas do conhecimento, como a História, a Geografia, a Antropologia, os Estudos Culturais. Se o desafio de buscar em todas essas áreas é grande, maior ainda é a satisfação de decifrar a opacidade de um topônimo e explicitar sua significação, como forma de compreender esses mesmos aspectos histórico-geográficos-culturais que subjazem às comunidades.

Este trabalho mostra pequenos resultados de uma investigação que deverá se estender bastante antes de poder dar conta de toda essa compreensão. Apesar dos resultados modestos até o momento, esperamos poder colaborar com o objetivo dos autores da pequena obra *Tropeirismo: educação básica* de “valorizar o que já foi desenvolvido e repassar para as futuras gerações para que preservem e admirem como se construiu a nossa história.” (2008, p. 5)

Referências Bibliográficas

BARROSO, Vera Lucia Maciel. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EST, 1995.

BETTIOL, Leila de Fátima Alves. Tropeiros do Município de Bom Jesus/São José dos Ausentes: referências econômicas nas primeiras décadas do século XX. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

BOM JESUS. Disponível em:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Bom_Jesus_\(Rio_Grande_do_Sul\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bom_Jesus_(Rio_Grande_do_Sul)). Acesso em 03 jul. 2013.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A toponímia como investigação linguística e antropológica. In: Aparecida Negri Isquierdo. (Org.). *Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português: Brasil-Portugal*. Campo Grande: EDUFMS, 2008, v. 1.

FAGUNDES, Antonio Augusto. *História do Rio Grande do Sul: uma nova visão da formação da terra e do povo gaúcho*. 6. Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2010.

HISTÓRIA DE BOM JESUS. Disponível em: <http://www.bomjesus.rs.gov.br/secao.php?pagina=7> . Acesso em: 03 jul. 2013.

PELOTA. Disponível em: <http://www.rae.es/drae/> . Acesso em 05 jul. 2013.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. Memória lida no Instituto Histórico e Geographico de São Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio-1901-tupi> . Acesso em 03 jul. 2013.

TORRES. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Torres>. Acesso em 03 jul. 2013.

VACARIA. Disponível em: <http://www.vacaria.rs.gov.br/>. Acesso em: 04 jul. 2013.

OCORRÊNCIA DE NOMES DE ESPÉCIES VEGETAIS TÍPICAS DA FLORESTA TROPICAL NA TOPONÍMIA SUL-MATO-GROSSENSE

Suely Aparecida CAZAROTTO (SED/MS)⁴²⁴

Resumo: Os nomes de espécies vegetais típicas da formação *Floresta Tropical* alçados à categoria de topônimos no Estado de Mato Grosso do Sul constituem material de análise deste estudo. O *corpus* foi extraído do *Glossário de fitotopônimos sul-mato-grossenses* (CAZAROTTO, 2010), que estudou os topônimos oriundos de nomes de espécies vegetais extraídos do Banco de Dados do Projeto ATEMS. Identificados, esses nomes foram conceituados a partir de Dicionários de Botânica, verificou-se o tipo de acidente nomeado, base linguística e localização do(s) topônimo(s) homônimo(s) dessas espécies florísticas. A análise privilegiou 14 nomes, sendo: *Angelim, Angico, Aroeira, Bambu, Canafristo, do; Canela Preta, Cedro, Erva, da; Guariroba, Ipê, Jatobá, Peroba, Sucupira e Timbaúva*.

Palavras-chave: Espécies vegetais. Floresta Tropical. Fitotopônimos. Mato Grosso do Sul.

1. Introdução

Mato Grosso do Sul é um Estado de riquezas expressivas nas áreas sócio-econômico-culturais e que se refletem também na sua toponímia. Por todo o território sul-mato-grossense constata-se uma gama de acidentes físicos e humanos que possibilitam o desenvolvimento de uma pesquisa que conduz a resultados inesperados e/ou surpreendentes, uma vez que podem demonstrar aspectos antrópicos, linguísticos, etnolinguísticos, históricos, geográficos etc, característicos do povo que habita a região em estudo. Portanto, a pesquisa toponímica constitui-se em um desafio para o pesquisador devido à existência de inúmeros fatores que podem permear a pesquisa.

A ação de nomear ou denominar lugares estabelecem relações que denotam aspectos variados das atividades humanas e o estudo dos topônimos de uma determinada região pode constituir, ao mesmo tempo, um registro científico, um resgate e, até mesmo, a preservação da cultura e da memória dos povos que habitaram/habitam determinado ambiente. Ainda, o ato de nomear sempre fez parte do cotidiano de ser humano, visto que dar nomes a lugares e a pessoas garante a individualização e a eternização desses. Por conseguinte, esse ato permite uma maior interação entre os seres e entre o denominador e o meio em que estão inseridos.

Neste estudo serão verificados os topônimos sul-mato-grossenses cujos homônimos sejam espécies florísticas características da formação vegetal *floresta tropical*, dos quais conceituaremos as características físico-fisiológicas, permitidas pelo auxílio de dicionários de botânica, a base linguística de cada um, a verificação dos municípios onde esses topônimos estão inseridos e a que tipo de acidente pertencem (físico ou humano).

2. Objetivos

Identificar e analisar os nomes de espécies vegetais típicas da formação floresta tropical alçados á categoria de topônimos e inscritos na toponímia sul-mato-grossense, extraídos do *Glossário de fitotopônimos sul-mato-grossenses: uma proposta* (CAZAROTTO, 2010). Conceituar os nomes selecionados a partir de dicionários de botânica, verificar o tipo

⁴²⁴ SED/MS. Escola Estadual Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli. CEP: 79.785-000 – Angélica – Mato Grosso do Sul – Brasil. E-mail: sucazarotto@hotmail.com

de acidente nomeado (físico ou humano), a base linguística desses nomes e a localização do(s) topônimo(s) homônimo(s) dessas espécies florísticas.

3. Metodologia

Para este estudo foi selecionado um *corpus* que reuniu 83 (oitenta e três) topônimos, coletados do *Glossário de fitotopônimos sul-mato-grossenses* (CAZAROTTO, 2010). Após o levantamento do corpus, foi realizada consulta a dicionários de botânica, com vistas a verificar a conceituação da espécie vegetal inscrita na formação vegetal floresta tropical e que fora elevada à categoria de topônimo. Para tanto, foram consultadas as seguintes obras: *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas* (CORRÊA, 1984), *Dicionário das plantas úteis do Brasil* (CRUZ, 1985), *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil* (LORENZI, 2002), *Palmeiras brasileiras e exóticas cultivadas* (LORENZI et al, 2004) e, ainda, os dicionários de uso da Língua Portuguesa: Ferreira (2009) e Houaiss (2007). Para a verificação da base linguística dos nomes selecionados, foram realizadas consultas a dicionários de língua indígena, sendo: *Dicionário Tupi-Português: com esboço de gramática do Tupi Antigo* (TIBIRIÇA, 1984), *O tupi na geografia nacional* (SAMPAIO, 1987), *Dicionário Guarani-Português* (TIBIRIÇA, 1989). Em seguida, foi desenvolvida a análise dos dados, considerando a localização dos topônimos selecionados.

4. A floresta tropical na vegetação sul-mato-grossense

De acordo com estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁴²⁵, o Estado de Mato Grosso do Sul, concernente aos aspectos geográfico-vegetacionais, compreende quatro formações vegetais denominadas: a) *floresta estacional subcaducifólia tropical – floresta tropical*; b) *cerrado*; c) *campo* e d) *complexo do Pantanal*, e como este estudo atém-se à busca e análise de espécies vegetais típicas da formação vegetal *floresta tropical*, registramos, a seguir, algumas informações relevantes acerca dessa formação florística.

4.1. Floresta estacional subcaducifólia tropical - Floresta Tropical

As áreas florestais têm grande importância na economia de toda a região Centro-Oeste e, obviamente, do Estado de Mato Grosso do Sul por corresponderem a solos férteis – os mais férteis encontrados nessa região. Acredita-se que a incidência desse tipo de vegetação em terras sul-mato-grossenses se dê mais pela abundância das águas encontradas nesse espaço do que pelas condições climáticas. Waibel (1948), citado no estudo realizado pelo IBGE (1977), afirma que “a mata e o campo são mais do que tipos de vegetação, são tipos de terras”. O estudo realizado pelo IBGE (1977, p. 66) informa que

no interior do Planalto Central, no espaço dominado literalmente pelos Cerrados, destaca-se a presença de manchas de Mata Tropical, que são representantes de uma flora dissociada do mundo amazônico e talvez correlacionada à da fachada florestal atlântica.

A organização da Floresta Tropical supõe três estratos, sendo dois arbóreos e um herbáceo-arbustivo. As árvores mais altas, representantes do primeiro estrato arbóreo, apresentam troncos retilíneos e de casca fina e entre as espécies predominantes situam-se o **jatobá** (*hymenaea sp.*) e a **palmeira guariroba** (*Cocos sp.*). Já os caules dos elementos

⁴²⁵ Geografia do Brasil – Região Centro-Oeste - vol. 4, 1977.

do segundo estrato são menos retos do que os das árvores mais altas e são representados por espécies como o **óleo vermelho** (*Copaiba officinalis*), o **jacarandá** (*Machaerium sp.*) e a **canela** (*Ocotea sp.*). O terceiro estrato, o herbáceo-arbustivo, por sua vez, contém em abundância “um **bambu** cuja altura varia de um a dois metros e cujas folhas servem de forragem para o gado na quadra da estiagem, pois se mantém ainda verdes” (IBGE, 1977, p. 69).

O estudo realizado pelo IBGE (1977), tomado como referência neste trabalho, destaca ainda no Mato Grosso do Sul uma importante área de floresta tropical, a chamada “Mata de Dourados”, que tem como centro a junção dos rios Brilhante e Dourados, e se estende para o sul a partir desses rios e do rio Ivinhema. A “Mata de Dourados” contém árvores altas, de madeira de lei, e suas espécies mais relevantes são o **cedro** (*Cedrela fissilis*), o **angelim** (*Leguminosa papilionacea*), a **aroeira** (*Astronium sp.*), a **erva-mate** (*Ilex Paraguaiensis sp.*), a **cana, fístula** (ou faveira-do-mato) e a **timbaúva** (*Stryphnodendron guianense*).

Gressler e Vasconcelos (2005, p. 67-70), estudando a geografia de Mato Grosso do Sul, informam que as espécies de árvores mais comuns encontradas nesse tipo de vegetação são: **cedro, angelim, aroeira e peroba**, encontrando-se, também, **a erva-mate, o jacarandá, a sibipiruna e o ipê**, em suas diversas cores.

Portanto, a seguir elencamos e analisamos, de acordo com o exposto nos objetivos deste trabalho, espécies típicas da formação vegetacional *floresta tropical* que também se encontram nominando acidentes geográficos – físicos e humanos – por todo o território sulmato-grossense.

5. Discussão e análise dos dados

A região florística do Brasil Central, onde se encontra o Estado de Mato Grosso do Sul, apresenta dois períodos anuais bem marcados por chuvas e secas e que refletem três tipos de vegetação, de acordo com a gênese e a fertilidade dos solos. Nos solos de origem ígnea e/ou eruptiva e logicamente mais férteis, ocorrem os tipos florestais estacionais, “eminentemente de origem amazônica que se expandiram através da rede hidrográfica, adaptados às situações úmidas dos solos férteis dos vales” (VELOSO; RANGEL F^o; LIMA, 1991, p. 54). Isto posto, justifica-se a presença de grandes árvores, de madeira nobre, habitando as florestas sul-mato-grossenses e “emprestando” seus nomes para a nomenclatura de acidentes geográficos por todo o Estado de Mato Grosso do Sul.

Este estudo considerou acidentes físicos e humanos inscritos na toponímia sul-mato-grossense, homônimos de espécies vegetais típicas da *floresta tropical*, em vista disso foram selecionados os nomes assinalados no Gráfico I, que perfazem um total de 83 (oitenta e três) ocorrências, dado que esses topônimos são encontrados em vários pontos do território sul-mato-grossense, no entanto, uma análise mais apurada será feita somente sobre os nomes *angelim, angico, aroeira, bambu, canafístula, canela, cedro, erva-mate, guariroba, ipê, jatobá, peroba, sucupira e timbaúva*, perfazendo um total de 14 (catorze). As variações decorrentes desses catorze nomes, que constituem os 83 (oitenta e três) topônimos mencionados, serão relacionadas bem como dadas as suas localizações no Estado de Mato Grosso do Sul. A saber:

1. Angelim - Árvore com altura de 4 a 6 m (LORENZI, 2002, p. 206).

* Nome de dois AF: um córrego em Selvíria e um em Sidrolândia.

* Base linguística: Tupi: “andyraýba – o mesmo que angelim (Tastevin); trad. lit. árvore de morcego” (TIBIRIÇA, 1984).

Nota: Ocorre nos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, nos cerradões. Madeira moderadamente pesada, macia ao corte, de textura média, pouco resistente e de baixa durabilidade. Os frutos são muito perseguidos por morcegos frutívoros. O cerne do lenho moído é usado como medicinal. As flores são apícolas. Nomes populares: Morcego, Morcegueiro, Mata-Baratas, Angelim-do-Cerrado (LORENZI, 2002, p. 206).

2. Angico - Espécie de árvore de origem brasileira que atinge grande altura, tendo 24 a 26 m, desenvolve-se nos lugares de vegetação “enfezada”, onde são encontrados espinheiros, cardos, gravatás e outros tipos de vegetais próprios dessas regiões. (CRUZ, 1985).

* Nome de quatro AF: um córrego em Campo Grande, um em Dois Irmãos do Buriti, um em Ribas do Rio Pardo e um em Rochedo.

* Base linguística: Português

Nota: Essa é uma das plantas de grande valor da flora brasileira, pelas suas muitas utilidades. Para o reflorestamento das matas que sofrem devastações é indicado com muito acerto, pois cresce com rapidez e substitui com vantagem o eucalipto, cujo crescimento é mais demorado. Produz madeira de primeira qualidade, tradicionalmente empregada na construção civil. A entrecasca contém elevada porcentagem de tanino, pelo que é muito empregado, com resultados satisfatórios, na indústria de curtume de couros. Também é conhecida por *Acácia Angico* e *Cambiú* (CRUZ, 1985).

É importante observar que na toponímia sul-mato-grossense também é encontrado o registro de Angico, do (Nome de um AF: um córrego em Figueirão).

3. Aroeira - Espécie de árvore alta cujo fruto exala um cheiro que se assemelha ao da pimenta e sua casca adstringente é empregada na indústria de curtume. Dá boa madeira, dura, de durabilidade limitada. [...] (CRUZ, 1985).

* Nome de cinco AF: um córrego em Aparecida do Taboado, um em Chapadão do Sul, dois em Paranaíba e um em Santa Rita do Pardo.

* Base linguística; Português

Também há o registro de Aroeira, da (Nome de um AF: um córrego em Paranaíba) na toponímia sul-mato-grossense.

4. Bambu - Espécie vegetal da família das gramíneas, arborescente, de 8 a 15 m de altura [...] (CORRÊA, 1984).

* Nome de um AF: uma lagoa em Anaurilândia. * Base linguística: Português

Nota: Essa espécie é, com certeza, entre as numerosas congêneres cultivadas, a mais comum em todo o Brasil. A ela são referidos os estudos relativos ao aproveitamento do bambu no fabrico do papel. A cultura dessa espécie tem ainda grande importância para o fornecimento de material de construção. Outros empregos do colmo consistem no fabrico de mobília rústica e artigos manufaturados. Os brotos novos, desembaraçados das bainhas, são comestíveis (CORRÊA, 1984).

Há, também, a ocorrência dos topônimos **Bambu, do** (Nome de um AF: um córrego em Cassilândia) e de *Bambus* (Nome de um AF: um córrego em Paranaíba).

5. Canafristo, do - Canafristo, corruptela de canafístula, designação comum a árvores e arbustos dos gêneros *Cassia*, *Senna* e *Peltophorum*, da família das leguminosas, geralmente de boa madeira [...] (HOUAISS, 2007).

* Nome de um AF: um corixo em Corumbá.

* Base linguística: Português.

6. Canela Preta - Espécie vegetal que se evidencia na flora brasileira, é árvore alta, medindo de 10 a 16 m de altura (CRUZ, 1985).

* Nome de dois AF: dois córregos em Anastácio.

* Base linguística: Português.

7. Cedro - Espécie de planta originária do Brasil, o cedro atinge grande altura, 20 a 30 m, e 80 cm a 3 m de diâmetro. Madeira de lei de alta reputação, aproveitada para trabalhos de marcenaria. A casca, assim como outras partes da planta, tem cheiro forte, semelhante ao do alho (CRUZ, 1985).

* Nome de um AH: lugarejo em Rio Verde de Mato Grosso; e oito AF: um córrego em Alcinópolis, um arroio em Aral Moreira, um córrego em Dois Irmãos do Buriti, um em Figueirão, dois em Paranaíba, um em Ponta Porã e um em Sidrolândia.

* Base linguística: Português.

Cabe aqui o registro de que, relativo à lexia cedro, encontram-se os nomes **Cedro, do** (Nome de seis AF: um córrego em Água Clara, um morro em Alcinópolis, uma cabeceira em Aral Moreira, um córrego e um ribeirão em Cassilândia e um córrego em Jateí) e **Cedral** (Nome de um AH: um córrego em Corumbá).

8. Erva, da - Espécie de “planta não lenhosa, cujas partes aéreas vivem menos de um ano, o que limita o seu tamanho, podendo as partes subterrâneas ser vivazes”; ou “quantidade mais ou menos considerável de plantas herbáceas dispostas proximamente entre si”; ou ainda “qualquer planta venenosa que nasce em pastagens e que, comida pelos animais, pode causar-lhes a morte” (FERREIRA, 2004).

* Nome de dois AF: um córrego em Anaurilândia e um em Nova Andradina.

* Base linguística; Português.

É encontrado, ainda, concernente à erva-mate, o topônimo **Hervalzinho** (Nome de um AF: um córrego em Nova Andradina).

9. Guariroba - Espécie de palmeira de até 20 m, nativa do Paraguai e do Brasil (BA ao PR, MS, GO) e muito cultivada como ornamental pelos frutos verde-amarelados comestíveis, e pelo palmito amargo, com propriedades medicinais e muito usado em culinária *catolé*, *catulé*, *coco-babão*, *coco-catulé*, *coco-da-quaresma*, *coco-de-quarta*, *coqueiro-amargoso* [...]

(HOUAISS, 2007).

* Nome de nove AF: um córrego em Água Clara, uma cabeceira em Bandeirantes, um córrego em Camapuã, um em Campo Grande, um em Dourados, um em Itaporã, um em Ponta Porã, um em Rio Verde de Mato Grosso e uma cabeceira em Terenos.

* Base linguística: Tupi: “*Guariroba*, corr. *guara-iroba*, o indivíduo amargo; o pau amargoso; é uma espécie de palmito [...]” (SAMPAIO, 1987, p. 210).

Registre-se a presença do topônimo Guariroba, da (Nome de um AF: um córrego em Sidrolândia), na toponímia do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Ipê - Os ipês, em certa estação do ano, cobrem-se de flores e nessas ocasiões não apresentam uma folha sequer. É uma planta brasileira, cuja madeira é considerada “de lei” e preciosa pela resistência e durabilidade (CRUZ, 1985).

* Nome de um AF: um córrego em Dourados.

* Base linguística: Tupi: “*Ipê*, corr. *y-pé* ou *yb-pé*, a árvore cascuda [*Tecoma Ipé*]” (SAMPAIO, 1987, p. 225).

Também é encontrado na toponímia sul-mato-grossense a presença do topônimo **Ipezal** (Nome de um AH: um distrito em Angélica; de base linguística híbrida: tupi+português).

11. Jatobá - Espécie de árvore de grande porte, cujo fruto é uma vagem de um marrom avermelhado, contendo 4-5 sementes envoltas numa substância farinácea, compacta, adocicada e amarela (CRUZ, 1985).

* Nome de quinze AF: um córrego em Água Clara, um em Aquidauana, um em Brasilândia, um em Camapuã, um em Cassilândia, um em Chapadão do Sul, um em Dourados, uma cabeceira e um ribeirão em Jaraguari, dois córregos em Nova Andradina, um em Porto Murtinho, um em Ribas do Rio Pardo, um ribeirão em Rochedo e um córrego em Terenos.

* Base linguística: Tupi: “*Jatobá*, corr. *yatay-ybá*, contracto em *yat-ybá*, o fruto do *yatahy*. Alt. *Yatybá, jatubá, jatobá*” (SAMPAIO, 1987, p. 247).

Ainda em relação à lexia jatobá, registre-se a presença dos topônimos **Jatobá, de** (Nome de um AF: uma volta em Corumbá) e **Jatobazinho** (Nome de dois AF: um córrego em Bandeirantes e um em Ribas do Rio Pardo; de base linguística híbrida: tupi+português), na toponímia sul-mato-grossense.

12. Peroba - Espécie de árvore de mais de 20 m de altura, cuja madeira é considerada excelente (CORRÉA, 1984).

* Nome de seis AF: um córrego em Cassilândia, um córrego e um rio em Dourados, um rio em Itaporã, um córrego em Rio Brillhante e um em Sidrolândia.

* Base linguística: Tupi: “*Iperoba*, corr. *ypê-roba*, a casca amargosa. Alt. *Peroba, Iperó*” (SAMPAIO, 1987, p. 226).

Concernente à peroba, encontra-se os topônimos **Peroba, da** (Nome de dois AF: uma lagoa em Jateí e uma cabeceira em Maracaju) e **Perobão** (Nome de dois AF: um córrego em Iguatemi e um em Japorã; de base linguística híbrida: tupi+português).

13. Sucupira - Espécie de árvore da família das leguminosas, cuja madeira é de grande resistência pela sua dureza. É originária do Brasil e ocorre em vários pontos do nosso território (CRUZ, 1985).

* Nome de três AF: um córrego em Água Clara, um em Camapuã e um em Ribas do Rio Pardo.

* Base linguística: Tupi: “*Sucupira, sibipira, corr. cibepyra, a alisada, a esfregada; alusão à madeira pesada, rija, que não tende a receber bom polimento [...] Alt. Sepipira, Sipipira, Sapopira, Sucupira, Secupira, Sebipira*” (SAMPAIO, 1987, p. 306).

14. Timbaúva – A madeira da ‘timbaúba’ é branca e mole e a casca encerra grande quantidade de tanino, aproveitado nos curtumes (FERREIRA, 2009).

* Nome de um AF: um córrego em Paranhos.

* Base linguística: Tupi: “*Timbauba, corr. timbó-yba, a árvore de espuma. O fruto desta planta, quando tratado com água, dá espuma. Alt. Timboiba, Timbouba*” (SAMPAIO, 1987, p. 324).

Também são encontrados os topônimos **Timbauva** (Nome de um AF: um córrego em Tacuru) e **Ximbuíva, da** (Nome de um AF: uma cabeceira em Nioaque), relacionados à lexia timbaúva e inscritos na toponímia do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. Considerações finais

Concernente às espécies vegetais características da formação vegetal *floresta tropical*, acreditamos que existe um número maior de ocorrências inscritos na fitotoponímia sul-mato-grossense, todavia, para efeito deste estudo, cremos que a amostra analisada tenha sido suficiente para comprovar que, antes de mais nada, a vegetação de um determinado território é elemento fundamental na nomeação dos acidentes geográficos, tanto físicos quanto humanos, por parte dos indivíduos que habitam esse lugar.

Assim, e com a finalidade de demonstrar a estreita relação existente entre as espécies vegetais características de uma determinada formação vegetal e a sua inscrição na toponímia de uma país, servimo-nos da assertiva de Dick (1990a, p. 195), expondo que

a importância e a função motivadora da vegetação na toponímia estão, portanto, caracterizadas, não apenas na variedade dos fatores determinantes, (...), como, também, no processo distributivo dos nomes em áreas específicas de referência, de acordo com o elemento predominante.

Sobre as análises realizadas em virtude deste estudo, um dado que nos causou “estranheza” foi o fato de a espécie ipê, considerada uma árvore símbolo do Brasil e eleita “*Símbolo de Mato Grosso do Sul*”, ter ocorrido apenas uma vez na toponímia de Mato Grosso do Sul, nominando um córrego em Dourados, *Ipê*, e sob a forma *Ipezal*, como designativo de um distrito no município de Angélica.

Consideramos igualmente “estranha” a ocorrência de apenas dois designativos

pertinentes à erva-mate: Erva, da, nomeando um córrego em Anaurilândia e um em Nova Andradina e *Hervalzinho*, um córrego em Nova Andradina, dado que o Estado de Mato Grosso do Sul tem sua história immanentemente ligada à produção/extração da erva-mate, razão pela qual tínhamos a expectativa de essa atividade econômica tivesse influenciado a toponímia, em especial dos municípios localizados ao sul do Estado, na fronteira do Brasil com o Paraguai.

Por outro lado, seguindo a tendência geral da toponímia brasileira, os fitotopônimos sul-mato-grossenses, considerados neste estudo, evidenciam marcas da realidade étnica e físico-geográfica da região estudada na denominação dos acidentes físicos e humanos desse território e ratifica tendências gerais da toponímia: a ocorrência bastante relevante de espécies vegetais inscritas na nomenclatura dos acidentes geográficos de um dado território, quer seja país, Estado ou município, fato que nos permite recorrer à citação de um estudioso português para concluir este estudo, entendendo que a conclusão apresentada por ele para a toponímia portuguesa também pode aqui ser aplicada: “Não admira, pois, que em toda parte a vegetação figure em quantidade superior a outro qualquer entre os elementos que contribuíram para a toponímia (...)” (NUNES, s/d, p. 134).

Com isso, resta-nos asseverar que outros estudos acerca da toponímia de uma localidade podem – e devem - ser realizados, uma vez que se trata de uma oportunidade grandiosa de se obter conhecimentos variados acerca da cultura, da geografia, da história de um lugar e do seu povo, por meio dos elementos com os quais os indivíduos “batizam” os seus ambientes.

Referências Bibliográficas

- CAZAROTTO, Suely Aparecida. Glossário de fitotopônimos sul-mato-grossenses: uma proposta. Campo Grande– MS: UFMS, 2010 321 páginas. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2010.
- CORRÊA, Manuel Pio. Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1984.
- CRUZ, G. L. Dicionário das plantas úteis do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990a.
- _____. Características do signo toponímico. Separata da Revista Língua e Literatura, nº 9. São Paulo: FFLCH/USP, 1980. p. 287 -293.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Eletrônico Aurélio. Rio de Janeiro: Positivo Editora, 2009. CD-ROOM
- GRESSLER, Lori Alice; VASCONCELOS, Luiza Mello. Geografia do Mato Grosso do Sul. São Paulo: FTD, 2005.
- IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Departamento de Estudos Geográficos e Sócio-Econômicos – Departamento de Geografia. Geografia do Brasil – Região Centro-Oeste – vol. 4 Rio de Janeiro: SERGRAF – IBGE, 1977.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A toponímia como signo de representação de uma realidade. In: Fronteiras – Revista de História. Campo Grande – MS: Editora UFMS, 1997, p. 27 – 46.

LORENZI, Harri. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil. 2ª ed. vol. 2. Nova Odessa, São Paulo: Instituto Plantarum, 2002.

NUNES, J. J. A vegetação na toponímia portuguesa. In: Boletim da Classe de Letras. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, s/d. p. 131 – 175.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

SAMPAIO, Teodoro. O Tupi na Geografia Nacional. 5ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília – DF – INL, 1987.

VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL Fº, Antônio Lourenço Rosa; LIMA, Jorge Carlos Alves. Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro: IBGE – Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

OS BAIRROS DA CIDADE DE BENTO GONÇALVES (RS): MOTIVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO TOPONÍMICA

Bruno MISTURINI (UCS)⁴²⁶

Resumo: O objetivo desta pesquisa é analisar a motivação e a classificação toponímica dos bairros da cidade de Bento Gonçalves, localizada na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul. Como a proposta desse trabalho é interdisciplinar, buscarei levar em conta não apenas aspectos linguísticos, mas também o contexto histórico-cultural em que os topônimos estão inseridos. A partir disso, os topônimos serão classificados de acordo com a taxonomia proposta por Dick (1990), analisando-se também a motivação dos nomes de bairros. Sendo Bento Gonçalves uma cidade recente, é possível investigar origens de nomes que, de outra forma, seriam inacessíveis.

Palavras-chave: Toponímia. Onomástica. Bento Gonçalves.

1. Introdução

O presente trabalho visa a apresentar os resultados - ainda que parciais - a respeito de uma investigação sobre a motivação e a classificação dos nomes dos bairros da cidade de Bento Gonçalves, localizada na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul. Os dados apresentados são um recorte de minha participação como bolsista de iniciação científica no projeto TOPACI (Toponímia da Antiga Colônia I)⁴²⁷, iniciado em 2010, e de estudos mais recentes voltados à produção de minha dissertação de Mestrado⁴²⁸. Em “A toponímia de Bento Gonçalves: um estudo interdisciplinar sobre as ruas e os bairros da cidade e outras denominações”, desenvolvo uma pesquisa acerca de alguns topônimos do referido município.

O corpus desta pesquisa foi levantado a partir de uma coleta de dados realizada em fontes oficiais do município, e consiste em quarenta e seis denominações, referentes a todos os bairros de Bento Gonçalves, decretadas por quatro leis diferentes, que foram criadas para acompanhar o crescimento da cidade. Devido ao fato de as leis não carregarem consigo nenhum indício sobre o porquê de tais nomes terem sido escolhidos ou até mesmo sobre suas interpretações, foram realizadas algumas entrevistas, através de um questionário semiestruturado, com alguns moradores das áreas estudadas, e também uma revisão bibliográfica, para uma melhor compreensão desses nomes.

Uma vez que a proposta desse trabalho - bem como do Programa de Pós-Graduação no qual o mesmo se insere - é interdisciplinar, buscarei levar em conta não apenas aspectos linguísticos no que diz respeito à análise desses topônimos, mas considerarei também o contexto histórico-cultural em que estão inseridos. Parte-se do pressuposto de que uma análise puramente linguística não seria suficiente para revelar aspectos culturais presentes em tais denominações. A partir disso, os topônimos serão classificados de acordo com a taxonomia proposta por Dick (1990).

A estrutura desse artigo divide-se em quatro partes: inicialmente, serão apresentadas algumas informações sobre os estudos de Lexicologia, Onomástica e Toponímia; em seguida,

⁴²⁶ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, da Universidade de Caxias do Sul (Caxias do Sul, Brasil). E-mail: bmisturini@ucs.br

⁴²⁷ Coordenado pela Profa. Dra. Vitalina Maria Frosi.

⁴²⁸ Sob orientação da Profa. Dra. Carmen Maria Faggion.

parte-se para a análise das motivações toponímicas que estão por detrás das denominações dos bairros da cidade de Bento Gonçalves; a partir disso, é apresentada a classificação toponímica dos nomes, conforme taxonomia elaborada por Dick (1990); por último, encontram-se algumas reflexões e considerações ainda parciais sobre esse trabalho, tendo em vista que o mesmo ainda continua em desenvolvimento.

2. Lexicologia, onomástica e toponímia

De acordo com Biderman (2001), encontram-se, dentro da Linguística, as Ciências do Léxico. Estas se dividem em lexicografia, terminologia e lexicologia. A primeira focaliza a construção de dicionários; a segunda, o estudo dos termos e palavras de uma área específica do conhecimento humano (como, por exemplo, a terminologia médica); já a terceira estuda o léxico, ou seja, as palavras de uma língua. Segundo Isquierdo (2009, p. 43), “o léxico é o nível da língua que melhor evidencia as pegadas do homem na sua trajetória histórica”, pois é através dele que “o homem nomeia o espaço que o circula e consubstancia a sua visão de mundo acerca da sociedade”.

Na lexicologia, encontramos a onomástica - o estudo dos nomes próprios. De acordo com Dick (2001, p. 79), “o sistema onomástico comporta as realizações virtuais do sistema lexical, compatíveis ao desempenho denominativo do enunciador e enunciatário”. É, portanto, dentro da língua, um poderoso elemento revelador da cultura, da maneira de ver o mundo, de revelar o que dele se conhece ao nomeá-lo.

A onomástica se divide em antroponímia e toponímia. A antroponímia estuda os nomes de pessoas, enquanto a toponímia, como o próprio nome sugere, estuda os nomes de lugares. Conforme Carvalhinhos,

a ciência onomástica, subdividida nos campos Antroponímia e Toponímia, foi efetivamente reconhecida como ciência apenas no século XIX, embora desde a Antigüidade Clássica vários questionamentos fossem discutidos, tanto no enfoque da ciência dos signos como quanto ao próprio princípio onomástico, o onoma (CARVALHINHOS, 2004, p. 274, grifo da autora).

No que diz respeito aos nomes próprios, Dick (2001) afirma que “é o simbolismo das formas lingüísticas que transforma nomes em lugares existenciais e indivíduos em personalidades sociais” (p. 79). A autora ainda coloca que

esse é, de fato, o papel funcional do nome próprio, destacar-se na linearidade dos parágrafos, sobressaindo-se na seqüência horizontal das linhas gráficas do texto e imprimindo-lhe um toque de familiaridade na aridez de seus contornos. Por isso defini a toponímia e, conseqüentemente, o topônimo, como sendo um evento fenomenológico de múltiplas formas e sistemas (cf. taxinomias toponímicas), a ser demonstrado e apreendido (DICK, 2007, p. 143).

Destaca-se que o estudo dos nomes dos lugares vai muito além de uma simples análise etimológica. Fatores culturais e históricos, muitas vezes, contribuem muito mais para a compreensão de determinado nome do que uma consulta ao dicionário. Logo, diferentemente do que é feito na antroponímia, é necessário um estudo de campo, com realização de entrevistas e revisão bibliográfica.

Ainda conforme Dick (1990), o ato de nomear os lugares sempre foi uma atividade exercida pelo homem. Obras antigas da história e da civilização mundiais demonstram que essa era uma prática costumeira. A autora ainda aborda o fato de os topônimos, sendo instituídos

de maneira espontânea ou não, também podem revelar presenças linguísticas de determinada localidade.

Dick (1990) também propõe um modelo taxonômico para a classificação dos topônimos, dividido entre os de natureza física e os de natureza antroponímico-cultural. No primeiro grupo, encontram-se os astrotopônimos, topônimos relativos aos corpos celestes em geral; os cardinotopônimos, relativos às posições geográficas em geral; os cromotopônimos, relativos à escala cromática; os dimensiotopônimos, relativos às dimensões dos acidentes geográficos; os fitotopônimos, relativos aos vegetais; os geomorfotopônimos, relativos às formas topográficas; os hidrotopônimos, relativos aos acidentes hidrográficos em geral; os litotopônimos, relativos aos minerais ou à constituição do solo; os meteorotopônimos, relativos aos fenômenos atmosféricos; os morfotopônimos, relativos às formas geométricas; e os zootopônimos, referentes aos animais.

O segundo grupo - taxonomias de natureza antroponímico-cultural - é constituído por animotopônimos (ou nootopônimos), topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual; antropotopônimos, relativos aos nomes próprios individuais; axiotopônimos, relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais; corotopônimos, relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes; cronotopônimos, relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a) e velho(a); ecotopônimos, relativos às habitações em geral; ergotopônimos, relativos aos elementos da cultura material; etnotopônimos, relativos aos elementos étnicos; dirrematopônimos, topônimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos; hierotopônimos, relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto (essa categoria subdivide-se em: hagiotopônimos, nomes de santos ou santas do hagiologia católica romano; mitotopônimos: entidades mitológicas); historiotopônimos, topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas; hodotopônimos, relativos às vias de comunicação urbana ou rural; numerotopônimo, relativos aos adjetivos numerais; poliotopônimos, relativos aos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial; sociotopônimos, relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade; somatopônimos, topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal.

3. Os bairros de Bento Gonçalves: motivações toponímicas

O município de Bento Gonçalves está localizado na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, a 124 quilômetros da capital Porto Alegre. Com extensão territorial de 382,5 Km², possui cerca de 108.000 habitantes. Conhecida como Capital Brasileira da Uva e do Vinho, a cidade possui um clima bastante peculiar: no inverno, a temperatura varia entre 8°C e 17°C; já nos meses mais quentes, a mínima se aproxima dos 17°C e a máxima dos 26°C. Devido ao clima tipicamente europeu e ao fato de a cidade ter sido colonizada por imigrantes italianos, Bento Gonçalves normalmente está no roteiro turístico de quem deseja conhecer o Rio Grande do Sul.

Os bairros da cidade foram decretados a partir de quatro leis diferentes, que foram criadas para acompanhar o crescimento do município. A primeira delas, criada no ano de 1971, denomina e delimita os bairros Borgo, Botafogo, Centro, Cidade Alta, Humaitá, Juventude da Enologia, Licorsul, Maria Goretti, Pomarosa, Progresso, São Bento, São Francisco e São Roque. A segunda, datada de 1983, apresenta os bairros Aparecida, Conceição, Fenavinho, Imigrante, Jardim Glória, Planalto, Santa Marta, Santa Rita, Santo Antônio, São Vendelino, Universitário e Vila Nova. No ano de 1995, um único bairro é criado: o Vinosul. Já em 2011, a fim de acompanhar o crescimento do município, foram criados vinte novos bairros. São eles: Barracão, Caminhos da Eulália, COHAB, Cruzeiro, Eucaliptos, Fátima, Industrial, Merlot, Municipal, Nossa Senhora do Carmo, Ouro Verde, Pradel, Salgado, Santa Helena, São João,

São Valentin, Verona, Vila Nova II, Vinhedos e Zatt.

Destaca-se a forte presença de nomes com motivação religiosa, totalizando dezesseis denominações (Maria Goretti, São Bento, São Francisco, São Roque, Aparecida, Conceição, Santa Marta, Santa Rita, Santo Antônio, São Vendelino, Caminhos da Eulália, Fátima, Nossa Senhora do Carmo, Santa Helena, São João e São Valentin). Chama a atenção que a grande maioria desses nomes faz referência a uma capela ou igreja que existe em tal bairro e busca homenagear algum santo. Porém, no caso do bairro Santa Marta, a construção da capela é posterior à denominação do bairro, que já levava esse nome anteriormente, por ser um loteamento. Já o bairro Conceição leva esse nome devido ao fato de existir, em seu território, uma escola chamada Imaculada Conceição. O bairro Santa Rita leva esse nome devido a uma capela que existe em suas dimensões e homenageia essa santa. De acordo com uma moradora, foi uma devota da santa que, após ter uma graça atendida, doou a imagem de Santa Rita para a capela. Tal fato denominou não só a capela, mas também, posteriormente, o bairro.

Elementos históricos também estão bastante presentes na toponímia dos bairros de Bento Gonçalves, como em Borgo (palavra italiana que designa um pequeno local habitado, remanescente dos primeiros anos de colonização do município), Humaitá (que faz referência a um episódio da Guerra do Paraguai), Progresso (fazendo menção ao desenvolvimento do município), Imigrante (homenageando os primeiros imigrantes italianos que chegaram e colonizaram a cidade), Barracão (local conhecido por existir, antigamente, um “barracão” que servia de abrigo aos primeiros imigrantes italianos), Pradel, Salgado e Zatt (que fazem referência a algum morador ou a alguma família específica), entre outros.

Os bairros Licorsul, Pomarosa, Fenavinho e Vinosul fazem referência ao trabalho. O primeiro deles aponta para a existência de uma empresa distribuidoras de bebidas, que levava esse nome. O segundo leva o nome de uma empresa produtora de vinagre, chamada Pomarosa. Fenavinho indica a Festa Nacional do Vinho - maior feira do município, que celebra o trabalho das cantinas bento-gonçalvenses. Já Vinosul referencia uma empresa produtora e distribuidora de sucos e vinhos. Destaca-se que esses quatro nomes constituem os únicos neologismos presentes nas denominações dos bairros da cidade.

Abre-se aqui um pequeno parêntese. Quando indagados sobre a origem do nome Pomarosa, diversos moradores responderam que tal denominação fazia referência a um grande pomar de rosas que existia na área do bairro. Sendo assim, a empresa adotara esse nome pois se instalara nas proximidades de tal pomar. Nota-se que tal explicação não é verdadeira, uma vez que pomar só pode ser associado a frutas, e não a flores. Uma senhora sugeriu que Pomarosa deriva de “pomo cor de rosa”, que seria uma alusão à maçã cor de rosa, fruta com a qual era produzido o vinagre. Porém, quando entrevistado, um dos antigos sócios da empresa revelou o verdadeiro significado de tal nome: Pomarosa significa a união das iniciais dos sobrenomes dos quatro proprietários da empresa (Poletto, Marcon, Ross e Sandrin). O bairro também é conhecido, popularmente, como Vinagreira (a esse respeito, v. Misturini, 2009).

Há, também, bairros que estão relacionados com o lazer. Botafogo, Juventude da Enologia e Jardim Glória fazem referência a três clubes da cidade. O primeiro adotou o nome de um time de futebol local, que assim se denominara como uma homenagem ao time de futebol do Rio de Janeiro. Nas imediações do clube Juventude da Enologia, há a antiga escola Agrotécnica e também a Embrapa Uva e Vinho, antigamente conhecidas, respectivamente, como Escola de Enologia e Estação da Enologia, o que pode explicar a escolha do nome. Jardim Glória era o nome de um time de futebol dos moradores desse bairro.

4. Classificação

De acordo com a taxonomia proposta por Dick (1990), elaborou-se a seguinte

classificação dos bairros da cidade de Bento Gonçalves. Ressalta-se, aqui, que a classificação não levou em conta apenas os fatores linguísticos, mas, também, o contexto no qual tal nome está inserido.

Topônimo	Classificação	Topônimo	Classificação
Aparecida	Hierotopônimo	Ouro Verde	Litotopônimo
Barracão	Ecotopônimo	Planalto	Geomorfotopônimo
Borgo	Poliotopônimo	Pomarosa	Sociotopônimo
Botafogo	Sociotopônimo	Pradel	Antropotopônimo
Caminhos da Eulália	Hagiotopônimo	Progresso	Sociotopônimo
Centro	Cardinotopônimo	Salgado	Antropotopônimo
Cidade Alta	Poliotopônimo	Santa Helena	Hagiotopônimo
COHAB	Sociotopônimo	Santa Marta	Hagiotopônimo
Conceição	Hierotopônimo	Santa Rita	Hagiotopônimo
Cruzeiro	Astrotopônimo	Santo Antônio	Hagiotopônimo
Eucaliptos	Fitotopônimo	São Bento	Hagiotopônimo
Fátima	Hierotopônimo	São Francisco	Hagiotopônimo
Fenavinho	Sociotopônimo	São João	Hagiotopônimo
Humaitá	Historiotopônimo	São Roque	Hagiotopônimo
Imigrante	Historiotopônimo	São Valentin	Hagiotopônimo
Industrial	Sociotopônimo	São Vendelino	Hagiotopônimo
Jardim Glória	Sociotopônimo	Universitário	Sociotopônimo
Juventude da Enologia	Sociotopônimo	Verona	Corotopônimo
Licorsul	Sociotopônimo	Vila Nova	Poliotopônimo
Maria Goretti	Hagiotopônimo	Vila Nova II	Poliotopônimo
Merlot	Fitotopônimo	Vinhedos	Fitotopônimo
Municipal	Poliotopônimo	Vinosul	Sociotopônimo
Nossa Senhora do Carmo	Hagiotopônimo	Zatt	Antropotopônimo

5. Considerações parciais

Como considerações ainda parciais, tendo em vista que essa pesquisa continua em desenvolvimento, percebe-se a forte influência da cultura italiana na toponímia da cidade de Bento Gonçalves. Os nomes dos bairros estudados apontam para esse fato. Nota-se a numerosa presença de nomes religiosos, uma vez que os imigrantes italianos sempre demonstraram uma grande ligação com a Igreja Católica.

Além disso, outros nomes apontam para aspectos característicos da cultura de imigração, colonizadora do município, como, por exemplo, o bairro Barracão, que remete à moradia dos primeiros italianos na cidade. No caso de Borgo, a relação torna-se ainda mais evidente: a palavra é de origem italiana, como já explicado anteriormente. O topônimo Imigrante mantém viva a lembrança e a homenagem aos primeiros italianos que povoaram Bento Gonçalves. Verona faz referência a uma cidade italiana, e Merlot e Vinhedos indicam a principal atividade econômica da época de colonização: o cultivo da uva e a fabricação do vinho.

A partir do exposto, é possível reconhecer, mais uma vez, a ligação existente entre língua e cultura. De acordo com Duranti (1997, p. 26), “as línguas categorizam de modos proveitosos tanto o universo natural como o cultural. Elas são sistemas de classificação (taxonomias) ricos que podem nos dar pistas importantes sobre como estudarmos crenças e

práticas culturais particulares”⁴²⁹.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Kramsch (2001, p. 6) diz que “atitudes, crenças e valores comuns estão refletidos na maneira com que os membros de um grupo utilizam a língua”⁴³⁰. A autora ainda reflete que “a linguagem está intimamente ligada não só à cultura atual e à cultura passada, mas também à cultura da imaginação que governa as decisões e ações das pessoas muito mais do que podemos imaginar” (p. 8)⁴³¹.

O pensamento de Cuche (2002) vai ao encontro do que os autores acima propõem. De acordo com ele, “cada cultura é dotada de um ‘estilo’ particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas dessa maneira. Este estilo, este ‘espírito’ próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos” (CUCHE, 2002, p. 45).

Por fim, espera-se que essa pesquisa, focada na relação língua/cultura, agregue informações ao projeto TOPACI, com vistas também a contribuir para a construção de um futuro atlas toponímico do estado do Rio Grande do Sul, bem como aos interessados na história dos nomes da cidade de Bento Gonçalves.

Referências Bibliográficas

BENTO GONÇALVES. Lei nº 410, de 15 de junho de 1971.

BENTO GONÇALVES. Lei nº 1201, de 24 de janeiro de 1983.

BENTO GONÇALVES. Lei nº 2443, de 27 de abril de 1995.

BENTO GONÇALVES. Lei nº 5212, de 09 de março de 2011.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires de; ISQUERDO, Aparecida N. (orgs.) As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2001.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. A onomástica e o resgate semântico: as Antas. Estudos Lingüísticos, São Paulo, v. XXXIII, p. 274-279, 2004.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. 2. ed. Bauru, SP: Edusc, 2002.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. Revista Trama. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/download/965/828>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

_____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In:

⁴²⁹ Do original: “languages categorize the natural and cultural world in useful ways. They are rich systems of classification (taxonomies) that can give important clues about how to study particular cultural beliefs or practices.”

⁴³⁰ Do original: “common attitudes, beliefs, and values are reflected in the way members of the group use language.”

⁴³¹ Do original: “language is intimately linked not only to the culture that is and the culture that was, but also to the culture of the imagination that governs people's decisions and actions far more than we may think.”

OLIVEIRA, Ana Maria P.; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs.). As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 79-90.

DURANTI, Alessandro. Linguistic Anthropology. New York: Cambridge University Press, 1997.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras. In: RIBEIRO, Silvana Soares Costa.; COSTA, Sônia Bastos Borba.; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (orgs.). Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa. Salvador: Edufba, 2009. p. 42-59.

KRAMSCH, Claire. Language and culture. New York: Oxford University Press, 2001.

MISTURINI, Bruno et al. Os dois nomes de um bairro: o que os topônimos revelam. Anais do XVII Encontro de Jovens Pesquisadores da UCS. Caxias do Sul: UCS, 2009. [recurso eletrônico]

PREFEITURA DE BENTO GONÇALVES. Disponível em:
<<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2012.

OS NOMES DAS ESCOLAS DA CIDADE DE BENTO GONÇALVES (RS)

Elis Viviana DAL PIZZOL (UCS)⁴³²

Resumo: Neste artigo, apresenta-se uma amostra de alguns dados parciais obtidos através da pesquisa para a dissertação de Mestrado⁴³³, que está sendo desenvolvida, sobre a origem dos nomes das escolas públicas e particulares, de Ensino Fundamental e Médio, da cidade de Bento Gonçalves (RS). A partir do levantamento desses nomes, serão investigadas a origem linguística, a motivação toponímica e a importância histórica e cultural dos topônimos para a comunidade local, através do estudo de fontes documentais e históricas e, se necessário, entrevistas. O embasamento teórico sustenta-se por meio dos estudos de Dick, Biderman, Dausat, Seabra, Isquerdo, Duranti, Hall, Geertz, entre outros.

Palavras-chave: Língua. Toponímia. Nomes de Escolas.

1 Introdução

Uma das características fundamentais da linguagem é a capacidade de nomear objetos, animais, pessoas, lugares - que para os indivíduos constitui uma necessidade de organização. Dessa forma, a atribuição de uma determinada denominação pode refletir e propagar aspectos linguísticos, culturais e históricos de uma sociedade acerca das sucessivas gerações ao longo do tempo.

Sob essa perspectiva, a Toponímia compreende o estudo dos nomes de lugares, buscando desvendar a origem e as transformações linguísticas dessas denominações. O resgate das origens do nome de um lugar não só contribui para o reconhecimento no item lexical presente no topônimo, mas também para o reconhecimento dos valores culturais que ele preserva.

No Rio Grande do Sul, os estudos de Toponímia estão apenas sendo iniciados. Destaca-se o *Projeto Toponímia dos municípios da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul*, em desenvolvimento na Universidade de Caxias do Sul UCS, coordenado pela professora Vitalina Maria Frosi (2010).

Certamente, em virtude de a escola ser uma instituição detentora e promotora de conhecimento, sua construção, seu espaço, sua organização e seu nome carregam as vivências e a cultura de uma comunidade. Surgem, assim, instigantes perguntas sobre essas denominações: teriam sido elas solicitadas ou impostas? Emergiram a partir do próprio ato de criação da escola, arbitrariamente atribuídas? A comunidade participou da escolha dos nomes? Ou foram somente concedidos pelo poder local?

Portanto, assumimos que as escolas, além de tudo que representam, são inicialmente lugares, locais de referência, de encontro e de lembranças de toda uma comunidade. Dessa forma, as denominações que as designam constituem topônimos.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo apresentar uma amostra de alguns dados parciais obtidos através da pesquisa para a dissertação de Mestrado, que está sendo desenvolvida, sobre a origem dos nomes das escolas públicas e particulares, de Ensino Fundamental e Médio, na cidade de Bento Gonçalves, onde não há ainda estudos específicos sobre a origem dessas denominações. Logo, a pesquisa é pertinente em vista da importância

⁴³² Mestranda no Programa e Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul - Brasil, elisdalpi@yahoo.com.br.

⁴³³ Sob orientação de Carmen Maria Faggion.

de se ter uma referência sobre o significado desses nomes e o que eles revelam sobre a história e a cultura da comunidade na qual estão inseridos.

2. Toponímia: uma das ciências do Léxico

A língua incorpora e exprime a realidade cultural, uma vez que ela ocorre e se transforma em meio às interações sociais. É através da linguagem que os indivíduos se expressam, se comunicam e ordenam o seu pensamento, com essa capacidade o homem passa a atribuir nomes a tudo o que o cerca. O conjunto de palavras de uma língua recebe o nome de léxico, ele exprime e preserva valores históricos e culturais da comunidade que o utiliza. Para Biderman (2001, p. 13):

O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. Foi esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais.

O estudo do léxico das línguas cabe à ciência chamada Lexicologia. Integrada à Lexicologia, está a Onomástica, que é responsável pelo estudo dos nomes próprios. Esta divide-se em duas áreas de investigação: Antroponímia, estudo dos nomes de pessoas, e Toponímia, estudo dos nomes de lugares. Portanto, as denominações das escolas, justamente por definirem um local, tornam-se objeto de estudo da Toponímia.

Para descobrir o sentido originário de um topônimo, é necessário averiguar as “sucessivas camadas históricas, sobrepostas” (DAUZAT, 1926, p. 1-2)⁴³⁴ pelas quais ele está encoberto. Os topônimos são representações carregadas de significado e fazem parte da identidade coletiva de uma sociedade, refletindo suas marcas. Segundo Dick (1997, p. 42):

O sistema denominativo, acionado pelo denominador, é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião. Os parâmetros que utiliza, nesse ato, posicionam-se em relação diretamente proporcional ao que mais o impressionou ou sugestionou, no momento da criação do nome, dentro de um princípio derivado daquele remoto conjunto de circunstâncias comuns.

O signo toponímico apresenta-se com algumas feições características: “o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo” (DICK, 1990, p. 38). De acordo com Dick (1990, p. 39), o aspecto da motivação toponímica aparece em dois momentos distintos: primeiro na intencionalidade que anima o denominador, ou seja, nos motivos que o levam a eleger um determinado nome para o lugar; e, segundo, na própria origem semântica da denominação, sendo o significado revelado de modo transparente ou opaco.

O ato de denominação ou o denominador, ao escolher certo nome, busca no meio social os elementos que inspirem determinada designação. De acordo com Seabra (2006, p. 1956):

⁴³⁴ A tradução referente à citação de Dauzat (1926) foi realizada por Carmen Maria Faggion.

Sem dúvida, ao refletirmos acerca da função de denominação toponímica percebemos que o ser humano nomeia o mundo que o rodeia, segundo seu saber, isto é, segundo experiências assimiladas do convívio com outros homens, o que nos leva a afirmar que, frequentemente, a linguagem toponímica se apoia no léxico regional.

Segundo Dick (1990, p. 367), os nomes dos lugares devem ser ordenados e classificados em uma catalogação. Por isso, ela elaborou taxionomias toponímicas que, além de formularem uma terminologia técnica específica para os topônimos, esclarecem possíveis motivos das denominações. Este modelo taxionômico é composto por 27 taxes, que são separadas em dois aspectos, físico e antropocultural (DICK, 1990, p. 367). É com base nesse modelo que os nomes das escolas estudados serão analisados e classificados.

3. A Toponímia e o estudo interdisciplinar

O estudo da Toponímia envolve as interfaces de vários campos do conhecimento: da língua, da história, da geografia, da antropologia, da cultura e da identidade de um lugar, uma vez que a análise puramente linguística não seria suficiente para resgatar aspectos culturais e históricos dessas denominações. E é justamente por essa análise interdisciplinar que, através do estudo do topônimo, é possível recuperar características da memória cultural de uma comunidade. Segundo Isquerdo (2008, p. 36),

os topônimos confirmam a tese de que a história das palavras caminha muito próxima à história de vida do grupo que dela faz uso, razão pela qual a ação de atribuir um nome a um lugar corporifica uma soma de diversificados fatores - linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos, ideológicos - do grupo que habita o espaço geográfico tomado como objeto de investigação.

Ao escolher o nome de um lugar, o homem faz uso de suas habilidades linguísticas, associando aspectos da realidade da comunidade à designação e agregando a ela motivação, convenção e identificação. Como afirma Duranti (1997, p. 46)⁴³⁵, a língua reafirma “a todo momento uma dimensão sócio-histórica da ação humana”.

Percebe-se, então, que, ao investigar aspectos que dizem respeito aos nomes de lugares torna-se possível reconhecer as vivências e a forma de representação de valores da cultura de uma sociedade. Ou seja, é possível resgatar informações acerca dos fatores históricos, culturais e ideológicos relacionados a uma região em dada época.

Nesse sentido, ao refletir sobre essa afirmação, é possível adotar a noção de cultura de Geertz (1989), que é compreendida como uma teia de significados, tecida pelos indivíduos, a serem interpretados nas relações sociais. Nas palavras de Geertz (1989, p. 15):

o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Da mesma forma que a cultura vai sendo construída nas relações sociais, também a identidade, entre outras concepções, é entendida como um construto que vai adquirindo novas identificações e se modificando no decorrer do tempo. Estando, portanto, sempre em processo

⁴³⁵ Do original: “each time reaffirming a socio-historical dimension of human action.” [Tradução da autora do artigo]

de formação.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 2001, p. 38, todas as aspas são do original).

O estudo dos topônimos, como os nomes das escolas, pode revelar as ideologias e os valores de uma comunidade, recuperando sua memória cultural e a identidade predominantemente assumida no local. Assim, a configuração de um local ocorre a partir da denominação que lhe é atribuída, é isso que confere a ele identidade, transmitindo aspectos da cultura da região.

4. Descrição metodológica e apresentação de alguns dados parciais

A partir dessas concepções teóricas e de mais algumas outras, para atingir o objetivo proposto, a pesquisa será feita a partir do levantamento dos nomes das escolas do município, da investigação de fontes documentais e históricas, e, quando não houver registro legal da denominação ou não ficar clara a motivação toponímica e a origem do nome, da realização de entrevistas com professores ligados à escola. De posse dos dados, será feita a análise qualitativa dessas informações, além de realizar um processamento estatístico das denominações por origem étnica, gênero e profissão, por exemplo.

Neste momento inicial da pesquisa, já foram coletadas as denominações das escolas da cidade, no total 47 topônimos, dados que foram obtidos através das Secretarias de Educação Estadual e Municipal. Num estudo prévio, já é possível perceber que, de modo geral, os nomes referem-se a personalidades locais, a maioria dos nomes de professores que tiveram notoriedade em sua carreira profissional, a vultos históricos nacionais e regionais, além de referências a santos ou a crenças religiosas.

Como exemplos de nomes de escolas referentes a vultos históricos nacionais pode-se citar o Colégio Visconde de Bom Retiro e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Doutor Tancredo de Almeida Neves. Referentes a vultos da história do Rio Grande do Sul, temos a Escola Estadual de Ensino Fundamental General Bento Gonçalves da Silva. Como nomes pertencentes à história local, destacando-se os professores, temos a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Felix Faccenda e a Escola Municipal de Ensino Médio Alfredo Aveline. Como denominações referentes à religião, pode-se citar o Colégio Sagrado Coração de Jesus e a Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Salette. Também há a presença de nomes descritivos, como a Escola Municipal de Ensino Fundamental Fenavinho, assim chamada por situar-se no bairro de mesmo nome.

Observando a questão do gênero, considerando os antropotopônimos e os axiotopônimos, é possível verificar que a maior parte das denominações são nomes de homens, vinte e seis nomes, enquanto apenas oito são nomes de mulheres. Entre os hagiotopônimos, sete no total, há quatro nomes femininos e três masculinos. Percebe-se, assim, a predominância do gênero masculino em relação ao feminino, tornando-se evidente que a pouca representatividade desse último, fora da esfera religiosa, pode revelar certa discriminação de gênero na toponímia da cidade.

Como a maioria dos nomes das escolas da cidade é de pessoas, torna-se importante realizar também um estudo sobre a origem étnica dessas denominações. Verifica-se, assim, que a maioria das denominações é de origem italiana, como Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmão Egídio Fabris, Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Noely

Clemente de Rossi, Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Margarida Zambon Benini, Escola Estadual de Ensino Fundamental Luiz Fornasier, Escola Municipal de Ensino Fundamental Aurélio Frare, Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Ulysses Leonel de Gásperi.

Ao realizar uma análise linguística etimológica dos seis sobrenomes que constituem as denominações de escolas citadas acima, é possível tecer as seguintes considerações.

Segundo Francipane (2005, p. 90), o sobrenome Fabbri tem origem num nome comum designativo de trabalho, que provém do latim *faber, fabri* - ‘artífice’, ‘artesão’, ‘autor’. A forma *Fabris*, com ‘s’, é própria da região italiana do Vêneto, ainda conforme Francipane (2005, p. 90). Assim, confirma-se, dentro da etnia italiana, também o lugar de origem da maior parte dos imigrantes de Bento Gonçalves, o Vêneto.

O sobrenome Rossi origina-se de um apelido físico anatômico. Provém do latim *russus*, ‘vermelho’ ou ‘avermelhado’, significando pessoa de cabelo vermelho ou homem de barba ruiva (FRANCIPANE, 2005, p. 206). É um sobrenome muito comum em toda a Itália. Já Benini, de acordo com Francipane (2005, p. 325), provém de nome próprio de pessoa, por sua vez proveniente de nome comum. Está atestado na Toscana desde o século X, do latim *bonum*. É possível que, por um processo de assimilação, *bonini* (diminutivo de *boni*) se tenha tornado *benini*.

O sobrenome *Fornasier* tem sua origem em uma profissão antiga, aqui em decorrência do aparelho utilizado, o forno. Provém do latim *fornus* - ‘lugar quente’ (FRANCIPANE, 2005, p. 442).

Frare, ainda conforme Francipane (2005, p. 447), é um sobrenome que tem origem no nome de uma confissão religiosa. Do latim *frater, fratris* - ‘irmão’.

O sobrenome *Gasperi* provém do nome medieval tardio ‘*Gaspare*’, tendo origem no nome de um dos três reis magos. Provém do aramaico *gaspar* através do latim tardio *gasparus* - ‘inspetor’, ‘tesoureiro’ (FRANCIPANE, 2005, p. 460).

A partir do modelo taxionômico proposto por Dick (1990), elaborou-se, inicialmente, um quadro descritivo das denominações das escolas da cidade com suas respectivas categorizações⁴³⁶, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação dos nomes das escolas segundo o modelo de Dick (1990)

Classificação dos nomes das escolas segundo o modelo de Dick (1990)	
Topônimos de natureza física	
Elemento genérico	Litotopônimo
EMEF	Ouro Verde
Topônimos de natureza antropocultural	
Elemento genérico	Antropotopônimos
EMEM	Alfredo Aveline
EMEF	Anselmo Luigi Piccoli
EMEF	Ernesto Dorneles
EMEF	Aurélio Frare
EMEF	Florian Peixoto
EMEF	Lóris Antônio Pasquali Reali
Colégio Estadual	Landell de Moura
Instituto Estadual de Educação	Cecília Meireles
EEEF	Anselmo Luigi Piccoli
EEEF	Luiz Fornasier

⁴³⁶ Este quadro está sujeito a alterações.

EEEEF	Ângelo Salton
EEEEF	Pedro Vicente da Rosa
EEEEF	José Farina
EEEEF	Maria Goretti
Elemento genérico	Axiotopônimos
EMEF	Doutor Tancredo de Almeida Neves
EMEF	Princesa Isabel
EMEF	Professor Agostino Brun
EMEF	Professor Felix Faccenda
EMEF	Professor Noely Clemente de Rossi
EMEF	Professor Ulysses Leonel de Gásperi
EMEF	Professora Liette Tesser Pozza
EMEF	Professora Maria Borges Frota
EMEF	Professora Maria Margarida Zambon Benini
EEEEF	Irmão Egídio Fabris
EMEF	General Rondon
EMEF	Senador Salgado Filho
Colégio Estadual	Visconde de Bom Retiro
EEEM	Mestre Santa Bárbara
EEEEF	General Bento Gonçalves da Silva
EEEEF	Comendador Carlos Dreher Neto
EEEEF	Professor Ângelo Chiamolera
EEEEF	General Amaro Bitencourt
Colégio Estadual	Dona Isabel
EMEF	Professora Vânia Medeiros Mincarone
Elemento genérico	Hagiotopônimos
EMEF	Santa Helena
EEEEF	Nossa Senhora da Salete
EEEEF	São Pedro
EEEEF	São Valentim
Colégio Scalabriniano	Nossa Senhora Medianeira
Colégio Marista	Nossa Senhora Aparecida
Colégio Cenecista	São Roque
Elemento genérico	Hierotopônimos
Colégio	Sagrado Coração de Jesus
EEEM	Imaculada Conceição
Elemento genérico	Sociotopônimos
EMEF	Fenavinho
Colégio	Mutirão Objetivo
Elemento genérico	Corotopônimo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Rio Grande do Sul - Câmpus Bento Gonçalves

Fonte: Quadro elaborado pela autora do artigo.

Pode-se verificar a predominância de topônimos de natureza antropocultural. Há apenas um topônimo de natureza física, o litotopônimo Ouro Verde.

Há alguns hagiotopônimos e hierotopônimos, representando a presença do cristianismo dentro da Toponímia da região. Também verificamos a presença de sociotopônimos e de um corotopônimo.

5. Considerações finais

É por meio dos estudos de Toponímia que se torna possível desvendar os significados dos nomes de lugares, chegando-se à origem da nomeação que está encoberta pelas diversas camadas históricas sobrepostas ao longo do tempo. Através da linguagem também os valores de uma comunidade são representados.

A Toponímia é um campo de pesquisa interdisciplinar, permite o estabelecimento de relações que vão além da análise linguística. O estudo toponímico é bastante estimulante, cada nova descoberta do significado de um topônimo motiva a busca pelas próximas investigações a serem feitas.

Ainda há muito trabalho a fazer, mas desde os primeiros resultados é possível notar que uma comunidade se fortalece ao apresentar seus valores históricos, culturais e ideológicos como princípios para a denominação de seus logradouros, e marca sua presença ao denominar suas escolas com nomes de pessoas, entidades e coisas que fazem parte de sua história, que foram importantes e que obtiveram notoriedade da comunidade.

Dessa forma, além de resgatar a origem desses topônimos como parte do patrimônio lexical e cultural da cidade de Bento Gonçalves, pretende-se também contribuir com a ampliação das pesquisas de Toponímia, particularmente, na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul.

6. Referências Bibliográficas

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2001. p. 13-22.

DAUZAT, Albert. Les noms de lieux. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A dinâmica dos nomes da cidade de São Paulo: 1554 - 1987. São Paulo: Annablume, 1997.

DURANTI, Alessandro. Linguistic Antropology. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FRANCIPANE, Michele. Dizionario ragionato dei cognomi italiani. Milano: Bur, 2005.

FROSI, Vitalina Maria Frosi. Toponímia dos municípios da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul: Toponímia da Antiga Colônia I. Caxias do Sul: [s.n.],

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município: um estudo etnolinguístico e sociohistórico na toponímia sul-mato-grossense. In: Revista prolíngua. v. 2, n. 2, 2008. p. 34-52. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/prolingua/article/view/13403/>

7607>. Acesso em: 12 abr. 2013.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. In: Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL). Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2012.

OS NOMES DE LUGARES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Karylleila dos Santos ANDRADE (PPGL/UFT1)⁴³⁷
 Anna Inez Alexandre REIS (PIBIC/CNPq/UFT)⁴³⁸
 Rodrigo Vieira NASCIMENTO (PIBIC/CNPq/UFT)⁴³⁹

Resumo: A proposta deste trabalho consiste em identificar de que forma os topônimos estão apresentados nos livros didáticos de Geografia e História e, em seguida, discutir propostas pedagógicas, ainda que preliminarmente, com o intuito de compreender os acidentes humanos, pelo viés da toponímia, numa perspectiva interdisciplinar, voltada às disciplinas de Geografia e História. Para realizar essa discussão, servirão de suporte teórico-metodológicos os trabalhos de Dick (2006, 2004, 1999, 1992, 1990) e Andrade (2012, 2011, 2010) no campo da toponímia, e os estudos de Fazenda (2009, 2008, 2001) e Morin (1990) no campo da interdisciplinaridade.

Palavras-chave: Toponímia. Interdisciplinaridade. Geografia e História. Ensino fundamental.

1. Introdução

A lexicologia faz parte das ciências do léxico que se ocupa em analisar todo o conjunto de palavras de uma língua. Ela tem como objetivo examinar as relações do léxico de uma língua com a sociedade e a transposição dessas relações às lexias⁴⁴⁰. Segundo Andrade e Dick (2012, p. 2), essa ciência procura abordar a palavra como instrumento de construção e detecção de uma cosmovisão, de um sistema de valores, como geradora e reflexo de recortes culturais. As palavras são como espelho, refletem aspectos da realidade, e através delas é possível apreender a cultura e a história dos falantes.

A Onomástica, vinculada à lexicologia, apresenta-se como estudo dos nomes próprios, subdividindo-se em Toponímia (estudo dos nomes de lugares) e Antropotoponímia (estudo dos nomes de pessoas). A Toponímia investiga a etimologia, o significado e as transformações linguísticas dos nomes de lugares (DICK, 1990).

De acordo com Carvalhinhos (2007, p. 4), o nome carrega em si aspectos do lugar a que está vinculado: o topônimo “abarca não somente o nome de um lugar, mas o lugar em si”. Segundo Lynch citado por Andrade e Dick (2012, p. 7), o nome e o significado dos lugares são essenciais para a cristalização da identidade de um grupo, pois “reforçam fortemente as sugestões de identidade ou de estrutura que podem estar latentes na própria forma física”, podendo traduzir o simbolismo, a história, a identidade e as peculiaridades de uma dada comunidade. Dessa maneira, a toponímia só pode ser compreendida a partir de elementos de diversas ciências: linguística, a história, a geografia, e outras.

O objetivo deste trabalho compreende o estudo dos nomes de lugares (acidentes humanos) e sua relação com o ensino de História e Geografia do Ensino Fundamental (livros

⁴³⁷ Dra em Linguística, professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins, Estado do Tocantins, Brasil. E-mail: karylleila@gmail.com.

⁴³⁸ Aluna do curso de Letras e orientanda do PIBIC da Universidade Federal do Tocantins, Estado do Tocantins, Brasil. E-mail: annainez@mail.uft.edu.br.

⁴³⁹ Aluno do curso de Letras e orientando do PIBIC da Universidade Federal do Tocantins, Estado do Tocantins, Brasil. E-mail: rdrgviera@hotmail.com.

⁴⁴⁰ Para Biderman (2001, p. 169), lexias são compreendidas como formas que se manifestam em nível de discurso.

didáticos do 7º, 8º e 9º ano), tendo em vista o foco na interdisciplinaridade. Os documentos legais (PCN de Geografia e História do Ensino Fundamental) serviram de análise documental.

Para que esse objetivo inicial fosse alcançado, foi necessário estabelecer alguns passos: 1) identificar os nomes de lugares (acidentes humanos) nos livros didáticos (selecionados pelo PNLD⁴⁴¹) de História e Geografia do ensino fundamental; 2) descrever, sob a ótica da toponímia, os nomes de lugares (acidentes humanos) e sua relação com conteúdos (identidade, processos migratórios, povoamento, memória, etimologia/origem etc) de História e Geografia; 3) apresentar, ainda que preliminarmente, indicativos de uma proposta pedagógica a fim de compreender o topônimo numa perspectiva interdisciplinar para o ensino fundamental.

A Toponímia, que é por natureza uma disciplina interdisciplinar, é capaz de “evidenciar marcas na história social (formação étnica, processos migratórios, sistema de povoamento de uma região administrativa) e perpetuar características do ambiente físico (vegetação, hidrografia, geomorfologia, fauna...) de uma região” (ISQUERDO; SEABRA, 2010, p. 79). É fundamental compreender os topônimos a partir dos diferentes significados, olhares e áreas de atuação, pois, por se organizarem de maneira dinâmica, constantemente (re)inventam-se no tempo e no espaço, sobrepondo-se valores socioculturais, econômicos, políticos e religiosos.

As perguntas norteadoras do estudo foram: a) Como os nomes de lugares/topônimos (acidentes humanos) estão apresentados nos livros didáticos de História e Geografia do ensino fundamental? b) De que maneira é possível descrever/relacionar/analisar os nomes de lugares, dispostos nos livros didáticos de História e Geografia, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental, a partir de informações sobre a origem/etimologia da palavra, saberes socioculturais, geo-históricos e antropológicos com foco no contexto interdisciplinar e pedagógico? Partimos do pressuposto de que certos dados informativos do topônimo podem ser considerados significativos e fundamentais no processo ensino-aprendizagem do aluno nas disciplinas de História e Geografia.

2. Materiais e métodos

Este estudo compreende uma análise do fenômeno a ser estudado do ponto de vista interpretativo e descritivo. Direciona a investigação para compreender e desvelar o fenômeno: o modo como os nomes de lugares (acidentes humanos) estão apresentados nos livros didáticos de História e Geografia, e de que forma o estudo dos topônimos, nesses livros didáticos, pode fomentar a ampliação do leque de informações sobre aspectos linguísticos, geo-históricos e socioculturais no processo ensino-aprendizagem dos alunos, especificadamente, os conteúdos referentes ao estudo dos nomes de lugares (acidentes humanos).

Quando se trata de estudos científicos, o investigador depara-se com vários instrumentos metodológicos. É claro que o direcionamento da pesquisa depende da natureza do objeto de estudo, da problematização a ser traçada na pesquisa e os pensamentos que guiam o pesquisador.

Para a análise toponímica proposta, utilizaremos uma *abordagem qualitativa*. Os estudos de pesquisa qualitativa diferem entre si quanto ao método, à forma e aos objetivos. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes complexo de significados. Uma das características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo é o *enfoque descritivo e o enfoque indutivo*.

⁴⁴¹ Programa Nacional do Livro Didático

Dentro dessa abordagem, apoiar-nos-emos na pesquisa do tipo *documental*. “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (LAKATOS, MARCONI, 2003, p. 174).

Compreendemos que a revisão bibliográfica utiliza-se fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre os assuntos tratados, enquanto a pesquisa documental utiliza-se de materiais que não receberam tratamento analítico. Desse modo, as fontes de pesquisa documental são mais diversificadas e dispersas do que as da pesquisa bibliográfica.

Os PCN Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental de Geografia e História são fontes documentais de primeira mão. Os livros didáticos do 7º ano de Geografia e 8º e 9º ano de História fizeram parte de nossa pesquisa documental, e foram compreendidos como documentos de segunda mão, conforme assinala Gil (2002). Justificamos ainda que esses materiais, com o enfoque específico deste estudo, não receberam o tratamento científico ainda.

A seguir, apresentamos os dados referentes aos materiais consultados e analisados. Esclarecemos que os livros didáticos, selecionados para o estudo, foram aprovados pelo PNLD e utilizados na rede pública de ensino do estado.

a) Geografia: foi utilizado o livro do 7º ano da coleção didática *Observatório de Geografia: Território Brasileiro* de Regina Araújo, Angela Corrêa e Raul Borges, ano de 2009.

b) História – foram utilizados os livros do 8º e 9º ano da coleção *História e a vida integrada* de Nelson Piletti e Claudino Piletti, ano de 2009.

Os materiais que constituíram fontes de análise bibliográfica: Dick (2006, 2004, 1999, 1992, 1990); Andrade (2012, 2012a, 2011, 2010); Andrade e Dick (2012), Carvalhinhos (2009, 2007), Isquierdo e Seabra (2010) no campo da toponímia, e Fazenda (2009, 2008, 2001) e Morin (1990) são referências no campo da interdisciplinaridade. Lembramos que o percurso metodológico foi o plano onomasiológico de investigação, apresentado por Dick (1990).

Para consubstanciar o procedimento metodológico da pesquisa, elaboramos uma ficha lexicográfico-toponímica, adaptada de Dick (2004) e Andrade (2010). Nesta ficha, foram registradas as informações levantadas durante a coleta de dados.

A ficha é composta das seguintes elementos:

- **Topônimo:** nome de lugar (acidente humano);
- **Taxionomia:** a classificação do topônimo segundo a taxionomia de Dick (1990, 1992);
- **Etimologia/origem:** informações sobre a etimologia/origem da palavra;
- **Histórico:** presença ou não de informações sobre o histórico;
- **Informações adicionais/links:** observações acrescidas sobre o nome de lugar, tais como: links, vídeos, filmes, leituras de livros, literatura etc
- **Mapas:** presença ou não de mapas situando o lugar;
- **Imagens:** presença ou não de imagens relativas ao lugar;
- **Página do livro:** indicação da página do livro onde se encontra o nome e informações diversas;
- **Ano:** indicação do ano de publicação do livro;
- **Pesquisador (a):** nome do pesquisador(a) que coletou os dados;
- **Revisor (a):** nome do(a) revisor(a) das fichas;
- **Data:** data da coleta.

Os passos subsequentes à ficha: (a) levantamento dos nomes de lugares (acidentes humanos) presentes livros de História (8º e 9º ano) e Geografia (7º ano); (b) distribuição dos topônimos de acordo com a ficha lexicográfica adaptada, segundo as proposta de Dick (2004) e Andrade (2010); (c) análise prévia dos topônimos levantados nos livros. Esclarecemos que o levantamento é específico da toponímia brasileira.

3. Toponímia: breves considerações

O presente estudo concentra-se especificadamente no estudo da disciplina Toponímia. Deixaremos de lado os nomes de pessoas (antropotopônimos) e tomamos como referencial os nomes de lugares (topônimos). A Toponímia integralmente baseia-se na etimologia e dados semânticos dos nomes próprios de lugares (acidentes geográficos físicos e humanos). Segundo Dick (1990), é definida como um depositário de fatos culturais e geo-históricos que envolvem a nomeação e a significação do nome de um lugar. Assim, seu objeto de estudo é propriamente o topônimo (o nome de lugar) e possui regras específicas, além de suas taxionomias. As taxionomias, levantadas por Dick (1990), sugerem determinar as características do padrão motivador e o valor semântico distribucional por áreas de ocorrências. “As taxionomias toponímicas permitem interpretar os nomes com maior segurança do ponto de vista semântico” (DICK, 1999, 143).

Como unidades terminológicas, refletem a preservação dos fatos socioculturais e sociogeográficos em determinado espaço e tempo de uma comunidade. Conforme Dick (1990, p. 21-22), os topônimos, mais até que as outras unidades do léxico, configuram-se como importantes “testemunhos históricos” da vida social de um povo. Os nomes podem carregar consigo um valor que vai muito além do próprio ato da nomeação e assegura que se a toponímia situa-se como a “crônica” de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Ou seja, o topônimo está sujeito às consequências do tempo, e, por sua vez, pode sofrer alterações e até perder seu significado original.

Conforme Guiraud (1986, p.27-28), grande parte das palavras que utilizamos é motivada e a motivação determina o emprego e a evolução dessas palavras; as que vão sendo criadas são sempre motivadas e conservam tal motivação por maior ou menor tempo, até o momento em que acaba por cair no arbitrário, o que ocorre quando a motivação inicial não é mais recuperada. Eis a razão pela qual, para o autor, “todas as palavras são etimologicamente motivadas” (GUIRAUD, 1989, p.27-28).

4. Os nomes de lugares e a interdisciplinaridade: puxando os fios dos diversos saberes

De acordo com Andrade (2012, pg. 206), utilizando-se uma metáfora do ato de tecer, percebe-se a complexidade das teias de relações que abarcam o conhecimento. Tecer é entrelaçar fios no sentido transversal e no sentido longitudinal, formando tecidos. Este pode ser um processo manual ou industrial que objetiva formar um tecido.

Cada elemento da tessitura tem suas características e para se formar o tecido é necessário que os fios sejam trabalhados de forma conjunta. A integração é importante, mas é necessário que haja harmonia entre os fios, cada um em seu sentido.

Essa integração das diversas ciências, no entanto, não garante a perfeita execução da teia dom conhecimento, de forma que vemos a “interdisciplinaridade como uma possibilidade de enriquecer e ultrapassar a integração dos elementos do conhecimento” (ANDRADE, 2012, p. 207). Portanto, o conhecimento não pode ser visto de forma fragmentada e isolada, os saberes não mais serem abordados apenas de modo disciplinar, mas integrados, inter-relacionados.

E é nesse sentido que entendemos o estudo toponímico: como um ato de puxar os fios dos diversos saberes na busca da compreensão dos elementos que envolvem os nomes de lugares, uma vez que os diversos saberes podem resgatar as cores da memória e identidade local.

Morin (1990) nos atenta para a necessidade de tomar consciência da complexidade de. Ele observa que as ciências humanas não percebem os caracteres físicos e biológicos dos fenômenos humanos, e que as ciências naturais não percebem sua inscrição numa cultura, numa sociedade, numa história. Essa distância existente entre as ciências assinala a necessidade da interdisciplinaridade.

Pensar em possíveis propostas pedagógicas para esta temática é, a priori, considerar os topônimos no contexto do ensino como elementos indicadores que se inter-relacionassem.

5. O *onoma* nos PCN de Geografia

Os PCN de Geografia apontam que um dos objetivos do ensino fundamental é “Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país.” (1998, p.07). Os parâmetros abordam ainda a questão interdisciplinar como um aspecto fundamental para se trabalhar a Geografia por meio de grandes eixos temáticos e com temas transversais. Essa proposição baseia-se no reconhecimento da necessidade de incorporar tanto a ideia da flexibilização quanto da interdisciplinaridade no tratamento com o conteúdo dessa área.

Segundo os PCN (2002),

A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (2002, p. 88-89).

Retomando o conceito de interdisciplinaridade, Fazenda (2001) diz que o homem que se deixa perpetuar numa única abordagem do conhecimento, vai adquirindo uma visão corrompida da realidade. Ao viver, encontra uma realidade multifacetada, produto desse mundo, e, evidentemente, mais oportunidades terá em modificá-la, na medida em que não a conhece como um todo em seus inúmeros aspectos.

De acordo com as Orientações Curriculares do Tocantins (2008), a interdisciplinaridade deve ser pensada enquanto processo de interligação, de integração recíproca entre várias disciplinas e áreas do conhecimento, capaz de romper as estruturas de cada uma delas para alcançar uma visão unitária e comum do saber trabalhando em parceria. Esclarecemos que essa discussão sobre o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” já se encontra na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional desde 1996.

Com relação ao status do termo *onoma*⁴⁴² nos PCN de Geografia⁴⁴³, mais particularmente o que está vinculado ao estudo dos nomes de lugares, podemos considerar o

⁴⁴² *Onoma* é um termo da Onomástica que significa nome próprio. Neste estudo, o *onoma* deve ser compreendido como o estudo do nome próprio considerando os nomes de lugares na perspectiva do estudo toponímico. Onomástica faz parte do estudo do léxico, que se subdivide em Toponímia, estudo dos nomes de lugares, e Antroponímia, estudo dos nomes de pessoas.

⁴⁴³ A ciência Geografia Cultural também tem como objetivos o estudo do nome de lugar, ou seja, o estudo toponímico.

estudo dos nomes geográficos⁴⁴⁴ como aquilo que contempla a compreensão de diversos aspectos associados diretamente ao espaço geográfico, tais como: ocupação antrópica, elementos naturais da paisagem, identidade territorial, disputas pelo controle de áreas, entre outros. O nome geográfico, aqui compreendido também como nome de lugar, quase sempre é atribuído a alguma característica física ou humana, relacionadas ao simbólico e ao lúdico da população desse lugar, enfim, às peculiaridades desses lugares: questões étnicas, religiosas ou atributos físicos.

No estudo da Geografia Cultural, a toponímia pode ser utilizada para a compreensão dos lugares como dimensões ontológicas, isto é, está associada ao estudo da origem dos nomes de lugares considerando os aspectos da dominação territorial, bem como, o surgimento das identidades e significações para dado lugar.

As Orientações Curriculares do Tocantins (2008, p 163) apresenta indicativos de como elementos integrantes do estudo toponímico poderiam ser apropriados em conteúdos específicos sobre os acidentes humanos da área de Geografia a fim de enriquecer e fomentar o ensino e aprendizagem. A seguir, competências e habilidades, abordadas nesse documento, que podem ser indicativos de possibilidades de apropriação de conteúdos programáticos para o olhar toponímico:

- Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa na Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;
- Fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informações, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens.

O estudo dos PCN de geografia (1998) indica que o *onoma* está ligado à questão da identidade. Portanto, conhecer e compreender as motivações que levaram à nomeação e as origens da denominação de um local é uma das formas de evidenciar a história de ocupação, processos migratórios, aspectos socioculturais de determinada área. Segundo os PCN (1998, p. 112), mais do que aprender a batizar fenômenos geográficos, o essencial é que os alunos percebam que existe uma diversidade cultural, social e histórica riquíssima em nosso país, além de um clima, vegetação e relevo, e tudo isto deve ser valorizado dentro de cada especificidade regional. Cada elemento deste deve ser observado, descrito, relacionado, comparado, questionado e interpretado, considerando os diversos aspectos geográficos das paisagens e do território do país.

6. Os topônimos nos livros didáticos de Geografia: análises preliminares

O livro didático, utilizado no levantamento prévio dos topônimos, *Observatório de Geografia: Território Brasileiro*⁴⁴⁵ é composto de 13 capítulos, organizados em quatro unidades temáticas.

Como resultado prévio da análise, os dados levantados demonstram pouca atenção dada aos aspectos motivacionais do nome de lugar, entre eles: etimologia, informações sócio históricos e contextuais, consideradas pertinentes na ação do denominador. Quando o livro faz menção ao nome, identificamos a presença de imagens (mapas) ou fotografias (paisagens) no

⁴⁴⁴ Os nomes geográficos refletem o caráter de uma paisagem humanizada, através de uma personificação própria, que a individualiza e a diferencia de qualquer outra área. Passam assim a se constituir em uma linguagem geográfica fundamental que, dizendo muito sobre o terreno, tem uma importância enorme para a Geografia e a Cartografia. (MENEZES e SANTOS, 2006).

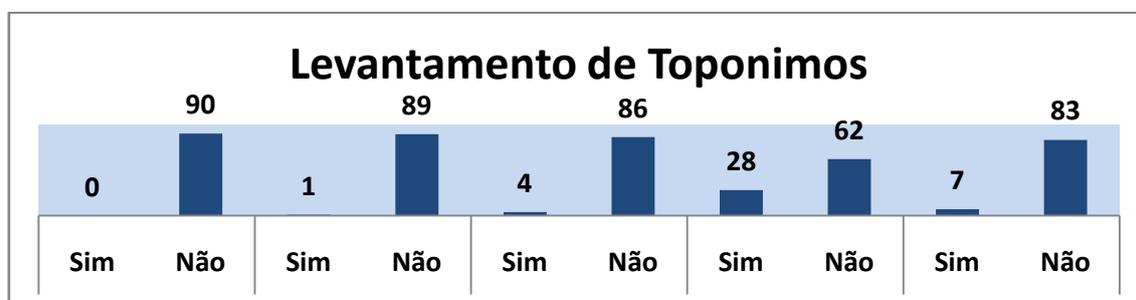
⁴⁴⁵ ARAÚJO, Regina; SILVA, Angela Correa; RAUL, Guimarães Borges. *Observatório de Geografia: Território Brasileiro*. 7º ano. São Paulo: Moderna, 2007.

sentido de localização espacial e territorial, bem como, a presença de outros dados informativos, tais como: glossários e notas de rodapé. Esses elementos não apresentam dados relevantes que possam contextualizar o leitor quanto ao nome do acidente humano.

Quanto a informações sobre a origem/etimologia do nome, o levantamento nos permitiu identificar uma despreocupação no que se refere ao tratamento dessas informações. Aspectos de conteúdo etimológicos possibilitam ao sujeito re/encontrar a identidade e a história do nome na multiplicidade de conhecimentos, tendo em vista o plano onomasiológico⁴⁴⁶ no ato de dar nomes aos lugares. A seguir, uma descrição detalhada dos dados catalogados no gráfico 1 e no quadro 1.

Para melhor compreensão do gráfico 1, ressaltamos que foi catalogado no segundo capítulo (unidade I) um total de 90 topônimos (acidentes humanos). Cada elemento do gráfico (etimologia, histórico, informações adicionais, mapas, imagens) está diretamente associado/relacionado à presença de topônimos levantados, página por página, do capítulo do livro. Como exemplificação, ver o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Acidentes humanos do livro: *Observatório de Geografia: Território Brasileiro* (segundo capítulo da unidade I)



Quadro 1 – Análise dos topônimos catalogados do segundo capítulo da unidade I do livro: *Observatório de Geografia: Território Brasileiro*

⁴⁴⁶ Onomasiologia é o estudo semântico das denominações; ela parte do conceito e busca os signos linguísticos que lhe correspondem. (DUBOIS et al, 1998, p. 441)

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONIMICO-DIDÁTICA Adpatada (DICK, 2004; ANDRADE, 2010)												
Topônimo (Acidente Humano)	Taxionomia	Etimologia/Origem		Histórico		Informações adicionais/ links	Mapas		Imagens		Página do Livro	Data
		Presença	Não há Presença	Presença	Não há Presença		Sim	Não	Sim	Não		
Brasil			X		X			X		X	26	17/03/2013
Quilombola			X		X	Comunidades rurais negras, muitas delas formadas por ex-escravos remanescentes dos quilombos (comunidades fundadas por escravos fugidos)		X	X		26	17/03/2013
São Luís Gonzaga			X		X			X		X	26	17/03/2013
Maranhão			X		X			X		X	26	17/03/2013
Aler do Chão			X		X			X	X		27	17/03/2013
Maranhão			X		X			X		X	27	17/03/2013
Tocantins			X		X			X		X	27	17/03/2013
Pará			X		X			X		X	27	17/03/2013
Piauí			X		X			X		X	27	17/03/2013
São José dos Mouras			X		X			X	X		27	17/03/2013

Estes dados corroboram a (quase) ausência de informações pertinentes à etimologia e ao histórico do lugar. No entanto, identificamos a presença de uma grande quantidade de mapas e imagens a fim de localizar o lugar no território nacional, seja por região ou não.

7. Os topônimos nos livros didáticos de História: análises preliminares

No levantamento dos topônimos realizado no livro do 9º ano, verificou-se a presença de acidentes humanos em sua maioria de origem estrangeira. Quanto à presença da etimologia e do histórico, não foram observados dados consideráveis. Quanto à presença de mapas e imagens, apresentam-se em pequena quantidade. Os livros mostram os acontecimentos históricos ocorridos nesses locais.

Na segunda fase do estudo, foi analisado o segundo livro didático do 8º ano. Foram selecionados três capítulos para que a análise fosse mais detalha. O primeiro capítulo do livro trata de como se deu início a expansão da América Portuguesa. Como exemplificação, apresentamos um mapa em que explicita o primeiro nome dado a diversas cidades e capitais do país, bem como, a mudança do nome.

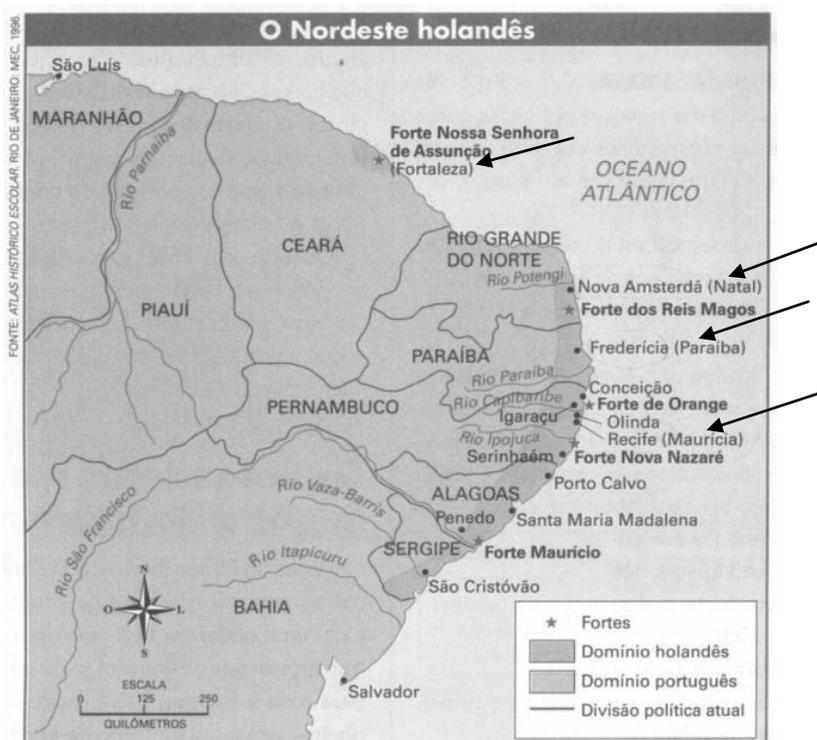


Figura 1 - (PILETTI;PILETTI, 2009)

Podemos observar a atividade de nomeação ocorrida durante o período de ocupação holandesa. Como se pode observar, a capital do Rio Grande do Norte, Natal, já foi chamada de Nova Amsterdã, a de Recife já teve o nome de Maurícia, Paraíba foi chamada de Fabrícia, e Fortaleza já teve o nome de Forte Nossa Senhora de Assunção.

Em um outro capítulo, que fala sobre a atividade de pecuária e sua relação com a ocupação e povoamento de um território, identificamos que na região da Amazônia, explorada a partir do século XVII, o processo de ocupação se deu através da ação de missionários católicos que reuniam indígenas em missões⁴⁴⁷. Nas margens dos rios amazônicos, estabeleceram-se vários núcleos de povoamento que, mais tarde, deram origem a algumas cidades da região.

No mapa a seguir, observam-se os nomes das missões das quais se originaram cidades. Os nomes de lugares são motivados por línguas indígenas. Duas das cidades apresentadas no mapa ainda têm o mesmo nome: Tefé e Coari. As demais alteraram os nomes.

⁴⁴⁷ Local onde os padres reuniam os indígenas com o propósito de ensinar-lhes a cultura europeia.

no livro é a utilização de boxes e janelas a fim de apresentar informações relevantes para a compreensão do tema estudado em cada capítulo.

8. Considerações finais

O estudo dos nomes de lugares nos permite entrelaçar conceitos de diferentes áreas do conhecimento, o que proporciona uma forma interativa de se estudar a história de um povo ou comunidade, em que se possa conhecer não apenas os fatos ocorridos em determinado lugar, mas como eles influenciaram na formação e na nomeação daquele local.

Buscar o diálogo entre as disciplinas nos leva a construir um ensino mais significativo, no qual as ideias e os conteúdos se relacionam e não se fragmentam. Vivemos em um mundo no qual cada vez mais tudo se relaciona, interage, portanto não nos adianta o conhecimento fragmentado. Logo, precisamos de um ensino que nos faça refletir e perceber que tudo está conexo, que nos leve a aprender a dialogar com as diversas áreas do saber

Referências Bibliográficas

ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. *Expedições geográficas*. 7 ano. 1.ed. – São Paulo: Moderna, 2001.

ANDRADE, Karylleila dos Santos; DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A interdisciplinaridade no contexto da toponímia: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. In: ISQUERDO, Maria Aparecida; SEABRA, Maria Cândida T. C. de. *Ciências do léxico*. V. VI. Campo Grande: UFMS, 2012.

_____. Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na interdisciplinaridade. *Domínios de Linguagem*, v. 6, n. 1, 1º Semestre 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. Toponímia e ensino: uma interface interdisciplinar. In: RAMOS, Dernival V.; ANDRADE, Karylleila dos Santos; PINHO, Maria José (Org). *Ensino de Língua Portuguesa e Literatura: reflexões e perspectivas interdisciplinares*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

_____. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins*: Atito. Goiânia: Ed. da PUC de Goiás, 2010.

ARAÚJO, Regina; SILVA, Angela Correa; RAUL, Guimarães Borges. *Observatório de Geografia: Território Brasileiro*. 7º ano. São Paulo: Moderna, 2007.

BIDERMAN, Maria Tereza C. *Teoria linguística*. Teoria lexical e linguística computacional. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. *PCN + Ensino Médio*: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível no sítio <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf> Acesso em: 3 de maio de 2011.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível no sítio <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 4 de janeiro de 2011.

CARLOS, Jairo Gonçalves. *Interdisciplinaridade: o que é isso?* Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppge/files/2010/11/interdisciplinaridade1.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. *Princípios teóricos de toponímia e antropotoponímia: a questão do nome próprio* (2007). Disponível: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Interface onomástica/literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra memórias da rua do ouvidor, de Joaquim Manuel de Macedo. *CIFEFIL* Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, Rio de Janeiro: 2009.

DICK, Maria. Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida T. C. *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G.. *As Ciências do léxico*. v. II. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. p.121-130.

_____. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações*, v.9, Recife, UFPE, 1999.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990.

DUBOIS et al. *Dicionário de Linguística*. 10 ed. São Paulo, Cultrix, 1998.

FAZENDA, Ivani C. Interdisciplinaridade: definição, projeto, pesquisa. In: FAZENDA, I. C. A. (Org.); FELDMAN, M. (Org.); PASSOS, L. F. (Org.). *Práticas Interdisciplinares na Escola*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2009. 147p

_____. *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*.- 8. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

FERREIRA, Sandra Lúcia. Introduzindo a noção de interdisciplinaridade. In: FAZENDA, I. C. A. (Org.); FELDMAN, M. (Org.); PASSOS, L. F. (Org.). *Práticas Interdisciplinares na Escola*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 147 p

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIRAUD, P. *A semântica*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1989.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico Regional e Léxico Toponímico: Interfaces Linguísticas, Históricas e Culturais. In: ISQUERDO, Maria Aparecida; SEABRA, Maria Cândida T. C. de. *As Ciências do léxico*. V. VI. Campo Grande: UFMS, 2012.

_____; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. A trilha dos “buritis” no vocabulário onomástico-toponímico: um estudo na toponímia de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul. In: BARROS, Lúcia Almeida; ISQUERDO, Maria Aparecida Negri (Orgs.). *O léxico em foco*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Fundamentos de metodologia científica, 5. ed. São Paulo : Atlas 2003.

CUNHA, Sônia. *Projeto Araribá: Geografia*. Editora organizadora Moderna; editora responsável Sonia Cunha Denelli – 2º ed. – São Paulo: Moderna 2007.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 3 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino; TREMONTE, Thiago. *História e vida integrada*, 9º ano, 4 ed. São Paulo: Ática, 2009.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino; TREMONTE, Thiago. *História e vida integrada*, 8º ano, 4 ed. São Paulo: Ática, 2009.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Em busca de uma caracterização geral do topônimo*. *Cadernos do CNLF*, v. 12, n. 9, 2009. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/09/05.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2013.

SANTOS, Cláudio João Barreto dos. *Geonímia do Brasil: A Padronização dos Nomes Geográficos num Estudo de Caso dos Municípios Fluminenses*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, IGEO, 2008.

SOUZA, Beatriz Cristina Pereira de. *A Cartografia Histórica e os nomes geográficos: uma análise dos geônimos de Cabo Frio – RJ*. In: SIMPÓSIO RASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. Anais. Paraty: UFMG, 2011. p.1-13.

TOPONÍMIA E DIALETOLOGIA: DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO À VARIAÇÃO DO “PORTUGUÊS GAÚCHO” FALADO EM ÁREAS DE CONTATO INTERVARIETAL EM MATO GROSSO

Carla Regina de Souza FIGUEIREDO (UEMS/ UFRGS – PG)⁴⁴⁸

Resumo: Propor a intersecção entre a Toponímia e a Dialetoologia em uma pesquisa que visa a investigar a variação do *português gaúcho* falado em áreas de contato intervarietal no Norte do Mato Grosso faz-se necessário uma vez que a compreensão dos fatos linguísticos apreendidos requer, entre outras, uma apreciação da *espacialidade* em que os falantes interagem a todo instante. Algumas observações sobre a toponímia do município de Sinop confirmam tal premissa. O perfil dos(i)migrantes e o tipo de colonização aplicada na localidade foram determinantes no processo de sua construção.

Palavras-chave: Toponímia. Dialetoologia. Mato Grosso. Sinop.

1. Introdução

A história do Brasil está vinculada aos processos migratórios e, por conseguinte, aos contatos linguístico-socioculturais daqueles que “vão e vem” com os que já se encontram no lugar eleito para se viver. Esta interação promove a criação, a manutenção e/ou a alteração dos espaços físico e social, o que gera reflexos na língua.

Neste sentido, a região norte de Mato Grosso passa a ser interessante pelo histórico de ocupação recente e pelo “laboratório linguístico” ali instaurado. Por receber pessoas de diferentes lugares, contatos não só entre variedades regionais do português são possíveis, mas entre outras línguas ou dialetos como, por exemplo, o hunsrückisch – trazido pelos imigrantes alemães ao Brasil. Algumas afirmações, comumente repetidas pelos que conhecem a região, estimulam ainda mais a ânsia por investigações *in loco*. A saber: “No norte do Mato Grosso, a maioria é gaúcho!” ou ainda, “Lá tem muito alemão e italiano”. Será?! Há outros grupos? Como a interação entre eles criam espaços? Esses espaços são mediados por fatores sociológicos? A língua é um “espelho” desse contexto?

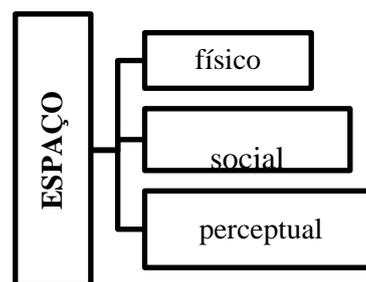
Na tentativa de procurar respostas, este trabalho apresentará aspectos da toponímia do município de Sinop⁴⁴⁹ que, de certo modo, refletem algumas questões levantadas. Serão retomados e discutidos os conceitos de espaço e espacialidade, bem como a importância da intersecção de disciplinas como a Toponímia e a Dialetoologia em determinadas pesquisas linguísticas.

⁴⁴⁸Professora Assistente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e doutoranda na área dos Estudos da Linguagem, especialidade em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua como docente no Curso de Letras da UEMS e como pesquisadora nos Projetos Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul (ATEMS). Dourados – Mato Grosso do Sul - Brasil. E-mail: carladirlet@hotmail.com

⁴⁴⁹Ponto de investigação da minha pesquisa de doutoramento que propõe a descrição do português rio-grandense falado em áreas de povoamento recente no Mato Grosso considerando diferentes níveis linguísticos (fonético, morfossintático e lexical) e dimensões de análise (diatópica, diastrática, diageracional, diagenérica e dialingual) de variação linguística. Para averiguar as mudanças de comportamento linguístico de origem gaúcha no que se refere ao uso (manutenção ou perda) e a variação do português rio-grandense em contato com outras variedades regionais do português (contato intervarietal), é necessário observar os condicionadores sociais, políticos, culturais e espaciais que provavelmente impulsionaram tais mudanças.

2. A noção de *espaço* na Dialetoologia e na Toponímia

O conceito de *espaço* permeia diferentes áreas de conhecimento. Bern (2010, p.70-71) diz que pode estar vinculado à noção de distância (espaço físico/geométrico), às ações promovidas pelo Estado, pelos agentes individuais e Institucionais (Igreja, escola...) - o espaço socialmente produzido - e às percepções particulares acerca desses espaços (físico e social) – impressões responsáveis pelas atuações e comportamentos diferenciados no meio em que os indivíduos estão inseridos.



Já *aespacialidade* resultaria em uma visão tridimensional do espaço. É, ao mesmo tempo, *físico*, *social* e *perceptual*. E, portanto, vinculada as ideias de interação e de processo contínuo de transformação (BERN, 2010, p.72).

Historicamente disciplinas como a Dialetoologia nem sempre incorporaram essa concepção. Durante muito tempo essa área se restringiu, quase que exclusivamente, a descrição da variação diatópica horizontal.

Buscava-se através do presente chegar ao passado e reconstruir épocas/períodos linguístico das línguas. O *dialeto* - a língua do povo, falada, sobretudo, pelos velhos, homens do povo, vivendo no meio rural, longe de qualquer influência externa – era visto como forma mais conservadora e, portanto, reveladora de aspectos da história da língua na área de estudo. (ALTENHOFEN, 2006, p.164).

Zágari (1998, p.35) denominava este perfil de informantes de HARAS (homem adulto, rurícola, analfabeto e sedentário). Gerava-se, assim, estudos que não se preocupavam com a variação linguística em outras dimensões como a *diatrática* (papel da escolaridade no uso de marcas de variedades regionais e da norma considerada culta), a *diafásica* (variações estilísticas condicionadas em diferentes situações de uso da língua), a *diagenérica* (o gênero como elemento determinante na manutenção ou substituições de algumas marcas linguísticas), a *diarreferencial* (atitudes e percepções metalinguísticas sobre o status e estigmatização de variantes em contato – “referências à fala do outro”), a *adiageracional* (as escolhas linguísticas vinculadas à idade dos falantes) e a *dialingual* (contato entre línguas). A mobilidade dos grupos, os processos de ocupação dos territórios, nesta época, nem eram cogitados.

Posteriormente, notou-se uma mudança na postura dos dialetólogos, que anexaram comentários e interpretações às cartas publicadas a partir do *corpus* coletado a fim de demonstrarem os fatores (social, etário, sexual...) determinantes na escolha das variedades analisadas. Estabelece-se, então, a Dialetoologia Pluridimensional, que passará a contemplar as várias dimensões acima mencionadas⁴⁵⁰.

Com o advento do princípio da pluridimensionalidade torna-se viável as pesquisas sobre contatos linguísticos. Altenhofen (2007, p.136) sinaliza sobre a importância de trabalhos dessa natureza diante das peculiaridades do cenário linguístico brasileiro que abarca,

⁴⁵⁰Conforme Thun (1998b, p. 375), o Atlas Linguístico de Sergipe (1987) e o Atlas Linguístico do Paraná (1994) trazem as primeiras manifestações pluridimensionais em Atlas Linguístico brasileiros por incluírem a variação diagenérica (ambos entrevistaram um homem e uma mulher em cada ponto da rede).

além do português, as línguas indígenas (autóctones), as línguas afro-brasileiras, as línguas de imigração (alóctones), as variedades resultantes dos contatos linguísticos de fronteira com países vizinhos e as variedades regionais do português brasileiro.

Ao interesse pelos fenômenos contatuais entre línguas contíguas ou superpostas de minorias e de maiorias, às formas regionais, às variações diafásicas, dentre outros fatores, acresce-se a investigação do comportamento linguístico dos grupos topodinâmicos⁴⁵¹ (demograficamente móveis) em contraste com os dos grupos topostáticos⁴⁵² (pouco móveis no espaço) (THUN, 1998a, p.706). Ao considerar os movimentos migratórios no espaço, pode-se averiguar

aspectos ligados ao retrocesso ou ao avanço de variantes linguísticas em uma determinada área e suas relações com as mudanças sociais. A comparação entre os dados da matriz de partida e o ponto de chegada, considerando o tempo transcorrido entre a migração e o momento atual da entrevista, pode revelar relações importantes de mudança e conservação no comportamento linguístico dos falantes migrados (ALTENHOFEN, 2004, p.152).

Observa-se, portanto, que a contemporânea Dialetoologia Pluridimensional e Relacional está em consonância com o conceito de *espacialidade* anteriormente mencionado. Mas, e a Toponímia? Como entende o espaço?

A Toponímia é um ramo da linguística muito versátil, reconhecido pela capacidade de estabelecer uma estreita relação com outras áreas de conhecimento a fim de alcançar êxito na tarefa que se propõe realizar: estudar os nomes de lugares. Embora a análise linguística de um topônimo pareça um “processo autônomo” (etimologia, estrutura morfológica, classificação toponímica...), na busca pela motivação de um nome, perpassa-se pelas contribuições de disciplinas como a História, a Geografia e a Antropologia, que em algumas situações legitimam as hipóteses levantadas pelo pesquisador para justificar a escolha e o emprego de uma denominação, em um determinado lugar, em um contexto regional específico. Trata-se de uma disciplina pautada, essencialmente, nas três noções de *espaço*. A seleção do acidente físico ou humano está associada ao *espaço físico* e o ato da nomeação, ao *social* e ao *perceptual*.

Assim, uma pesquisa como a que visa averiguar a variação do *português gaúchofalado em áreas de contato intervarietal no Norte do Mato Grosso* exige que o pesquisador faça

(...) o mapeamento dos falantes e de seus traços socioculturais (extralinguísticos). E não só isso: deve-se considerar ainda aspectos como a ordem de chegada dos grupos na área em estudo e a origem desses falantes, a idade da localidade, o caminho/rota de ocupação, os contatos linguísticos entre falantes de variedades distintas, etc. (ALTENHOFEN 2006, p.168).

Apartir de algumas ponderações sobre o processo de ocupação/povoamento do município de *Sinope* sua toponímia, deseja-se demonstrar o quão imprescindível é a compreensão da *espacialidade* em que os falantes/informantes estão inseridos, pois, certamente, os dados linguísticos inventariados refletirão a interação entre o homem, o “seu mundo” e o “seu espaço”.

⁴⁵¹Os informantes topodinâmicos devem ter uma estadia de pelo menos de 05 anos no novo lugar. O período mínimo estabelecido se justifica pela crença de que a acomodação linguística aos hábitos do novo ambiente necessita de certo tempo para sedimentar e depois de alguns anos, não “avança” mais (THUN, 1996, p. 212).

⁴⁵²Para atender o perfil de informante topostático, é necessário que se tenha nascido e vivido na mesma localidade, ou ter passado pelo menos a metade da sua vida em determinado lugar.

Além de consultas a mapas, a aplicação do *questionário* - instrumento essencial para uma pesquisa de natureza dialetológica e geolinguística - viabilizou parte da recolha dos dados⁴⁵³. E foi, sobretudo, na elaboração da sociologia da localidade, que se notou a intersecção de diferentes áreas de conhecimento. Na próxima seção isso será exposto.

3. Sinop: o que os nomes de lugares revelam

A década de 1970 foi marcada pela implantação de projetos que visavam à expansão da fronteira agrícola rumo às regiões Centro-Oeste e Amazônica do Brasil. Impulsionados pelo slogan estatal *Integrar para não entregar*, processos de ocupação começam a ser delineados.

Diferentemente do que ocorrera em algumas áreas do território nacional, em que a apropriação da terra se dá de forma espontânea, sem a interferência do Estado (reforma agrária); a Colonização da Amazônia adota outros modelos de ocupação: ou o dirigido/oficial ou o particular. O primeiro estava vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 09 de julho de 1970 (Decreto-lei nº 1.110) “com o objetivo de promover, coordenar, controlar e executar a colonização e a reforma agrária e ainda o cooperativismo, o associativismo e a eletrificação rural” (SHAEFER, 1985, p.49). O outro, à atuação de empresas privadas que planejavam estratégias para um melhor aproveitamento econômico da terra e “vendiam” tais ideias com o incentivo e o aval governamental (SOUZA, 2004, p.97-98).

Sinop, localizada no centro-norte do Estado de Mato Grosso a aproximadamente 500 km da capital Cuiabá, surge a partir da atuação do grupo *Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná*⁴⁵⁴. Em uma área de 645.000 hectares, a Colonizadora, dirigida pelo Srº. Enio Pipino e o Srº. João Pedro Moreira de Carvalho, implantou a *Gleba Celeste* - projetada, inicialmente, com as cidades de Vera, Santa Carmem e Cláudia⁴⁵⁵ (vide Mapa 01). Não demorou muito e Sinop foi incluída nos planos dos investidores. O nome da cidade é resultado da junção das iniciais da Colonizadora a fim de perpetuar os feitos dessa naquela região. Sobretudo com a construção da BR 163, passa a ser o reduto mais próspero daquela Gleba. Em pouco tempo, a cidade usufruiu de técnicas avançadas de urbanismo e recebeu serviços públicos federais e estaduais⁴⁵⁶.

Fundada em 1974, Sinop atraía migrantes principalmente da região Sul do Brasil. Segundo Souza (2004, p.18),

⁴⁵³Além da parte linguística, dos temas para discursos semidirigidos, das narrativas livres, das perguntas metalinguísticas e dos dados dos informantes, fez-se uma descrição do espaço geográfico, incluindo o registro iconográfico da localidade pesquisada. Perguntou-se aos informantes, por exemplo, que memórias teriam relacionadas ao período de fundação do município, aos processos migratórios, à existência de diferentes etnias e grupos (teuto-gaúchos, ítalo-gaúchos, nordestinos, paulistas, paranaenses...) na região e ao mapeamento de territorialidades.

⁴⁵⁴A *Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná* já havia criado outras cinco cidades no estado do Paraná: Terra Rica (1954), Jesuítas (1959), Iporã (1960), Ubiratã (1960) e Formosa do Oeste (1960).

⁴⁵⁵Vera foi fundada em 1972, Santa Carmem e Sinop em 1974 e Cláudia em 1978.

⁴⁵⁶Veja o que diz um fragmento do folheto de Propaganda publicado pela Colonizadora SINOP S/A, de 1979: “(...) A velocidade de ocupação da Gleba Celeste onde implantamos esse Projeto de Colonização aprovado pelo INCRA, deveu-se a alguns fatores. Ao lado da experiência que levamos para essa parte da Amazônia, acreditamos na tese do General Rondon de que o Brasil Meridional, pelos seus excessos populacionais iria colaborar no processo de ocupação dessas imensidões verdes a partir de seu Portal, ou seja, do Mato Grosso. Acentue-se que a BR-163, construída pelo Exército do país, está sendo considerada hoje como o maior corredor de produção do interior, atravessando extensões amazônicas e por onde se avolumam crescentemente, vindos do Sul, levas de nacionais tangidos pelas agruras do minifúndio ou movidos pela excitante aventura da conquista da terra nova.” (apud. SCHAEFER, 1985, p.60).

(...) desenvolveram-se programas de divulgação incentivando e mobilizando as pessoas para que viessem para o Mato Grosso, projetando o *mito da terra boa que tudo produz*. Só faltava a mão do trabalhador (sulista, paranaense), trazendo toda a tradição de trabalho no campo.

Desenvolve-se uma ideologia ufanista, o *mito do progresso* é constantemente lembrado em discursos e artigos de jornais e revistas.

E assim se deu o processo de ocupação de Sinop. O perfil dos colonos foi determinante para o progresso da localidade.

(...) esse colono chega saudável, educado, disciplinado, competitivo, com amor ao trabalho, com a nobre ambição de fortuna e bem-estar e dissemina a obra da colonização (...). É o colono pronto, gerador da riqueza particular e as companhias particulares, transformadoras de terras devolutas em mercadorias. (LENHARO apud SOUZA, 2004, p.84).

Muitos apostaram no sonho de uma mudança bem sucedida, até mesmo porque com o capital gerado com a venda do minifúndio no lugar de origem, compraram mais que o dobro de terras que possuíam. Outros tantos, no entanto, se frustraram, pois

(...) estes pequenos colonos em geral não utilizavam máquinas, cultivavam o café e as culturas alimentares de base. No projeto Sinop, eles logo descobriram que as terras eram de má qualidade, e que o café suporta mal a estação seca; enfraquecido, o café é atacado pelos parasitas. (...) Mas os migrantes não param em Sinop, continuam em direção ao norte (Colíder, Terra Nova, Guarantã...). (LÉNA apud SOUZA, 2004, p.85)

Aos que permaneceram em Sinop, a Colonizadora propõe um projeto que muito reflete as impressões e as expectativas do Sr^o. Enio Pipino e do Sr^o. João Pedro Moreira de Carvalho. O traçado da planta de Sinop chama a atenção por vários motivos. Em uma entrevista, o historiador Luiz Erardi⁴⁵⁷ comenta algumas dessas características.

Os colonizadores determinaram que o perímetro urbano fosse ladeado por um “cinturão verde”, ou seja, por propriedades agrícolas. A extensão da propriedade determinava a sua localização. As chácaras estariam mais próximas da cidade. Em seguida, os sítios e, só depois, as fazendas. Acreditava-se com essa dinâmica que o pequeno produtor, por exemplo, atuaria como fornecedor de frutas, de hortaliças (...) e, assim, ao abastecer o mercado consumidor da cidade, conseguiria se manter economicamente.

Para que o projeto desse certo, abriram várias estradas e instauraram “polos” de apoio formados geralmente por uma escola, uma igreja e uma “vendinha” (comércio). A alta incidência de topônimos femininos na nomeação dessas estradas chama atenção (Ex: Estrada Amélia, Estrada Alzira, Estrada Claudete, Estrada Dalva, Estrada Jacinta, Estrada Mara, Estrada Monalisa ...). Três dos quatro municípios da Gleba (Santa Carmem, Cláudia e Vera) também ilustram essa tendência. Segundo Schaefer (1985, p.61), era uma maneira do Sr^o. Enio Pipino “dar um toque mais humano às suas obras homenageando ao mesmo tempo a mulher brasileira”, reconhecida pela garra, coragem e afeto. Nesse sentido, Luiz Erardi, disse que constantemente o Sr^o. Enio comentava que o sucesso do empreendimento estava vinculado à postura das mulheres (mães, trabalhadoras...) que acompanhavam aqueles “homens desbravadores”. A atuação feminina interferia diretamente na construção e no desenvolvimento dos espaços físico e sociais. Santa Carmem, por exemplo, homenageia uma

⁴⁵⁷Escritor de uma obra acerca da memória de alguns pioneiros e dos idealizadores do Projeto Gleba Celeste. Atualmente é responsável pelo Museu Histórico de Sinop.

mulher que apoiou os jovens empresários, ainda no Paraná, quando muitos não acreditavam naquele “sonho”.

Outra característica interessante diz respeito ao projeto urbanístico de Sinop. Ao contrário do que ocorre na maioria dos perímetros urbanos, há uma elevada quantidade de nomes de lugares ligados à fauna e à flora e não à homenagem as pessoas. Sinop apresenta largas avenidas, que tanto horizontalmente quanto verticalmente, são intermediadas por duas ruas. No projeto original, por exemplo, as avenidas do centro eram denominadas com nomes de árvores frutíferas ou típicas da região amazônica (Ex: Av. Tarumãs, Av. das Jacarandás, Av. das Sibipirunas, Av. das Itaúbas, Av. das Figueiras ...) e as ruas recebiam nomes de flores (Ex. Rua das Primaveras, Rua das Orquídeas, Rua das Azaleias, Rua dos Lírios...). Essa ideia ainda permanece, exceto pela mudança de nome da avenida principal da cidade anteriormente chamada de *Mognos* e hoje, de *Governador Júlio Campos*, que levara, em 1985, massa asfáltica para a referida via.

Há ainda outro aspecto relacionado à organização espacial de Sinop que vale a pena ser pontuado. A BR-163 separa diferentes setores da cidade: o Comercial e o Residencial de um lado, e o Industrial do outro. Nesse, as ruas e as avenidas homenageiam cidades e estados brasileiros (Ex. Rua Rio Branco, Rua Canoas, Rua Corumbá, Av. Porto Alegre, Av. Fernando de Noronha...). A escolha dos nomes não mantém relação direta com os lugares de origem dos migrantes que ali permaneceram, mas com o *mito do progresso*, que agrega pessoas de todos os lugares do Brasil, que desejem participar ativamente da construção e transformação do município. Há poucas mudanças de nomes no setor Industrial, a saber: as Avenidas Brasília, Cuiabá e São Paulo foram renomeadas, respectivamente, como Alexandre Ferronato (homenagem ao rapaz que morreu num acidente nesta via), Colonizador Enio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho.

Os dados apontam que em Sinop o processo de ocupação/povoamento do município reflete muito sobre a sua *espacialidade*. As designações de acidentes físicos e humanos trouxeram à tona lembranças, sobretudo, das expectativas dos colonizadores. Talvez o projeto denominativo e organizacional atual permaneça bem próximo do idealizado anteriormente por ser um meio dos pioneiros (e descendentes) materializarem o sentimento eufórico que os impulsionou a migrar para aquela “terra desconhecida”.

Referências Bibliográficas

ALTENHOFEN, Cléo Wilson. A constituição do corpus para um “Atlas Lingüístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata”. In. *Martius-Staden-Jahrbuch*, São Paulo, n. 51, 2004, p. 135-165.

_____. Interfaces entre Dialetoлогия e História. In. MOTA, Jacyra Andrade & CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (orgs.). *Documentos 2: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006, p.159- 185.

_____. Os contatos lingüísticos e seu papel na arealização do português falado no sul do Brasil. In. ELIZAINCÍN, A. & ESPIGA, J. (orgs.). *Español y português: fronteiras e contatos*. Pelotas: UCPEL, 2007. p. 129-164.

_____. O território de uma língua: ocupação do espaço pluridimensional por variedades em contato na Bacia do Prata. In. *Seminário Internacional de Línguas em Contato*. Pelotas: ed.UFPel, 2011. [No prelo].

ARRUDA, Zuleika Alves. *Sinop: território(s) de múltiplas e incompletas reflexões*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFP, 1997.

BERN, David Britain. Conceptualizations of geographic space in linguistics. In: LAMELI, Alfred; KEHREIN, Roland & RABANUS, Stefan. *Language and Space: language mapping: an international handbook of linguistic variation*. Berlin/New York: Walter de Gruyter GmbH & Co.KG, 2010, p.69-97.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas Toponímico: um estudodialetológico. In: PADILHA, J. A. S. ; DÉNIZ, M. T. *Acta Del XI Congresso Internacional de la Asociación de lingüística y filología de la América Latina*. Tomo III- Universidad de las Palmas de Gran Canaria, 1996, p.2389-2396.

SCHAEFER, José Renato. *As migrações rurais e implicações pastorais: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte do Mato Grosso*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

SOUZA, Edison Antônio. *Sinop: história, imagens e relatos – um estudo sobre a sua colonização*. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2004.

_____. A migração sulista para o norte do Mato Grosso. In: TEDESCO, João Carlos & CARINI, Joel João. *Conflitos agrários no norte gaúcho – 1980 - 2008*. Porto Alegre: Edições Est, 2008.

THUN, Harald. *Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevidianos en Rivera*. In: RADTKE, E. & THUN, H. [orgs.]. *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel : Westensee-Verl., 1996. p. 210-269.

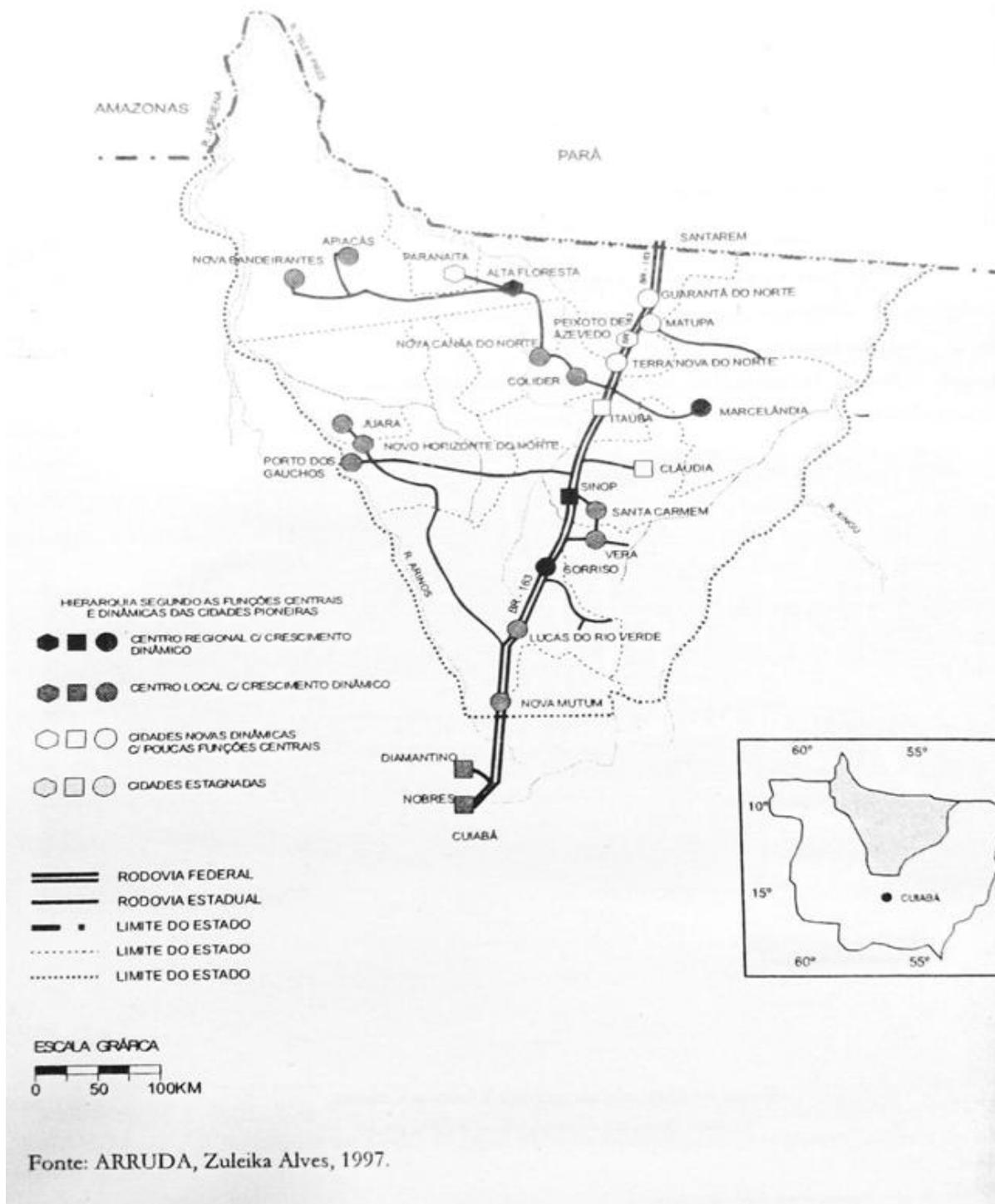
_____. La geolingüística como lingüística variacional general (com ejemplos del Atlas lingüísticoDiatópico y Diastrático del Uruguay). In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ROMANCE LINGUISTICS AND PHILOLOGY (21. : 1995 : Palermo). *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Org. Giovanni Ruffino. Tübingen : Niemeyer, 1998a. v. 5, p. 701-729, incluindo resumo dos tópicos principais da seção 5, p. 787-789.

_____. La géographielinguistique romane à la fin du XX siècle. In: VERLAG, M. N. (org). *Actes du XXII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes: Vivacité et diversité de la variation linguistique*. Vol. III. Bruxelles, juillet 1998b.

_____. Pluridimensional cartography. In: LAMELI, Alfred; KEHREIN, Roland & RABANUS, Stefan. *Language and Space: language mapping: an international handbook of linguistic variation*. Berlin/New York: Walter de Gruyter GmbH & Co.KG, 2010, p.506-524.

ZÁGARI, Mário Roberto L. Os falares mineiros: esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. (org.) *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Editora da UEL, 1998, p. 31-77.

Mapa 01 – ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO NORTE MATO-GROSSENSE – área de influência da BR-163



TOPONÍMIA RELIGIOSA: OS NOMES DE SANTOS E SANTAS EM TERRITÓRIO MINEIRO

Ana Paula Mendes Alves de CARVALHO (UFMG/IFMG)⁴⁵⁸

Resumo: Neste trabalho, apresentam-se resultados parciais da pesquisa que se encontra em andamento a respeito da toponímia mineira de origem religiosa, focalizando os nomes de lugar relativos aos santos e santas do hagiológico romano mais recorrentes em Minas Gerais, bem como suas variações diatópicas que nomearam de acidentes físicos e acidentes humanos no estado. O estudo orienta-se pelos princípios da ciência onomástica e está vinculado ao ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais - projeto em desenvolvimento, desde 2005, na FALE/UFMG.

Palavras-chave: Toponímia. Religiosidade. Hagiotoponímia. Minas Gerais.

1. Introdução

Vários estudos têm demonstrado que a relação entre língua, cultura e sociedade é algo inegável. Dentre esses estudos encontram-se aqueles voltados para a observação do léxico. A Toponímia, por exemplo, é uma disciplina que tem se dedicado a esse fim, através da busca da origem e da significação dos topônimos, os nomes próprios de lugares, e suas transformações no curso da história.

Nessa perspectiva, pretende-se, a partir da observação de mapas contemporâneos, mostrar como os nomes de santos e santas católicos aparecem toponimizados em todo o território mineiro. Em outras palavras, apoiando-nos modelo taxionômico proposto por DICK (1990), voltamos nossa atenção, neste estudo, para os topônimos de natureza religiosa relativos aos santos e santas do hagiológico romano, os hagiotopônimos que são apresentados como uma subdivisão dos hierotopônimos, topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana, etc.

Desse modo, na seção 2 são apresentadas algumas considerações a respeito da Toponímia, enquanto disciplina que estuda a inter-relação existente entre língua, cultura e sociedade. Na seção 3, demonstra-se como a presença da religiosidade tem sido percebida, ao longo dos tempos, no léxico-toponímico brasileiro e, mais especificamente, em Minas Gerais. Na seção seguinte, tem-se além dos procedimentos metodológicos adotados, a análise toponímica propriamente dita em que a distribuição dos nomes de santos e santas de tradição católica em território mineiro é apresentada através de gráficos e tabelas. E, finalmente, na última seção, apresentam-se as considerações finais acerca do estudo desenvolvido.

2. Fundamentação teórica: toponímia e cultura

Desenvolver um estudo toponímico não significa apenas empreender uma análise linguística dos nomes de lugares de determinada região, significa também investigar os seus aspectos socioculturais, econômicos, políticos e religiosos. Isso se explica pelo fato de as denominações toponímicas serem frutos da atividade humana que trazem, por esse motivo, marcas da organização sociocultural dos núcleos humanos que a povoaram ou a povoam.

⁴⁵⁸ Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais e Professora de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, na cidade de Ouro Branco, Brasil. E-mail: anapaula.carvalho@ifmg.edu.br

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que a língua constitui parte da cultura de uma sociedade e de que através do sistema linguístico, sobretudo de seu léxico, que os falantes se expressam e expressam seus valores, torna-se, pois, imperativo estudar a língua inserida na cultura. (SEABRA, 2004, p.28-29)

De acordo com BOAS (1911/1963, p. 143) apud DURANTI (2000, p.49) a cultura pode ser definida como a totalidade de reações e atividades físicas e/ou mentais que caracterizam a conduta dos indivíduos que compõem um grupo social, tanto em sua relação coletiva ou individual com o meio natural a que pertencem, com outros grupos, com os outros membros do próprio grupo ou consigo mesmo bem como com o produto destas atividades e o papel que desempenham na sociedade em que vivem.

Sob esse enfoque, o sistema léxico constitui o patrimônio cultural de uma comunidade que, transmitido de geração para geração, o homem é capaz de expressar os sentimentos e ideias de determinada época.

Isso pode ser percebido, dentre outras formas, pela nomeação dos acidentes geográficos físicos - rio, lago, morro, montanha, etc. - , ou humanos - vila, povoado, cidade, capela, rodovia, ponte, etc. - ; uma vez que, conforme DICK (1990), através do topônimo, isto é, do nome próprio de lugar, é evidenciada a dimensão social da língua como reflexo dos valores culturais de um povo. De acordo com a autora:

Verdadeiros “testemunhos históricos” de fato e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, [os topônimos] encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica. DICK, 1990, p.21-22

Nessa perspectiva, o estudo toponímico permite ao pesquisador perceber, através da análise de seu objeto de estudo - o topônimo -, a realidade na qual o nome está registrado: fatos históricos, aspectos do ambiente, dos acidentes físicos e humanos, ideologias e crenças do grupo denominador.

3. A presença da religiosidade na toponímia

Conforme mencionado na seção anterior, através da investigação toponímica, é possível perceber características ideológicas e culturais de uma comunidade. Destaca-se, por exemplo, a influência da religiosidade na motivação dos nomes dados aos lugares ao longo dos tempos.

No léxico toponímico brasileiro, isso pode ser percebido desde o primeiro contato do colonizador europeu com as terras recém-descobertas, o que se justifica, sobretudo, pelas circunstâncias que levaram ao descobrimento da terra e pelo momento histórico representado pelo quinhentismo português, em que a difusão dos preceitos da Igreja Católica representava uma preocupação máxima.

Desse modo, a religiosidade lusitana encontra, no novo continente, o clima fecundo ao seu expansionismo. Na carta de Pero Vaz de Caminha à Coroa Portuguesa, por exemplo, é possível perceber topônimos relacionados ao costume dominante entre os navegadores de nomear os acidentes geográficos de acordo com as inscrições do calendário religioso romano, como se verifica em Monte Pascoal (ou Pascal), já que a chegada à nova terra se deu na época da Páscoa.

Assim, desde o início da colonização das terras brasileiras, os acidentes locais, em sua

maioria, foram sendo nomeados em tributo aos santos e santas do dia da chegada ou da descoberta de algum elemento da paisagem. “O domínio da terra pelo europeu, assim, antes de ocorrer pela força, fez-se pela língua [...]” (DICK, 2006, p.95).

De acordo com Barbosa (1979), os portugueses que vieram povoar o Brasil, eram originários de várias províncias de Portugal, Minho, Beira-Alta, Estremadura, Alentejo, e outros. Havia gente do norte, do sul, do centro, entretanto, um sentimento comum a todos unia: muita religiosidade. Foi esse espírito de religiosidade que os portugueses, de modo geral, transplantaram para os primeiros núcleos povoados em terras brasileiras. Cada família recém-chegada ao Brasil tinha seu oratório, com a imagem do santo ou da santa, a quem dirigia suas preces.

Dessa maneira, além de trazer para o território recém-descoberto as imagens queridas, o português, onde se estabelecia, plantava a mesma devoção trazida de sua terra natal. Ao estudar a trilha das bandeiras na região em que se deu o início do povoamento de Minas Gerais, por exemplo, Megale (2002) constata que a nomeação dos lugares foi fortemente influenciada pela devoção religiosa. Nas palavras do autor:

A toponímia na trilha das bandeiras documenta a presença desses religiosos: se o comando era de carmelitas, os núcleos habitacionais que surgiam perpetuavam a lembrança do orago de Nossa Senhora do Carmo; se o comando era de franciscanos, no de São Francisco, e assim com outras ordens da mesma maneira, os oragos marcam sua passagem. Lá onde o povoado é novo, o nome religioso o inaugura, se havia uma designação indígena o novo nome religioso a substitui. (MEGALE, 2000, p. 22)

Desse modo, com intuito de observar, na contemporaneidade, a presença da religiosidade na toponímia mineira, propusemo-nos a desenvolver um estudo mais detalhado acerca da presença dos nomes de santos e santas do hagiológico romano em todo o território mineiro, conforme descreveremos na seção seguinte.

4. Procedimentos metodológicos e análise dos dados

Orientado pelos princípios da ciência onomástica, o estudo proposto vincula-se ao Projeto ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais⁴⁵⁹, projeto este em desenvolvimento, desde 2005, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da Prof^a Dr^a Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. Seguindo os pressupostos teórico-metodológicos propostos pelo francês DAUZAT (1926), adaptados à realidade brasileira por DICK (1990), esse projeto vem realizando o detalhamento e a análise da realidade toponímica de todo o estado.

Para tanto, constituiu-se um banco de dados a partir do levantamento de todas as denominações toponímicas referentes aos acidentes geográficos de Minas Gerais, documentados em cartas topográficas - fontes do IBGE, com escalas que variam de 1: 50.000 a 1: 250.000.

A coleta de dados foi realizada de acordo a divisão proposta pelo IBGE, que recorta o estado em doze mesorregiões, conforme se ilustra, a seguir: Campo das Vertentes (1), Central Mineira (2), Jequitinhonha (3), Metropolitana de Belo Horizonte (4), Noroeste de Minas (5), Norte de Minas (6), Oeste de Minas (7), Sul e Sudoeste de Minas (8), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (9), Vale do Mucuri (10), Vale do Rio Doce (11) e Zona da Mata (12).

⁴⁵⁹ O Projeto ATEMIG é um desdobramento do Projeto ATB (Atlas Toponímico do Brasil), coordenado pela Prof^a. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (FFLCH/USP).

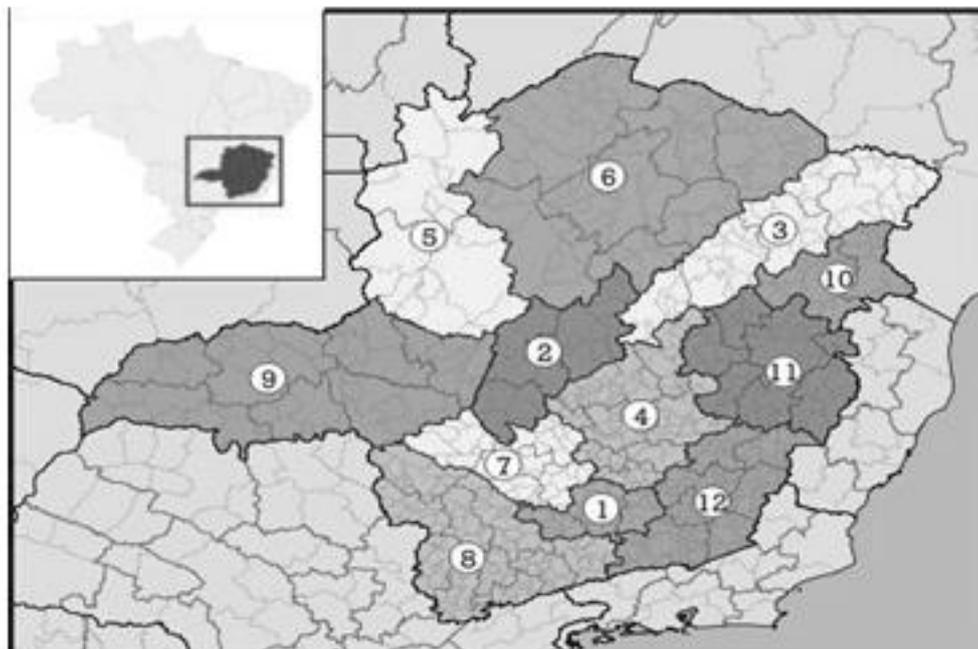


Figura. 1: Lista de mesorregiões de Minas Gerais⁴⁶⁰

Foram levantados, então, em cada mesorregião, todos os nomes de cidades, vilas, povoados, fazendas, rios, córregos, ribeirões, morros, serras, dentre outros acidentes geográficos - físicos e humanos - dos 853 municípios mineiros, obtendo-se, até o momento, 85.391 nomes de lugar classificados de acordo com a origem e o padrão motivador.

Desse total de topônimos, voltamos nossa atenção, neste estudo, para os designativos relativos aos santos e santas do hagiológico romano, os hagiopônimos que representam 6,15% do total dos dados ou 5.251 ocorrências⁴⁶¹.

Apresentam-se, a seguir, como as denominações hagioponímicas se distribuem nas doze mesorregiões mineiras:

⁴⁶⁰ Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregioes_de_Minhas_Gerais. Acesso em: 15 dez. 2010

⁴⁶¹ Cabe ressaltar aqui que, para fins de quantificação, foram considerados apenas os topônimos em que o qualificativo 'santo/santa' aparece em primeira posição do sintagma toponímico.

Tabela 1: Distribuição dos hagiotopônimos nas mesorregiões mineiras

Mesorregião	Hagiotopônimos	
	Ocorrências	Percentual
Campos das Vertentes	104	2%
Central Mineira	143	2,7%
Jequitinhonha	378	7,2%
Metropolitana de Belo Horizonte	411	7,8%
Noroeste de Minas	152	2,9%
Norte de Minas	438	8,4%
Oeste de Minas	176	3,4%
Sul e Sudoeste de Minas	723	13,8%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	510	9,7%
Vale do Mucuri	230	4,4%
Vale do Rio Doce	690	13,2%
Zona da Mata	1286	24,5%
Total de hagiotopônimos em Minas Gerais	5251	100%

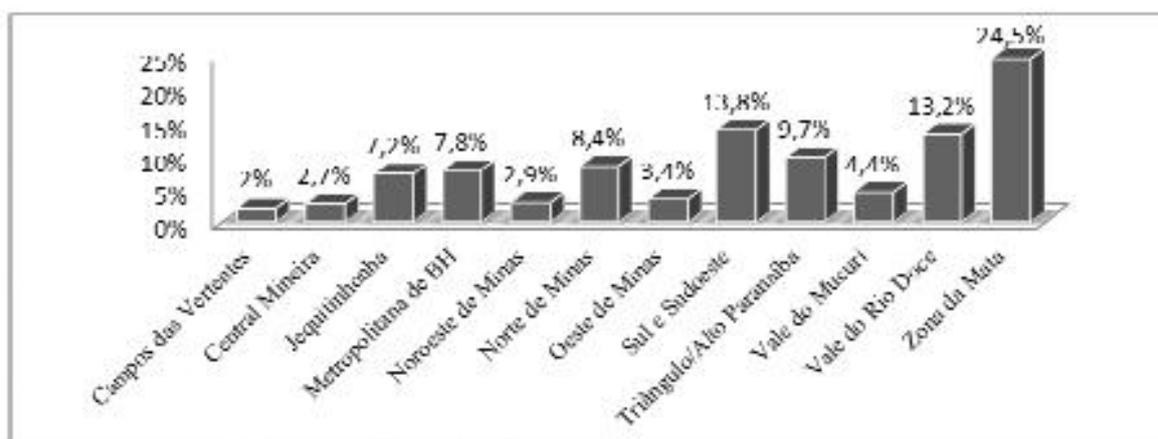


Gráfico 1: Distribuição dos hagiotopônimos nas mesorregiões mineiras

Ao observar os dados mostrados na tabela e no gráfico acima, verifica-se que a devoção aos santos católicos mostrou-se mais frequente, em primeiro lugar, na Zona da Mata com 24,5% das ocorrências totais. Situada à porção sudeste de Minas Gerais, essa mesorregião encontra-se próxima à divisa dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e no auge da produção aurífera, teve significativa importância, constituindo um verdadeiro celeiro de abastecimento para as áreas mineradas.

Na sequência, estão as mesorregiões Sul/Sudoeste de Minas, local de passagem das bandeiras vindas de São Paulo, e no Vale do Rio Doce, região de ocupação mais intensa a partir do século XIX, com 13,8% e 13,2%, respectivamente. Destaca-se ainda o número significativo de ocorrências desses topônimos no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, 9,7%.

Acredita-se, pois, que essa distribuição variável relaciona-se diretamente a questões socioculturais que permearam o processo de povoamento de cada uma das mesorregiões do território mineiro, sobretudo no que se refere à questão religiosa.

Quanto à classificação dos acidentes geográficos, verifica-se uma predominância de hagiônimos na designação de acidentes de natureza humana, uma vez que 62% dos nomes sob enfoque referem-se a fazendas, vilas, localidades, dentre outros. Os acidentes físicos - rios, córregos, serras, etc. -, por sua vez, correspondem a apenas 38% dos dados, conforme ilustra-se a seguir:

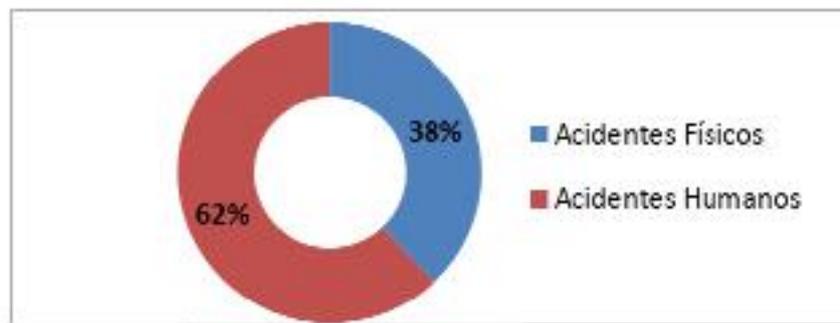


Gráfico 2: Classificação dos hagiopônimos quanto à natureza do acidente geográfico.

Em relação ao emprego de nomes pessoais de santos e santas na nomeação de lugares, Dick (1990), ao tratar da hierotoponímia no Brasil, a partir dos nomes dos municípios brasileiros, constata que a preferência popular tende a recair em São José e Santo Antônio. Ressalta também que costumam ser lembrados São João, São Francisco, São Pedro, São Domingos, São Sebastião, São Miguel, São Bento, São Vicente, São Joaquim, São Gonçalo, São Mateus. Já o emprego toponímico de nome das santas não tem a mesma dinâmica, conforme a autora. Aparecem, pois, em menor número. Entre os designativos mais recorrentes estão Santa Ana, Santa Rita e Santa Rosa; figuram, com menor realce, Santa Luzia, Santa Isabel e Santa Bárbara. (DICK, 1990, p. 159-160)

Os dados mineiros vão ao encontro das constatações da toponimista, visto que a ocorrência de nomes de santos no léxico toponímico de Minas Gerais é consideravelmente maior do que a ocorrência de nomes de santas. Conforme se ilustra, na tabela, a seguir:

Tabela 2: Distribuição hagiopônimos quanto ao gênero

	Ocorrências	Percentual
Nome de santos	3813	72,6%
Nome de santas	1438	27,4%
Total de hagiopônimos	5251	100%

Acrescenta-se ainda o fato de os designativos hagiônicos mais frequentes na toponímia mineira são, em sua maioria, os mesmos apontados pela autora como recorrentes em outros estados brasileiros. Nas tabelas 3 e 4, a seguir, mostra-se como os nomes de santos e santas mais frequentes no léxico toponímico estão distribuídos nas doze mesorregiões mineiras.

Tabela 3: Distribuição das ocorrências dos nomes de santos mais recorrentes na toponímia mineira

	CAMPO DAS VERTENTES	CENTRAL MINEIRA	JEQUITINHONHA	METROPOLITANA DE BH	VALE DO MUCURI	NOROESTE	NORTE	OESTE	VALE DO RIO DOCE	SUL/SUDOESTE DE MINAS	TRIÂNGULO MINEIRO	ZONA DA MATA	TOTAL DE OCORRÊNCIAS
SANTO ANTÔNIO	19	12	45	71	21	10	37	27	67	74	50	132	563
SÃO JOSÉ	14	10	28	64	24	6	37	10	56	63	52	108	472
SÃO JOÃO	3	6	39	26	19	4	50	12	27	61	31	83	361
SÃO PEDRO	2	3	12	13	12	5	13	7	44	33	13	52	209
SÃO DOMINGOS	4	5	16	9	5	14	19	9	21	27	13	53	195
SÃO SEBASTIÃO	6	2	3	17	11	2	9	-	37	31	22	35	181
SÃO BENTO	7	7	14	13	4	7	6	6	13	26	11	59	174
SÃO FRANCISCO	5	15	11	8	3	6	25	9	13	8	25	34	162
SÃO GERALDO	4		2	7	4	1	17	5	29	12	6	17	104
SÃO LOURENÇO	-	2	7	2	1	5	3	1	12	8	18	44	103
SÃO MIGUEL	4	2	16	2	8	8	17	11	4	9	2	12	95
SÃO VICENTE	-	5	7	4	1	4	10	2	7	5	13	34	92
SÃO LUIS	-	1	10	1	-	1		1	10	12	14	24	74
SÃO JOAQUIM	-	1	2	6	3	5	13	1	6	7	1	28	73
SÃO MATEUS	-	2	1	4	9	2		1	12	5	16	18	70

Tabela 4: Distribuição das ocorrências dos nomes de santas mais recorrentes na toponímia mineira

	CAMPO DAS VERTENTES	CENTRAL MINEIRA	JEQUITINHONHA	METROPOLITANA DE BH	VALE DO MUCURI	NOROESTE	NORTE	OESTE	VALE DO RIO DOCE	SUL/SUDOESTE DE MINAS	TRIÂNGULO MINEIRO	ZONA DA MATA	TOTAL DE OCORRÊNCIAS
SANTANA /SANTA ANA	3	18	23	27	8	3	16	18	29	39	12	81	277
SANTA RITA	-	-	17	22	7	6	24	2	26	27	15	48	194
SANTA ROSA	3	5	5	1	13	3	10	1	16	12	23	37	129
SANTA BÁRBARA	3	4	3	6	10	5	3	6	16	17	19	30	122
SANTA LUZIA	1	2	8	7	6		5	6	17	23	16	13	104
SANTA CLARA	5	1	8	4	4	3	7	3	16	12	2	28	93
SANTA HELENA	2	3	6	6	4	3	3	4	12	14	6	21	84
SANTA ISABEL	1	1	4	8	1	1	2	2	4	11	2	15	52

5. Considerações finais

Diante do exposto, verifica-se que, na toponímia mineira, a tendência de atribuir aos acidentes geográficos designações a partir do emprego de nomes de santos e santas católicas, pode ser percebida tanto diacrônica quanto diatopicamente.

A partir da observação de mapas contemporâneos, ressalta-se, entretanto, que essa tendência se aplica preferencialmente aos acidentes humanos, isto é, os hagiotopônimos quantificados referem-se, em sua maioria, à nomeação de cidades, vilas, localidades, fazendas, sítios, etc.

Quanto à presença dos designativos sob enfoque nas diferentes mesorregiões do estado, nota-se que sua distribuição não ocorre de forma homogênea no território mineiro. Pelo contrário, essa distribuição se dá de forma variável, o que parece estar relacionado a questões históricas e socioculturais concernentes ao processo de povoamento de cada uma das mesorregiões do estado.

Nessa perspectiva, de acordo com Dick (1990), é possível dizer que, quando a nomeação dos lugares a partir de nomes sagrados não se dá aleatoriamente, as características do estudo a esse respeito consubstanciam um dos aspectos mais gratificantes da pesquisa toponímica propriamente dita.

Talvez mais do que em qualquer outra das categorias onomásticas, será possível intuir, nesta, os estreitos vínculos que devem existir entre o denominador e o móvel da denominação, no caso, o acidente físico (rio, lago, montanha, etc.) ou humano (vila, cidade, região, ponte, etc.). O estudo dessa classe denominativa [hagiotoponímica] permite, pois, que se faça da ciência toponomástica um verdadeiro "capítulo da psicologia social", no consenso comum dos estudiosos que seguem a Dauzat, desde que o "sentir" e o "querer" de elementos isolados refletem, graças a processos introspectivos, o próprio comportamento comunitário. (DICK, 1990, p.155)

Referências Bibliográficas

BARBOSA, W. A. História de Minas: formação histórica. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. p. 384-415.

DAUZAT, A. Les noms de lieux. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, M. V. P. A. Fundamentos Teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG -Atlas Toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In.: SEABRA, M. C. T. C. (org.) O léxico em estudo. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006. p. 91-117.

DICK, M.V. P. A. Toponímia e Antroponímia no Brasil: Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo. Edições do Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

DURANTI, A. Linguistic Anthropology. 2. ed. Cambridge University Press: New York, 2000.

MEGALE, Heitor. Bandeira e bandeirantes. In: Filologia Bandeirante. Estudos 1. São Paulo, Humanitas, 2000, p. 15-48.

SEABRA, M. C. T. C. ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: variante regional do ATB. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, L. C. (Org.). Múltiplas

perspectivas em Linguística. Uberlândia/MG: EDUFU, 2006, v. 1, p. 1945-1952.

SEABRA, M.C.T.C. A Formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo. 2004. 368 f. Tese de Doutorado - Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

TRAÇOS INDÍGENAS NA ZOOTOPONÍMIA DOS PATANAIS SUL-MATO-GROSSENSES: UM ESTUDO COM BASE NOS DADOS DO ATEMS

Priscila do Nascimento RIBEIRO (UFMS/ PG)⁴⁶²
Aparecida Negri ISQUERDO (UFMS/ CNPq)⁴⁶³

Resumo: Este trabalho teve como objetivo analisar os *zootopônimos* de origem indígena na Mesorregião dos Pantanais Sul-mato-grossenses, verificando mecanismos de nomeação envolvendo a figura animal no recorte toponímico estudado e detectando possíveis relações entre a produtividade dessa categoria de topônimos e o contexto sócio-histórico-cultural de Mato Grosso do Sul. O estudo foi orientado por princípios teórico-metodológicos da Lexicologia e da Toponímia, em especial pelo modelo teórico de Dick (1990^a; 1990b) e confirmou a importância de pesquisas toponímicas como forma de resgate de aspectos da relação entre léxico e meio ambiente, com base na produtividade de zootopônimos indígenas na região do Pantanal.

Palavras-chave: Léxico. Zootoponímia. Pantanal sul-mato-grossense. Indígena.

1. Introdução

É por meio do léxico, acervo vocabular da língua, que o homem nomeia o mundo que o cerca, explana ideias, perpetua o conhecimento, dissemina a cultura e identifica a realidade linguística e extralinguística da comunidade que o utiliza. Assim,

[...] concebendo o léxico como o nível da língua que melhor documenta o modo como um povo vê e representa a realidade em que vive, podemos entender que o vocabulário de um grupo social atesta seus valores, suas crenças e também a forma como nomeia os referentes do mundo físico e do universo cultural em diferentes épocas da sua história (ISQUERDO, 2003, p.165).

Nesse processo, o ser humano funciona como agente de desenvolvimento do léxico e é o responsável pela criação e conservação das palavras que fazem parte do acervo vocabular de uma língua, ao mesmo tempo em que categoriza e nomeia tudo que de novo surge na sociedade. Enfim, o homem tem o poder do uso da palavra e por ela transmite mensagens de importâncias pessoais, culturais e sociais. Assim, utilizando-se da palavra, o ser humano nomeia o mundo que o cerca, registrando a cultura. Nesse contexto, situam-se os nomes próprios, objeto de estudo da Onomástica, disciplina que se divide, segundo a categoria de nome próprio: Antroponímia que se ocupa da investigação dos nomes próprios de pessoas e a Toponímia que tem como objeto de estudo os nomes próprios de lugares, os topônimos. Concebe-se, pois, os topônimos como um recorte do léxico de uma língua que revela aspectos da realidade sociocultural de um grupo. Este estudo centra-se no exame de *zootopônimos* (“topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos e não domésticos e da mesma espécie em grupos”, segundo Dick – 1990, p.32) de origem indígena registrados nos mapas dos municípios que integram a Mesorregião dos Pantanais Sul-mato-grossenses, uma região que se constitui espaço de estudos de biólogos e de geógrafos, mas que ainda se

⁴⁶² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Pós-graduação, Campo Grande, Brasil. E-mail: pridnribeiro.14@gmail.com

⁴⁶³ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Mestrado em Estudos de Linguagens/Bolsista produtividade/CNPq, Campo Grande, Brasil. E-mail: anegri.isquerdo@terra.com.br

recente de estudos mais aprofundados na área dos estudos linguísticos. O prefixo *zoo* deriva do grego *zôion*, “ser vivo, animal” (HOUAISS, 2001), que define essa classe e motiva a escolha dessa designação para a categoria taxionômica. É o que ocorre com *zootopônimos* como córrego *Tamanduá*, córrego *Piraputanga*, ilha *Sucuri*.

No Brasil, os contatos interétnicos ajudaram a delinear a variante brasileira do português, como a relação entre colonizadores e índios que ocasionou trocas entre a língua do colonizador e a dos povos que já habitavam essas terras, além da influência recebida da língua de outros povos que migraram para o Brasil. Dick (1990, p. 81) assim ressalta a importância dessa interrelação entre línguas na formação do português do Brasil:

A formação etno-histórica do Brasil acusa a existência de estratos populacionais diversos como os ameríndios, distribuídos em vários troncos e famílias, os portugueses, os africanos e os de precedência estrangeira, já em época posterior à colonização propriamente dita. Essa origem heterogênea deixou reflexos diferenciados na língua, nos usos e costumes, nas tradições regionais e, conseqüentemente, na toponímia do país.

Essa heterogeneidade linguística refletiu-se na toponímia, em especial a influência indígena, como demonstraram Theodoro Sampaio, em sua obra *O Tupi na geografia nacional* (1928), uma obra clássica sobre a toponímia indígena; Levy Cardoso, na obra *Toponímia Brasileira* (1965), que estudou topônimos brasílicos da Amazônia; Carlos Drummond, com a sua *Contribuição do Bororo à toponímia brasileira* (1965), que também despontou nas pesquisas toponímicas no Brasil e Maria Vicentina do Amaral Dick (1980) que também se dedicou ao estudo da toponímia indígena, a par da oriunda de outras bases linguísticas, como a portuguesa e a africana.

Assim, o estudo toponímico, na perspectiva linguística, analisa o léxico toponímico a partir de diferentes enfoques. Para Dick (1990, p.16), o estudo toponímico vai além dessa investigação, uma vez que “é ilícito considerar-se a Toponímia, antes de tudo, como um imenso complexo línguocultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”. Nesse sentido, o topônimo não abrange somente o nome de um lugar, mas o lugar em si.

Dick tem sido a grande responsável pela expansão e sistematização dos estudos toponímicos no Brasil, construindo uma base teórica que inclui um modelo teórico que buscou nos ordenamentos sistemáticos das ciências humanas ligadas à toponímia elementos que permitissem a apresentação de um quadro classificatório. Conforme Dick (1990, p.26), “o modelo taxionômico que se elaborou deve, portanto, ser interpretado como um instrumento de trabalho que permitirá a aferição objetiva de causas motivadoras dos designativos geográficos, procurando suprir as demandas da pesquisa”. Esse modelo é dividido em dois grupos, o primeiro, de natureza física, abrange 11 categorias, em que está incluso os *zootopônimos*, e o segundo, de natureza antropocultural, abrange 16 categorias (DICK, 1990, p. 31-34).

Este trabalho buscou orientação teórica nos estudos da Onomástica/Toponímia, particularmente no modelo de Dick (1990a; 1990b), além dos parâmetros adotados pelo Projeto Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (ATEMS), ao qual este estudo está vinculado. O texto tem como objetivo mais amplo o estudo sobre a zootoponímia indígena nos Pantanaís sul-mato-grossenses, buscando verificar a influência histórica de povos indígenas nos designativos analisados e identificando e descrevendo mecanismos de formação dos *zootopônimos* quanto às camadas étnicas evidenciadas na base linguística dos elementos formantes dos topônimos, podendo verificar também a relação entre a *zootoponímia* e as características físicas da região pesquisada.

2. Metodologia

O Projeto ATEMS tem como objetivos catalogar, classificar, analisar e cartografar os nomes dos acidentes físicos e humanos registrados nos mapas oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com escala de 1:250.000 e 1:100.000 distribuídos pelos 78 municípios do Estado. Esses municípios distribuem-se entre as quatro mesorregiões administrativas do IBGE que, por sua vez, se subdividem em onze microrregiões.

Os topônimos analisados neste trabalho foram retirados da Base de Dados do Projeto ATEMS, que acumula atualmente 7.520 topônimos. Para tanto, foram levantados todos os *zootopônimos* da mesorregião Pantanaís Sul-mato-grossenses que é formada por duas microrregiões, Baixo Pantanal e Aquidauana. Os municípios de Corumbá, de Ladário e de Porto Murtinho integram a primeira região, enquanto a segunda reúne quatro municípios: Miranda, Aquidauana, Anastácio e Dois Irmãos do Buriti.

A análise de dados foi realizada de forma quantitativa, representando-se o universo de topônimos catalogados por meio de gráficos e de tabelas, e qualitativa, que considerou a dimensão etnolinguística, a distribuição diatópica dos topônimos catalogados e os aspectos linguísticos e históricos da região pesquisada. Em um quadro de 808 topônimos registrados nos pantanaís sul-mato-grossenses, 125 foram classificados como *zootopônimos*, dentre os quais 58 são de origem indígena e 02 são nomes híbridos.

3. Pantanaís sul-mato-grossenses: breve contextualização histórico-geográfica

Em sentido amplo o termo Pantanal nomeia uma imensa planície sedimentar, localizado em parte do Mato Grosso (região sul), Mato Grosso do Sul (noroeste), Bolívia (leste) e Paraguai (norte). No período do verão o clima é quente e sub-úmido e no inverno, frio e seco. A região é influenciada por rios que drenam a bacia do Alto Paraguai, onde se desenvolve uma fauna e uma flora de rara beleza e abundância. Esse bioma se alaga periodicamente quando os rios enchem (novembro a março) e possui solo não uniforme variando desde areias grossas até argila. Essas características singulares que diferenciam o Pantanal das demais regiões são os próprios elementos como as *baías*, as *vazantes*, as *lagoas* e os *corixos*. O ecossistema do Pantanal abriga uma grande quantidade de plantas e de animais que vivem em perfeito equilíbrio ecológico vivendo e se reproduzindo nas diversas sub-regiões que compõem o bioma Pantanal. Silva e Abdon (1998, p. 1705), por exemplo, propõem onze sub-regiões para esse bioma: Cáceres, Poconé, Barão do Melgaço, Paraguai, Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Aquidauana, Miranda, Nabileque e Porto Murtinho, com base no tipo de vegetação, de solo e de relevo. Mato Grosso do Sul concentra oito dessas sub-regiões: Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Miranda, Aquidauana, Nabileque, Paraguai e Porto Murtinho.

O topônimo Pantanal foi classificado pela a equipe de pesquisa do projeto ATEMS, como *geomorfotopônimo*, com base no conceito de Guerra (1978, p. 313): “Geomorfologicamente o Pantanal pode ser definido por uma extensa planície de sedimentos holocênicos, onde se encontram alguns blocos falhados”. Até meados do século XIX foi chamado de Mar de Xarayes, provavelmente em homenagem a uma tribo de família guarani que tinha esse nome e em virtude de os povos que por ali passavam em direção ao Peru acreditarem que a planície que viam era um mar. Proença (1997, p. 15) esclarece:

Pela existência de caramujos, conchas das mais variadas formas e tamanhos, do próprio terreno arenoso e também de salinas ovaladas, rodeadas de areia branca destituídas de vegetação e cujas águas são salobras, pensou-se durante muito tempo haver sido o Pantanal um majestoso mar: O Mar de Xaraés. Entretanto, cientistas competentes afirmam que essa crença não

passa de mito criado pela imaginação dos antigos, que cruzaram pela Bacia do Paraguai em direção ao Peru.

De uma forma geral foram os índios que iniciaram a história da ocupação humana no Pantanal. As tribos que ali viviam tinham um imenso contato com a natureza. Segundo Proença (1997), havia uma espécie de tratado de paz, que foi abalado com a chegada dos colonizadores, que penetraram nas terras de forma violenta, utilizando-se de armas sem se preocuparem com os povos que já habitavam a região. Isso fez com que o vínculo que existia entre a natureza e as etnias fosse enfraquecido, tornando os nativos vítimas do homem branco. Duas etnias resistiram contra os colonizadores e lutaram por mais de três séculos em defesa do território, os Paiaguás e os Guaicurús: “os paiaguás junto dos guaicurús se tornaram a grande resistência contra as expedições portuguesas” (PROENÇA, 1997, p. 29). Essas etnias adquiriram técnicas de guerrilha, os paiaguás desenvolveram habilidade com as canoas e os guaicurús com os cavalos.

Segundo Martins (2002, p. 36-56), os povos paiaguá e guaicurú pertenciam à mesma família linguística. Os paiaguá eram um povo eminentemente fluvial, não construíam aldeias, viviam e viviam a bordo de suas canoas, enquanto os guaicurú, representados hoje pelos índios Kadiwéu, aprenderam a domesticar cavalos e passaram a ser chamados de índios cavaleiros.

Os primeiros portugueses e espanhóis que chegaram ao território hoje chamado de Pantanal para lá vieram, no século XV, em busca de riquezas, e a partir do final do século XVII, começaram a chegar as bandeiras fluviais ou monções paulistas, com a finalidade de capturar os índios para trabalharem nas lavouras do litoral brasileiro e avaliarem a região antes de uma ocupação. Em decorrência da invasão bandeirante, muitas etnias foram dizimadas e as que restaram tiveram que se adaptar aos novos costumes.

4. Análise e discussão dos dados

Com base no estudo das origens históricas da toponímia brasileira, Dick (1990, p. 81) argumenta que a concepção etno-histórica do Brasil mostra a existência de diversas etnias pertencentes a vários troncos e famílias, portugueses, africanos, estrangeiros que deixaram reflexos individualizados na língua, costumes, cultura e também na toponímia. Em termos de toponímia indígena, o Banco de Dados do Projeto ATEMS registra 808 topônimos na Mesorregião Pantaneais Sul-mato-grossenses, dentre os quais 125 são *zootopônimos*. Dos 125 *zootopônimos* catalogados, 58 são do tupi, 58 do português, 1 do bororo e português, 1 do tupi e português, 1 africano e 6 são de origem ainda não identificada. Os *zootopônimos* de origem indígena situados nos Pantaneais Sul-mato-grossenses são na sua maioria de base tupi, com praticamente a mesma proporção de ocorrências do português. Esses *zootopônimos* recuperam unidades lexicais integradas ao léxico do português e ratifica os estudos de Dick (1990, p. 39) sobre o tupi, “uma das mais importantes famílias indígenas de que noticia a etnografia do Brasil”. Essa influência se reporta à própria história do Brasil, uma vez que o tupi foi a língua mais falada na costa brasileira, tanto pelos índios como pelos colonizadores europeus, que utilizavam a “língua geral”, resultante do contato entre a língua portuguesa e a tupi, como veículo de comunicação em relações cotidianas (MELO, 1981). O Gráfico I, a seguir, ilustra a distribuição de *zootopônimos* quanto à língua de origem em termos percentuais.

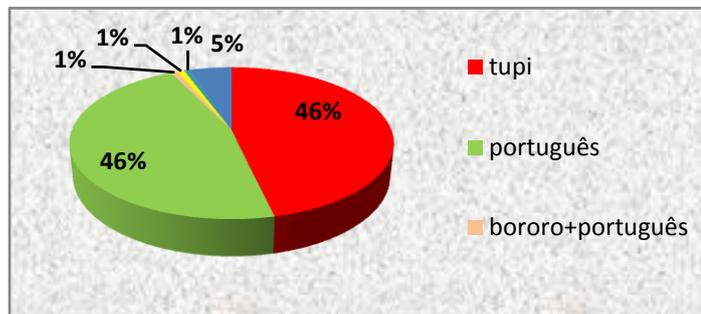


Gráfico I – Distribuição dos zootopônimos do pantanal sul-mato-grossense, segundo a língua de origem.

Neste estudo, foram analisados 58 *zootopônimos* de base indígena, além dos 2 nomes híbridos localizados (português + indígena) situados nos municípios que integram as microrregiões do Baixo Pantanal e de Aquidauana. Como é sabido, o bioma Pantanal concentra uma grande variedade de animais, nem todos recuperados pela *zootoponímia* indígena aqui estudada. Porém, os que foram classificados segundo essa categoria ilustram espécies da região: *anu*, *arara*, *baguari*, *caetetu magro*, *capivara (capivari)*, *caracará*, *coxim branco*, *jacaré*, *jacutinga*, *jaguatirica*, *jibóia*, *mutum*, *naitaca*, *paca*, *pacu*, *paraguai*, *paraguai mirim*, *patativa*, *piranha*, *piraputanga*, *quati*, *sabiá*, *sucuri*, *tamanduá*, *traíra e tungo*.

Esses *zootopônimos* indígenas concentram-se basicamente em 03 municípios: Corumbá (29), Porto Murtinho (14) e Aquidauana (9). Os demais se distribuem entre os municípios de Anastácio (03) e de Dois Irmãos do Buriti (03). Ladário e Miranda não registram elementos geográficos nomeados por *zootopônimos* de base indígena. O Gráfico II, na sequência, visualiza esses dados.

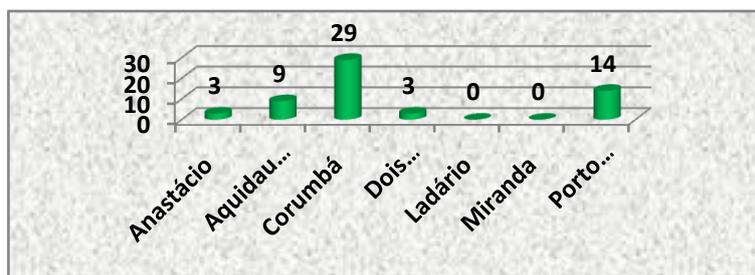


Gráfico II – Distribuição dos zootopônimos indígenas, segundo os municípios do Pantanal Sul-mato-grossense.

O topônimo Corumbá, de acordo com Sampaio (1987, p. 225), tem origem tupi e significa “banco de cascalho”. O município com esse nome reúne o maior número de *zootopônimos* indígenas, do recorte aqui estudado (29). Provavelmente isso decorra do fato de grande quantidade do Pantanal situar-se no município de Corumbá. Segundo Silva e Abdon (1998, p. 1707), “Barão de Melgaço e Corumbá são os municípios que possuem a maior área de seu território no Pantanal, com 99,2% e 95,6% de sua área, respectivamente”, sendo Corumbá o município de maior extensão geográfica (64.961 Km². (IBGE). Logo, concentra muitos córregos, corixos, rios, vazantes, dentre outros acidentes geográficos, aglomerando um total de 315 topônimos no município.

Já Porto Murtinho possui uma área territorial de 17.735 km² (IBGE) e abriga o segundo maior número de *zootopônimos* de procedência indígena dentre os aqui estudados (14 ocorrências, 28% das ocorrências). De acordo com o Laboratório Geoprocessamento Embrapa do Pantanal. Mapa dos municípios do Pantanal. Porto Murtinho (1997), 74% da área territorial do município é Planalto e 26% é Planície Pantaneira.

O município de Aquidauana, por sua vez, tem uma área de 16.959 km² (IBGE) e nele foram identificados 9 *zootopônimos* indígenas de um total de 126 topônimos, o que ratifica a importância dos animais na motivação toponímica. Ladário e Miranda, municípios que possuem pequena área territorial, 343 km² e 5.479 km², respectivamente, não registram acidentes geográficos nomeados por nome de animais de base indígena. O primeiro reúne um total de 18 e o segundo de 28 topônimos. Já Anastácio, com 2.949,14 km² de área territorial, e Dois Irmãos do Buriti, com 2.345 Km², evidenciaram a presença de 3 *zootopônimos* cada um.

Os *zootopônimos* em estudo, ao serem organizados de acordo com as 05 grandes classes taxionômicas ligadas aos animais (aves, mamíferos, répteis, insetos e peixes), apontam uma preferência por mamíferos e aves como motivação para a nomeação dos elementos geográficos – **mamíferos**: córrego *Capivara*, cabeceira *Jaguatirica*, vazante *do Caetetu Magro*, morro *da Paca*, córrego *Quati*, córrego *Tamanduá*, rio *Capivari*; **aves**: volta *da Patativa*, morraria *Naitaca*, morro *da Arara*, morro *Mutum*.

A *capivara* e a *sucuri*⁴⁶⁴ foram os animais que mais motivaram *zootopônimos* no universo estudado, confirmando a importância da toponímia como elemento de perpetuação de aspectos da realidade regional. Os *zootopônimos* estão assim distribuídos em termos de ocorrência: *capivara/capivari* (06); *sucuri, paraguai* (05); *natica/naitaka, piranha/pirainha*, (04), *arara, jacaré, piraputanga* (03); *baguari, jaguatirica, mutum, patativa, jibóia/gibóia, tamanduá, quati* (02) e *caeteto magro, pacu, caracará, paca, paraguai mirim, sabiá, traíra, tungo, anu, seriema e jacutinga*, todos com ocorrência única.

A *capivara/capivari* foi o animal que mais motivou a escolha do nome para designação de córregos, corixos e vazantes. Sampaio (1928, p. 180) define esse item lexical como “corr. caapi iuára, o comedor de capim; o herbívoro. (Hydrochoerus Capybara)”.

Já o topônimo *sucuri* ocupou o segundo lugar de ocorrência no Pantanal, com 05 designativos, registrados nos municípios de Aquidauana, de Dois Irmãos do Buriti e de Porto Murtinho. A recorrência desse topônimo pode ser explicada pelo fato de a região ser o *habitat* natural dessa espécie de cobra, um dos animais mais perigosos de que se tem registro na região, configurando-se como um predador temido por outras espécies de animais e seres humanos, inclusive por engolir capivaras, jacarés, dentre outros animais. O topônimo é de origem tupi “Sucuri: corr. çuú-curí, morde rápido, atira o bote. É a serpente aquática Euneclis murinus. Alt. Socorí. Designa também uma espécie de caça ou tubarão” (SAMPAIO, 1987, p. 308).

Jacaré, por seu turno, designa outro réptil abundante no Pantanal. Esse termo é definido por Sampaio (1987, p. 263) como “aquele que é torto ou sinuoso. Pode ser, ainda, y-echá-caré, aquele que olha de banda” e por Cunha (1998) como do “tupi iaka’re: lagarto da água, nome comum a vários répteis da família dos crocodilídeos”. Paiva (1984) aponta a *capivara* e o *jacaré* como animais de destaque no Pantanal, bioma que concentra uma das faunas mais ricas do Brasil e do mundo, o que é ratificado por Pavone (2003, p. 16):

[...] não é exagero chamar o Pantanal de Maternidade do Brasil. Suas condições espaciais o transformam num retiro para recolhimento e reprodução de 1.100 espécies de aves, mamíferos, répteis e peixes. Um censo aéreo realizado na década passada revelou a existência de 35 milhões de jacarés, 3 milhões de capivaras, 70 mil veados-campeiros, milhares de porcos selvagens e dezenas de milhões de aves. Isso sem contar os gigantes aquáticos, como jaús de mais de 100 quilos.

⁴⁶⁴ O *zootopônimo* Sucuri foi o mais produtivo em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, com um total de 47 ocorrências (Projeto ATEMS, 2012)..

Em se tratando de aves, o Pantanal é o lugar que abriga o maior número desses animais no continente, o que se refletiu na toponímia, já que, dentre as 05 grandes classes do reino animal (aves, mamíferos, répteis, peixes e insetos), essa foi a que mais se destacou com 17 ocorrências. O topônimo *caracará*, por exemplo, que nomeia um rio em Corumbá recupera uma lenda indígena Paiaguá, conforme segue:

[...] a lenda por eles cultuada consistia em ligar a sua criação ao caracará, grande ave de rapina das paragens em viviam. Segundo a crença que guardavam, o gavião em apreço criou-lhes e deu-lhes, a seguir, as armas de que necessitavam, arcos, flechas e tacapes, instruindo-lhes que com elas estavam em condições de guerrear outros povos e roubar-lhes mulheres e filhos, submetendo-os e escravizando-os. Seguindo à risca os conselhos recebidos, de matarem inclusive, começaram por derrubar a ave que lhes dera existência (SOUZA, 1973, p. 161).

A distribuição dos *zootopônimos* indígenas, segundo a classe do animal, cujo nome motivou o topônimo está visualizada no Gráfico III:

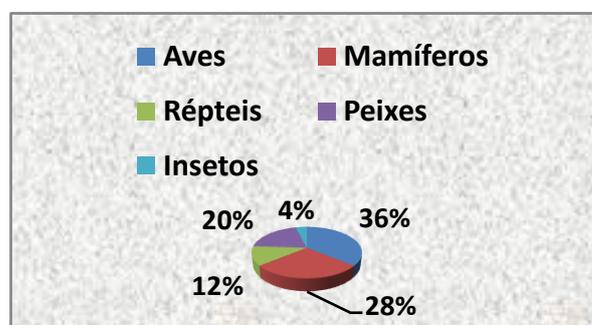


Gráfico III – Distribuição dos *zootopônimos* indígenas, segundo as classes de animais.

5. Considerações finais

O estudo demonstrou uma forte influência indígena na categoria dos *zootopônimos* da região dos pantanais sul-mato-grossenses, uma vez que 46% dos *zootopônimos* catalogados são de base indígena, dado que confirma a estreita relação entre as camadas étnicas formadoras da população e as escolhas do denominador no ato da nomeação de um espaço geográfico.

O município de Corumbá congrega o maior número de *zootopônimos* de base indígena, fato que se explica por esse município ser considerado o “coração” do Pantanal, o lugar onde se concentra a maior área dos pantanais sul-mato-grossenses, além de ser o maior município de Mato Grosso do Sul em extensão territorial.

A *capivara* e a *sucuri* são espécies em grande quantidade na região por serem bem adaptados ao ambiente pantaneiro, daí a sua representação dos nomes de lugares. A região também apresenta a maior concentração de aves do continente, tendo como símbolo o *tuiuiú*, embora esse pássaro ainda não apareça representado na toponímia.

A pesquisa de Schneider (2002, p. 102-103) já havia atestado a grande produtividade de nomes de animais na toponímia dos pantanais sul-mato-grossenses: “a grande incidência de nomes de animais para escolha dos registros onomásticos mostra-nos como essas espécies podem se tornar fontes motivadoras das denominações, pois evidenciam uma das grandes riquezas da região pantaneira...”. A mesma autora, retomando a posição de Por e Por (1985), registra ainda que “o número de espécies de animais no Pantanal é dez vezes maior que o das

espécies vegetais”. Os dados acerca da *zootoponímia* indígena, aqui apresentados, ratificam a posição de Schneider (2002).

Concluindo, o estudo confirmou a importância de pesquisas toponímicas como forma de resgate de aspectos da relação entre léxico e meio ambiente, além da forma como nomeador vê a realidade, o que justifica a toponímia também evidenciar pistas acerca de princípios ideológicos e culturais de grupos sociais, já que os nomes dos lugares manifestam a visão de mundo do denominador.

Referências Bibliográficas

ATEMS. ATLAS TOPONÍMICO DE MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: <http://www.bianor.com.br/renato>. Acesso em: 02 fev 2011.

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Ed, 1961.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxonômicos*. Tese de Doutorado. USP, 1980.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviços de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1990.

DRUMOND, Carlos. *Contribuição Bororo à toponímia brasileira*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

GUERRA, Antônio Teixeira. *Dicionário Geológico-geomorfológico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Governo Federal. Brasil. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 06 dez 2011.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. In: MARIN, Jéri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de (Orgs). *História, região e identidades*. Campo Grande: Editora UFMS, 2003, p. 165-181.

MARTINS, Gilson Rodolfo. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande-MS: Editora da UFMS, 2002.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil – 4ª ed.* Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

PAIVA, Melquíades Pinto. *Aproveitamento de recursos faunísticos do Pantanal de Mato Grosso: pesquisas necessárias e desenvolvimento de sistemas de produção mais adequados à região*. Departamento de difusão de tecnologia- DDT: Brasília, DF, 1984.

PAVONE, Antônio Paulo. O mar de Xaraés. In: BARROS, Manoel de et al. *Pantanal*. São Paulo: Araquém Alcântara Fotografia e Editora; Terra Brasil, 2003, p. 11 - 90

PROENÇA, Augusto César. *PANTANAL: Gente, Tradição e História*. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 1997.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 3ª ed. – Bahia: Secção Gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, 1928.

_____. *O tupi na geografia nacional*. 5ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1987.

SCHNEIDER, Marlene. *Um olhar sobre os caminhos do Pantanal sul-mato-grossense: a Toponímia dos acidentes físicos*. Dissertação (Mestrado). Três Lagoas: UFMS, 2002.

SILVA, João dos Santos Vila da; ABDON, Myrian de Moura. Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. In: *Pesquisa Agropecuária Brasileira*. v.33. Brasília/DF: EMBRAPA, 1998, p. 1675-1813.

SOUZA, Lécio Gomes. *História de uma Região: Pantanal e Corumbá*. Ed. Resenha Tributária, São Paulo, 1973.

UM ESTUDO TOPONÍMICO NA BACIA DO RIO PARDO, REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS

Vander Lúcio de SOUZA (UFMG)⁴⁶⁵
Maria Cândida Trindade Costa de SEABRA (UFMG)⁴⁶⁶

Resumo: Nesta pesquisa propomos apresentar uma análise toponímica, relativa aos nomes de lugares referentes a acidentes humanos, coletados a partir de entrevistas orais, realizadas em nove municípios da região norte do estado de Minas Gerais, inseridos na Bacia do Rio Pardo. Pretendemos com esse trabalho estudar a toponímia mineira da região norte e, também, contribuir com a construção do banco de dados, modalidade oral, do Projeto ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais⁴⁶⁷.

Palavras-chave: Toponímia. Minas Gerais. Norte de Minas.

1. Introdução

Os nomes de acidentes humanos (vilas, povoados, cidades, fazendas) costumam traduzir reflexos do momento histórico em que foram nomeados, haja vista serem mais afetados por fatores extralinguísticos, tais como características do processo de povoamento ocorrido na região; questões interétnicas que individualizam o espaço geográfico - convívio de povos de diversas etnias; a localização geográfica, interferências políticas, além de fatores ambientais. Neste trabalho propomos apresentar topônimos referentes a esses acidentes humanos, coletados a partir de entrevistas orais, realizadas em nove municípios da região norte do estado de Minas Gerais, todos banhados pela Bacia do Rio Pardo, com o intuito de contribuir para o conhecimento da toponímia mineira, reconhecendo, catalogando e constituindo banco de dados em que se têm classificados o padrão motivador dos nomes, suas origens resultantes das diversas tendências étnicas registradas (línguas indígenas, africanas, hibridismos, de imigração...). Pretendemos, portanto, mostrar que a dinamicidade do sistema lexical está correlacionada à própria dinamicidade da realidade social, econômica, política, cultural e ideológica da sociedade, manifestada nos nomes de lugares.

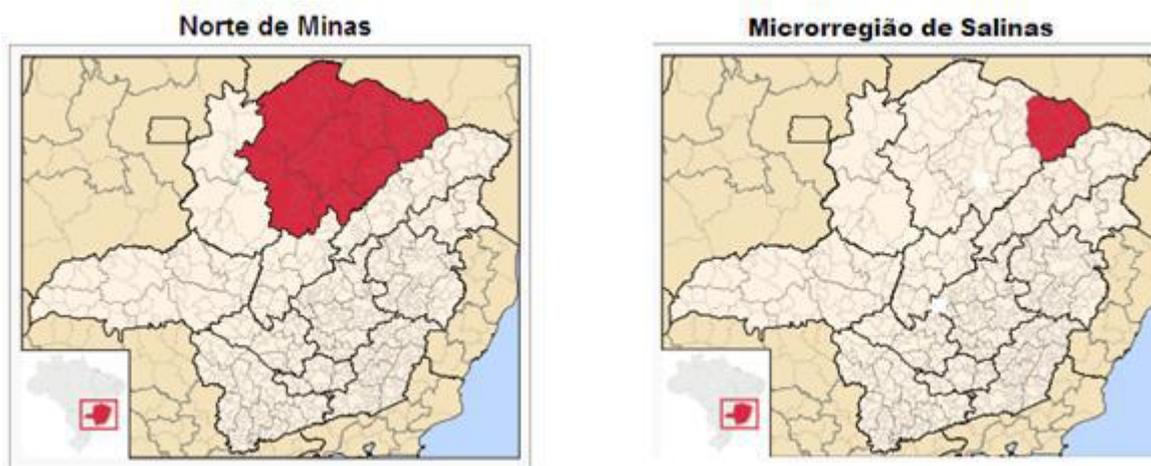
2. Sobre a região pesquisada

Situada ao norte de Minas Gerais, fazendo divisa ao norte com o estado da Bahia e a sudeste com o Vale do Jequitinhonha, a região compreendida pelas localidades banhadas pelo Rio Pardo ocupa uma área total de 12.041, 044 km², com uma população de aproximadamente 130.991 habitantes, segundo dados do IBGE de 2010 e perfaz um total de nove municípios: Santo Antônio do Retiro, Montezuma, Rio Pardo de Minas, Indaiabira, Taiobeiras, Berizal, São João do Paraíso, Ninheira e Águas Vermelhas. Os mapas a seguir permitem uma melhor visualização da região pesquisada:

⁴⁶⁵ Doutorando em Linguística. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: valuso@bol.com.br

⁴⁶⁶ Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: seabra@netuno.lcc.ufmg.br

⁴⁶⁷ SEABRA, 2011, p. 30-35.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_de_Salinas

Figura 1: Localização da região norte e da região pesquisada (microrregião de Salinas).

3. Breve histórico acerca dos municípios banhados pela Bacia do Rio Pardo

A região onde se situa os municípios da Bacia do Rio Pardo foi concedida como sesmária⁴⁶⁸, pelo rei de Portugal, ao Conde da Ponte - Manoel de Saldanha da Gama Melo e Torres Guedes Brito - e a sua esposa, Condessa Joaquina de Castelo Branco. Com o passar do tempo essas terras foram sendo fracionadas, seja através da venda de glebas, seja como pagamento aos empregados das inúmeras fazendas de gado que foram se formando ao longo da história, ou ainda por doações às pequenas comunidades que se formavam, sobretudo em benefício de algum padroeiro da igreja católica. O município mais antigo da região pesquisada é Rio Pardo de Minas. Segundo Barbosa⁴⁶⁹, a freguesia foi criada em 1740, então subordinada ao bispado da Bahia, e é uma das mais antigas paróquias de Minas. Outro município da região, surgido ainda no século XVIII, é São João do Paraíso, embora esse só tenha sido elevado à condição de distrito de Rio Pardo de Minas em 1833. Pouco tempo após a criação do ainda distrito de São João do Paraíso, mais precisamente em 1844, surge também o povoado de São Sebastião de Águas Vermelhas, atual Águas Vermelhas. O povoado, que surgiu de um “curral” as margens do Rio Mosquito, pertencia àquela época ao município de Rio Pardo de Minas. A respeito do nome “Águas Vermelhas”, que deságua no Rio Mosquito, é consenso na região afirmar que sua origem se deve às águas ferruginosas do Córrego Boa Esperança.

Ainda em meados do século XIX inicia-se a formação do atual município de Montezuma, a partir da descoberta de fontes de águas termais, as quais ganharam a fama de serem milagrosas. De acordo com Barbosa (1968), em 1880 foi sancionada a lei nº 2.603 abrindo crédito para a construção de um estabelecimento balneário nas águas medicinais do povoado, então denominado Águas Quentes, o qual pertencia ao município de Rio Pardo de Minas. Ainda de acordo com esse autor em 30 de outubro de 1890, através do decreto nº 224, fora criado o distrito de Santana da Água Quente. Por um decreto-lei de 1938 a denominação do município fora reduzida para Água Quente, sendo que em 1943, por outro decreto-lei, o nome foi novamente alterado, passando a ser denominado Montezuma, nome que permanece até os dias atuais. Segundo fontes históricas do IBGE (2010), a origem do nome Montezuma é uma homenagem ao Visconde de Jequitinhonha, jornalista muito atuante na independência da Bahia, tendo participado ativamente ao lado das tropas baianas contra o poder português.

⁴⁶⁸ MIRANDA, 1997, p. 26.

⁴⁶⁹ BARBOSA, 1968.

Após a independência do Brasil, o Visconde, dando uma mostra de seu nacionalismo, muda seu nome de Francisco José Gomes Brandão para Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, sendo que Gê representava as tribos do Brasil Central, Acaiaba, de uma bela lenda diamantinense de uma árvore sagrada e, Montezuma em homenagem ao imperador asteca.

Outro importante município da região, Taiobeiras, antes denominado distrito de Bom Jardim das Taiobeiras, pertenceu a Rio Pardo de Minas e foi criado em 1911. Em 1923, quando já era distrito de Salinas, teve seu nome alterado para Taiobeiras. O nome da cidade se deve a uma planta nativa abundante na região: a taioba. Segundo fontes históricas do IBGE (2010), o município cresceu a partir de um entroncamento de tropeiros e viajantes que percorriam as estradas entre Teófilo Otoni e municípios do sertão da Bahia e a outra estrada que seguia para Brejo das Almas (atual Francisco Sá) e Montes Claros. Ainda na primeira metade do século XX inicia-se a formação dos atuais municípios de Santo Antonio do Retiro e Indaiabira. O primeiro surgiu a partir da formação de um povoado, em 1935, com o nome de Retiro. O município de Indaiabira, por sua vez, nasceu em 1908, a partir de um povoado formado na fazenda Palmeiras do Bom-Fim, posse de um rico proprietário de terras chamado Francisco Xavier de Barros, o qual doara parte do terreno para a formação de Coqueiros, primeira denominação do lugarejo. Em 1938 o povoado é elevado à condição de distrito, subordinado ao município de Rio Pardo de Minas. Por novo decreto-lei, em 1943, a denominação de Coqueiros passa à Indaiabira, o qual tem a seguinte origem: Indaia, do tupi *ini'ya* “fruto de fios” e *bira* “designação comum de várias palmeiras”.

Ainda na metade do século passado novas localidades vão surgindo. Os primeiros habitantes das terras onde hoje se situa o município de Berizal foram negros escravos foragidos do sertão da Bahia ou libertos da escravidão. Construída as primeiras casas, os habitantes edificaram uma pequena igreja para o santo padroeiro, São Sebastião. Tempos depois, as terras onde fora erguido o povoado são doadas ao santo padroeiro por Clementina, uma negra que tinha recebido por herança as terras do pai. O povoado que, inicialmente, fora nomeado por Curral de Varas, então pertencia ao município de Salinas até meados do século passado, quando em 1953, com a emancipação de Taiobeiras do município de Salinas, por um acordo, o povoado passa a pertencer àquele. Em 1962, o povoado é elevado à condição de distrito e muda de nome, passando a se chamar Berizal, nome dado pelo Padre Jaime, à época pároco de Pedra Azul. Segundo moradores da região o nome Berizal é uma aglutinação de “beri” que vem de “brejo” com a terminação “zal” de “arrozal”, o que é explicado pelas plantações de arroz nos brejos próximos ao distrito. Em 21 de dezembro de 1995, através da lei estadual nº 12030, Berizal é elevada à condição de município, desmembrando-se de Taiobeiras. Pouco tempo após o surgimento de Berizal inicia-se também a formação do município de Ninheira, cujo povoado surgiu a partir da construção das primeiras casas em 1957, então sob o domínio de São João do Paraíso. O povoado recebeu esse nome em razão de uma grande árvore existente no centro do lugarejo, àquela época, a qual tinha em seus galhos inúmeros ninhos, por isso esse nome.

4. Métodos e procedimentos adotados

Os dados utilizados nesse trabalho tiveram como fonte 53 entrevistas orais realizadas nos municípios banhados pelo Rio Pardo, no norte de Minas Gerais, nos anos de 2011 e 2012, tendo, como foco, moradores acima de setenta anos de idade, tanto residentes na zona rural quanto urbana. São considerados como dados todos os topônimos mencionados nessas entrevistas, não somente aqueles pertencentes à região centrada no estado de Minas Gerais. Uma vez constituído o corpus, a etapa de análise teve como suporte a classificação

toponímica apresentada por Dick⁴⁷⁰.

5. Topônimos encontrados nas entrevistas

A partir da leitura das 53 entrevistas utilizadas como fonte de dados para esta pesquisa elegemos 70 topônimos para análise. Os topônimos relacionados ao estado da Bahia estão marcados com a sigla “BA” logo após a designação do nome, ao passo que aqueles que não apresentam nenhuma indicação são pertencentes à região Norte de Minas. Citamos: Alegre (município BA); Água Quente (1º nome de Montezuma); Águas Vermelhas; Areião (povoado); Bananeira (povoado BA); Bandeira (município); Barra da Alegria (povoado); Barra do Novato (povoado); Bela Vista (povoado BA); Belos Campos (município BA); Berizal (município); Boa Sorte (povoado); Boa Vista (povoado); Bonfim (fazenda); Brejo Grande (povoado BA); Buriti (povoado); Canabrava (fazenda); Canindé (povoado); Cantinho (povoado BA); Capão da Cruz (povoado); Catulé (povoado); Coqueiro (ex-Indaiabira); Coqueiro (povoado); Cordeiro (povoado); Cural de Varas (1º nome de Berizal); Estiva (povoado BA); Ibiraba (povoado BA); Indaiabira (município); Jordânia (povoado); Lavrinha (povoado); Macaco (povoado); Macaúba (município BA); Machado Mineiro (Distrito de águas Vermelhas); Mandacaru (povoado); Mata Verde (município); Mato Cipó (povoado); Mato Grosso (povoado); Mirandópolis (distrito de Taiobeiras); Montezuma (município); Ninheira (município); Nova Aurora (povoado); Olho d’Água (fazenda); Palmeira do Bonfim (1º nome de Indaiabira); Pau d’Água (povoado BA); Pau d’Arco (povoado BA); Poço da Ema (povoado); Porto de Santa Cruz (povoado BA); Raposa (1º nome de São João do Paraíso); Retiro (povoado); Riacho da Areia (fazenda); Rio Pardo de Minas (município); Salinas (município); Santiago (fazenda); Santo Antônio do Retiro (município); São Felipe (povoado BA); São João da Raposa (ex-nome de São João do Paraíso); São João do Paraíso (município); Serra Nova (distrito); Sobradinho (povoado); Taboca (povoado); Tabuleiro Alto (fazenda); Taiobeiras (município); Umburana (fazenda); Vaca Velha (povoado BA); Vargem Grande (município); Vereda (povoado); Vereda d’Água (povoado); Veredinha (povoado); Viana (povoado); Xangrilá (povoado).

Para efeito de sistematização os topônimos apresentados serão divididos em dois grupos: aqueles de natureza física e aqueles de natureza antropocultural.

a) Classificação Taxionômica: taxes de Natureza Física

Quadro 1: Taxes de Natureza Física

TAXE	APLICAÇÃO	EXEMPLO
1. Fitotopônimos	Referem-se aos vegetais em geral	Bananeira; Buriti; Canabrava; Capão da Cruz, Catulé; Coqueiro (município); Coqueiro (povoado); Ibiraba; Indaiabira; Macaúba; Mandacaru; Mata Verde; Mato Cipó; Mato Grosso; Palmeira do Bonfim; Pau d’Água, Pau d’Arco; Taboca; Taiobeiras; Umburana; Vereda; Vereda d’Água; Veredinha.

⁴⁷⁰ DICK, 1990a.

2. Geomorfotopônimos	Referem-se às formas topográficas	Barra da Alegria; Barra do Novato; Brejo Grande; Serra Nova; Tabuleiro Alto; Vargem Grande
3. Hidrotopônimos	Referem-se a acidentes hidrográficos em geral	Água Quente; Águas Vermelhas; Olho d'Água; Poço da Ema; Riacho da Areia; Rio Pardo de Minas.
4. Litotopônimos	Referem-se aos minerais e à constituição do solo	Areião; Salinas.
5. Morfotopônimos	Referem-se às formas geométricas	Cantinho
6. Zootopônimos	Referem-se aos animais	Canindé; Macaco; Raposa; Vaca Velha.

b) Classificação Taxionômica: taxes de Natureza Antropocultural

Quadro 2: Taxes de Natureza Antropocultural

TAXE	APLICAÇÃO	EXEMPLO
1. Animotopônimos	Referem-se à vida psíquica, à cultura espiritual	Alegre; Bela Vista; Belos Campos; Boa Vista.
2. Antropotopônimos	Referem-se aos nomes próprios individuais	Cordeiro; Machado Mineiro; Montezuma; Santiago; Viana; Xangrilá.
3. Corotopônimos	Referem-se a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes	Jordânia.
4. Cronotopônimos	Referem-se aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a)	Nova Aurora
5. Ecotopônimos	Referem-se às habitações em geral	Ninheira; Sobradinho.
6. Ergotopônimos	Referem-se aos elementos da cultura material	Bandeira; Estiva;
7. Dirrematotopônimos	Referem-se a frases ou enunciados linguísticos	Boa Sorte
8. Hagiotopônimos	Referem-se a santos ou santas do hagiológico católico romano	Bonfim; Santo Antônio do Retiro; São Felipe; São João da Raposa; São João do Paraíso.
9. Poliotopônimos	Referem-se aos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial	Mirandópolis
10. Sociotopônimos	Referem-se às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos	Berizal; Curral de Varas; Lavrinha; Retiro; Porto de Santa Cruz

Após a divisão dos topônimos por natureza física e antropocultural apresentamos, a

seguir, os gráficos 1 e 2 para melhor visualização das taxes mais presentes:

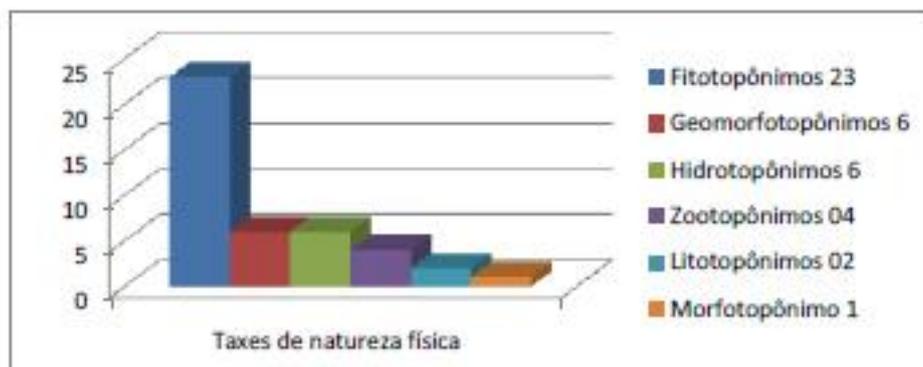


Gráfico 1: taxes de natureza física

Nesse gráfico (nº 1), representando os topônimos de natureza física, verificamos que a predominância é a taxa dos fitotopônimos (nomes motivados pela vegetação), com 23 casos ou 55% de ocorrências. Esses dados, refletidos na nomeação dos lugares, revelam a influência que a constituição vegetal da região exerce na vida das pessoas que aí vivem. É a presença da flora como o buriti, ibiraba, indaiabira, macaúba, mandacaru, umburana e outros revelando a especificidade da vegetação natural daquele meio, em contraste com outras regiões do nosso estado. Seguem os geomorfotopônimos e os hidrotopônimos cada um com 6 ocorrências e os zootopônimos com 4 dados, sendo que os três somados equivalem a 38% dos topônimos desse grupo. A natureza também se mostra presente a partir desses topônimos, seja através do relevo, pouco acidentado, da hidrografia e da fauna. Por último os litotopônimos e os morfotopônimos com 3 casos ou 7% do total desse grupo.

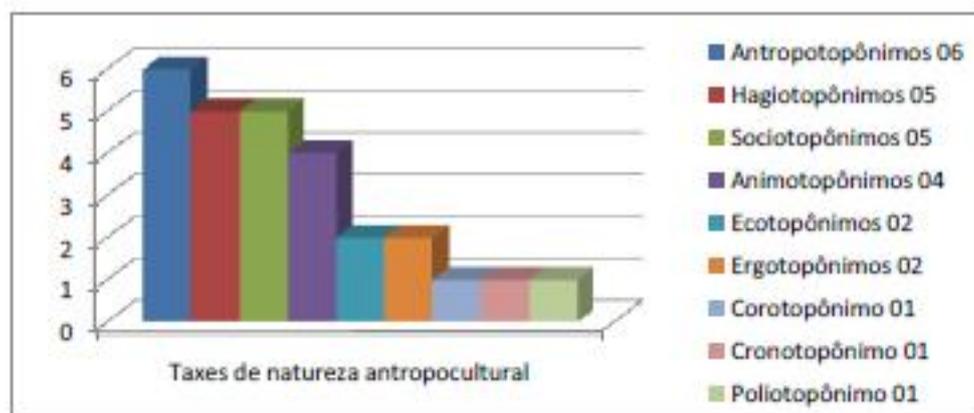


Gráfico 2: taxes de natureza antropocultural

No gráfico nº 2, relacionado aos topônimos de natureza antropocultural, há certo equilíbrio nas ocorrências das taxes, sendo que a maior incidência foi dos antropotopônimos, com 6 casos, seguido de perto pelos hagiopônimos, sociotopônimos e animotopônimos. Em seguida vêm os ecotopônimos e os ergotopônimos, com dois casos cada, e um dado para corotopônimo, cronotopônimo e poliotopônimo. A motivação principal para a nomeação dos topônimos desse grupo está relacionada à demarcação de posse, no caso de fazendas, além de demonstrar o poderio econômico ou social de alguma família ou pessoa influente na região, no caso dos municípios e localidades. A religiosidade das pessoas dessa região também se faz presente através dos hagiopônimos apresentados, embora não seja tão marcante como em

outras regiões do nosso estado.

6. Quanto à origem dos topônimos

Assinalamos os três principais extratos para a formação do português brasileiro (português, indígena e africano), mesmo que esse último não tenha contribuído para a formação dos topônimos elencados. Encontramos topônimos de origem:

a) Portuguesa (58 vocábulos): *Alegre; Água Quente; Águas Vermelhas; Areião; Bananeira; Bandeira; Barra da Alegria; Barra do Novato; Bela Vista; Belos Campos; Boa Sorte; Boa Vista; Bonfim; Brejo Grande; Canabrava; Cantinho; Capão da Cruz; Coqueiro; Coqueiro; Cordeiro; Curral de Varas; Estiva; Jordânia; Lavrinha; Macaco; Machado Mineiro; Mata Verde; Mato Cipó; Mato Grosso; Matrona; Mirandópolis; Ninheira; Nova Aurora; Olho d'Água; Palmeira do Bonfim; Pau d'Água; Pau d'Arco; Poço da Ema; Porto de Santa Cruz; Raposa; Retiro; Riacho da Areia; Rio Pardo de Minas; Salinas; Santiago; Santo Antônio do Retiro; São Felipe; São João da Raposa; São João do Paraíso; Serra Nova; Sobradinho; Tabuleiro Alto; Vaca Velha; Vargem Grande; Vereda; Vereda d'Água; Veredinha; Viana.*

b) Indígena (09 vocábulos): *Buriti; Canindé; Catulé; Ibiraba; Indaiabira; Mandacaru; Taboca; Taiobeiras; Umburana.*

c) Africana: não há.

d) Outros (03 vocábulos): *Berizal; Montezuma; Xangrilá.*

Merecem destaque os topônimos:

Berizal: o nome Berizal foi criado pelo Padre Jaime Ferreira, pároco da cidade de Pedra Azul, que àquela época atendia a comunidade. Trata-se da aglutinação de “beri” que vem de “brejos” com “zal” de “arrozal”, nome esse dado em razão do povoado ter crescido próximo a vários brejos onde os moradores plantavam arroz.

Canindé: trata-se de uma espécie de ave. O nome é redução de arara-canindé. *Catulé*: refere-se a uma palmeira silvestre.

Ibiraba: é um nome de origem tupi e refere-se a uma espécie de pitangueira do mato. *Macaúba*: nome também de origem tupi e refere-se a um tipo de palmeira.

Montezuma: Nome de um imperador da civilização asteca.

Umburana: nome de origem tupi, de umbu + rana “parecido”, significando “umbu falso”

Xangrilá: Trata-se de uma criação literária e diz respeito a um lugar paradisíaco nas montanhas do Himalaia.

7. A influência da natureza na toponímia da região

A natureza - seja através da flora, fauna, relevo, clima, hidrografia - sempre exerceu um grande fascínio sobre o homem e desde os tempos mais remotos serviu de inspiração ou motivação para que diversos povos, ao longo do tempo, nomeassem o seu meio ou suas posses territoriais com nomes relacionados ao lugar. De acordo com Dick⁴⁷¹:

“O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida”.

Com os topônimos da região pesquisada não foi diferente. Ao analisar os 70 nomes de povoados, municípios ou fazendas, verificamos que 40 deles tiveram como motivação

⁴⁷¹ DICK, 1990, p. 47.

principal aspectos físicos da região, como pode ser visto a seguir: Água Quente; Águas Vermelhas; Areião; Barra da Alegria; Barra do Novato; Bela Vista; Belos Campos; Boa Vista; Brejo Grande; Buriti; Canindé; Capão da Cruz; Coqueiro; Coqueiro; Ibiraba; Indaiabira; Macaco; Macaúba; Mandacaru; Mata de Cipó; Mata Verde; Mato Cipó; Mato Grosso; Ninheira; Olho d'Água; Palmeira do Bonfim; Pau d'Água; Poço da Ema; Raposa; Riacho da Areia; Rio Pardo de Minas; Salinas; Serra Nova; Taboca; Tabuleiro Alto; Taiobeiras; Umburana; Vargem Grande; Vereda; Veredinha.

8. Considerações finais

Nesta pesquisa trabalhamos com um corpus total de 70 topônimos, os quais foram divididos em dois grupos: os de natureza física e aqueles de natureza antropocultural. Concluimos que houve predominância do primeiro grupo, com 42 topônimos, enquanto registramos 28 topônimos de natureza antropocultural. Esses dados revelam o quanto que a natureza, seja através da flora, fauna, relevo, clima, hidrografia, se mostra presente na vida das pessoas e, mais que isso, a leitura desses topônimos deixa transparecer a especificidade e as características desse meio ambiente, sobretudo através da fitotoponímia, taxa essa que contribuiu com 23 topônimos.

Vale a pena apontar a presença da toponímia de origem indígena, registrada em 9 nomes de lugares ou fazendas, ressaltando a contribuição deixada pelos povos nativos que habitaram essa região, nesse caso específico através da sua língua, retratada, sobretudo, através da fauna e da flora. Em contrapartida, verificamos a ausência de topônimos de origem africana, o que não quer dizer que não existam, mas apenas que não foram citados nas entrevistas.

Por fim, ressaltamos a estreita relação entre o norte mineiro e o estado da Bahia. Ainda que tenhamos trabalhado com habitantes da Bacia do Rio Pardo, área que se insere no estado de Minas Gerais, vários topônimos originários da Bahia foram citados pelos entrevistados, mais especificamente 14 nomes próprios, confirmando uma histórica ligação, seja no âmbito socioeconômico, seja no âmbito cultural, entre os povos dessas regiões.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Promoção-da-Família Editora, [1968]. 541 p.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem Tupi. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos. 2. Ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992 a.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; FERREIRA, Marina Baird; ANJOS, Margarida dos. Aurélio Séc. XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3ª Ed. Totalm. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles e MELLO, Francisco Manoel de. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002. IBGE - Mapa de

divisões territoriais: banco de dados. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge/mapasinterativos. Acesso em 01/set./2005.

IBGE cidades @ - Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em 29/maio/2010.

MIRANDA, Avay. Taiobeiras: seus fatos históricos. V. 1. Brasília: Thesaurus, 1997.

SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional. 5. Ed. São Paulo, 1987.

SEABRA, M. C. T. C. de. A importância do Projeto ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais - para a descrição e análise da diversidade linguística de Minas Gerais. In: I Encontro sobre a Diversidade Linguística de Minas Gerais: cultura e memória. Belo horizonte: FALE/UFMG, 2011, p. 30-35.

SILVEIRA BUENO, F. Vocabulário Tupi-Guarani Português. São Paulo: Brasilivros, 1984.

WIKIPÉDIA:MinasGeraisMesoMicroMunicípios.Disponívelem:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_de_Salinas. Acesso em 04/jul./2011.